

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**UM OLHAR SOBRE O CUIDADO EM FAMÍLIAS
MONOPARENTAIS FEMININAS DE CLASSES POPULARES**

Maria Cristina Ostermann Barbieri

**Pelotas
2012**

Maria Cristina Ostermann Barbieri

**Um olhar sobre o cuidado em famílias monoparentais
femininas de classes populares**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Professora orientadora: Dra. Lorena Almeida Gil

Catálogo na publicação
Maria Fernanda Monte Borges
Bibliotecária
CRB - 10/1011

B236o Barbieri, Maria Cristina Ostermann
Um olhar sobre o cuidado em famílias monoparentais
femininas de classes populares / Maria Cristina Ostermann
Barbieri ; orientadora : Lorena Almeida Gil. - Pelotas, 2012.
147 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de
Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas,
Pelotas, 2012.

1. Famílias 2. Monoparental 3. Mulheres 4. Cuidado 5.
Classes populares I. Gil, Lorena Almeida (orient.) II. Título.

CDD 300
305.4
305.5

“Um olhar sobre o cuidado em famílias monoparentais femininas de classes populares” de autoria de **Maria Cristina Ostermann Barbieri**, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a.Dr^a. Luciane Prado Kantorski
Universidade Federal de Pelotas

Prof^a.Dr^a. Cláudia Turra
Universidade Federal de Pelotas

Prof^a.Dr^a. Flávia Maria Silva Rieth
Universidade Federal de Pelotas

Prof^a.Dr^a. Lorena Almeida Gil (orientadora)
Universidade Federal de Pelotas

RESUMO

A compreensão sobre como acontece o cuidado dos filhos em famílias monoparentais femininas de classes populares é o tema principal deste trabalho, tendo como referência os aspectos sociais, culturais e históricos envolvidos nessa relação. Trata-se de um estudo qualitativo com cinco famílias moradoras de um bairro periférico da cidade de Pelotas, utilizando a história oral como metodologia de pesquisa, sendo, na primeira parte, a história oral temática e na segunda a metodologia de trajetória de vida. As narrativas e observações de campo serviram de base para a realização da análise dos dados, procurando focar semelhanças e aproximações na trajetória de vida das famílias e das mulheres chefes de família, diante da centralidade da relação mãe-filho, do cuidado exercido junto aos filhos, bem como a rede de parentesco e social acessada por essas famílias. Para tanto, se utilizou como referência teórica principal a Antropologia, sobretudo, no que se refere à compreensão das famílias de classes populares. Ainda nesse trabalho são apresentadas algumas definições sobre o cuidado, as famílias monoparentais femininas, as classes populares e a vulnerabilidade.

PALAVRAS CHAVES: Famílias. Monoparental. Mulheres. Cuidado. Classes populares.

ABSTRACT

The main theme of this paper is the comprehension of how children nursing is dealt with in female, single-parent households of working class people, taking as reference the social, cultural and historical aspects of those relationships. It is a qualitative study carried with five families who live in a peripheral neighborhood in the city of Pelotas, and it uses oral narratives as methodology of research, the first part being theme oral narratives and the second the methodology of life trajectory. The narratives and field observations were used as basis for data analysis, aiming to focus on similarities and approximations between the life trajectory of families and women who are head of the family, taking in consideration the centrality of the mother-son relationship, of the nursing which is done with the children, as well as the social and kinship networks accessed by those families. For this purpose, the main theoretical basis used was Anthropology, especially as regards to the comprehension of working class families. In addition, some definitions of nursing, female single-parent families, working class and vulnerability are presented in this paper.

KEY WORDS: Families. Single-parent. Women. Nursing. Working classes.

AGRADECIMENTOS

Desejando ser sincera, declaro que sempre achei que era uma tolice a parte dos agradecimentos, não pelo ato em si de agradecer, mas por achar meio piegas. Entretanto, conforme foi se encerrando o mestrado, espontaneamente um filme começou a passar na minha cabeça e muitas pessoas surgem nesse processo. Dou-me conta que foram importantes nessa trajetória e o desejo e a necessidade de dizer-lhes obrigada surge naturalmente.

A primeira dúvida foi por quem iniciar e como, tomara que não me esqueça de ninguém e que de alguma forma tenha a oportunidade de dizer-lhes obrigada.

Começo na “pré-história”, antes de cogitar a possibilidade de me aventurar num mestrado, onde as amigas e colegas da enfermagem da UFPel, Christine e Luciane, sempre me provocavam, me encorajando a ingressar.

Já encorajada e depois de frequentar duas disciplinas como aluna especial, inicia a maratona da seleção para o mestrado. Nesse momento duas pessoas foram essenciais, o João Vicente e a Néia. Deram-me a mão e me carregaram. Foram meus balizadores. Jamais esquecerei...

Para poder realizar o mestrado, ter disponibilidade de tempo é vital. Para isso tive apoio das instituições com as quais tenho vínculo de trabalho, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Na SMS a coordenadora Lilian Yurgel foi decisiva no respaldo e liberação do horário para fazer as disciplinas e concessão da licença prêmio, assim como a coordenadora do serviço em que trabalhava, a colega Nóris. Posteriormente, a coordenadora da Saúde Mental, Cynthia Yurgel também pelo apoio e compreensão.

Pela UCPel, às coordenadoras dos cursos de Serviço Social e Psicologia, da qual faço parte e principalmente a coordenadora e colegas do CAPS Escola que sempre me apoiaram, incentivaram e compreenderam os instantes em que não conseguia estar o suficientemente envolvida com os processos de trabalho.

À Liandra, presença silenciosa e constante na minha casa, acompanhando os bastidores dessa trajetória como uma torcedora e amiga.

Estando no mestrado, o apoio e incentivo das amigas Vera, Valéria, Carmem C., Carmem A., Carmo e Celeste, através dos nossos encontros de final de tarde,

foram sempre um pouso de refresco, descontração e compartilhamento de angústias que ajudaram a seguir adiante.

À amiga Sinara pelas interlocuções permanentes sobre teorias sociais e humanas e reflexões críticas sobre o universo acadêmico.

Aos colegas de mestrado, pelos ensinamentos e trocas e também pela amizade e atenção, especialmente a Angelita e o Tiago Lemões.

Aos professores do mestrado, principalmente os da área da Antropologia, Cláudia Turra Magni e Flávia Rieth, que me apresentaram novas teorias e saberes que permitiram ampliar minha percepção sobre a sociedade e noção de pessoa, mas, especialmente sobre a alteridade. Reconheço que foram saberes que me proporcionaram conhecimento e aprendizagem, mas, sobretudo, um crescimento e maturidade pessoal e profissional.

À minha orientadora Lorena, pela sorte e prazer de tê-la no meu caminho acadêmico. Pela acolhida desde as disciplinas realizadas como aluna especial, pela forma respeitosa e atenciosa no manejo professora-aluna, pela tranquilidade com que me ajudou a conduzir o mestrado, me apontando caminhos sem dizer como fazê-los, tornando-se um desafio a construir, pelo jeito direto, simples, aberto e tenaz de fazer as orientações, pela forma amiga, carinhosa e reconfortante de acolher minhas dúvidas, inseguranças e angústias e, principalmente, pela naturalidade e habilidade para desempenhar o seu papel de professora universitária e pesquisadora, que lhe confere com toda a grandeza a sua vocação de mestre.

À minha família de origem e a constituída, especialmente para minha mãe, meu marido e filho, pelo incentivo, tolerância, torcida, respaldo e, acima de tudo, pelo cuidado recebido para poder levar adiante essa empreitada. E ao meu pai que talvez nunca tenha sabido o quanto me estimulou a ganhar o mundo da rua e a não me conformar com o papel estereotipado de ser mulher.

E às mulheres pesquisadas pela generosidade da acolhida e aceitação em compartilhar suas histórias de vida, pela riqueza das informações fornecidas e pela aprendizagem que me proporcionaram, despertando-me admiração, com profundo respeito e gratidão.

A todos com muito carinho, OBRIGADA!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	15
2.1 A história oral como método de pesquisa.....	26
2.2 A aproximação com o campo.....	30
2.3 Encontros entre a teoria e a prática – a Antropologia apontando caminhos.....	34
2.4 Algumas definições estratégicas de cuidado, famílias monoparentais femininas, classes populares e vulnerabilidade.....	41
3 DA ESFERA PÚBLICA AO UNIVERSO PRIVADO – O COTIDIANO DAS FAMÍLIAS.....	57
3.1 Primeiras narrativas das mulheres cuidadoras.....	60
3.2 Notas sobre a infância.....	63
3.2.1 Vivência de conflitos e violência familiar na infância pelos pais	76
3.2.2 Adolescência.....	78
3.2.3 Os primeiros relacionamentos	78
3.3.1 Gravidez na adolescência e início da vida adulta	82
3.4 Relacionamentos conflituosos.....	84
3.4.1 Conflitos de relacionamento e convívio com drogas violência na relação entre os seus ex companheiros.....	84
3.5. Relacionamento das mulheres com filhos.....	90
3.5.1 Contato dos pais com filhos/ participação dos pais na criação dos filhos.....	90
3.5.2 Práticas e rotinas de cuidado.....	94
3.5.3 Rede de cuidado e circulação de crianças.....	102
3.5.3 A importância das avós no cuidado.....	107
3.5.4 Diferença entre educar homem e educar mulher e o cuidado com atribuição feminina.....	113
3.5.5 Práticas populares - Costumes, mitos e crenças.....	117
3.5.6 Educação - Relação com escolas dos filhos e ter filhos com problemas.....	120
3.5.7 Expectativas quanto ao futuro dos filhos.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131

REFERÊNCIAS - FONTES ORAIS.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136
ANEXOS	143
ANEXO 1- Termo de consentimento livre e esclarecido.....	144
ANEXO 2- Roteiro para entrevista com mulheres sobre cuidado.....	145

1 INTRODUÇÃO

Como Assistente Social e sempre atuando na área da saúde, a temática da família e cuidados foram questões presentes no meu cotidiano e, poderia até mesmo dizer, prementes em minha trajetória profissional. O assunto vem mobilizando questionamentos sobre práticas de saúde e compreensão de coletivos que diferem da categoria trabalhadores de saúde, principalmente no que se refere a valores e costumes que pautam suas vidas, que são os usuários desses serviços. Esse grupo compõe-se, em sua maioria, por pessoas vinculadas às classes populares. Muitas vezes a relação com eles estabelecida foi mediada por tensionamentos e dissonâncias pela falta ou dificuldade de compreender quem é esse outro, ou seja, a sua alteridade. Contudo, esses questionamentos e percepções se deram de forma processual, na constante relação sujeito, trabalhadora da saúde e grupo usuário, procurando sempre identificar os pontos de aproximação e de estranhamento.

O segredo dos outros, se existe, residiria de preferência na ideia de que eles mesmos fazem (ou não fazem, ou dificilmente fazem) do outro, porque é ainda o meio mais simples de pensar o mesmo e o idêntico. Mas, então, o segredo dos outros não é o nosso? (AUGÈ - 1999, p. 37).

Esses questionamentos despertaram meu interesse em aprofundar o estudo sobre o tema, provocando a busca pelo mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, vinculado ao Instituto de Sociologia e Política (PPGCS-ISP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) com o projeto de pesquisa “Um olhar sobre o cuidado, junto a crianças e adolescentes, em famílias monoparentais e reconstituídas de classes sociais baixas”. O projeto se alterou no decorrer do mestrado, porque percebi o alargamento da discussão que esses recortes iriam acarretar, passando então a focalizar apenas as famílias monoparentais femininas de classes populares.

Com o mestrado em curso, procurei me aproximar de autores e teorias, que me auxiliaram a expandir o meu olhar e desacomodar conceitos e caminhos, já tão

fortemente arraigados, com relação à noção do outro e da sociedade, principalmente no que refere à ideia sobre família. A partir disso, a escolha por adentrar na convivência das famílias, nas suas relações cotidianas, indo além do espaço público e estatal, território tão próximo e familiar à minha vida profissional, foi uma consequência. Todo esse processo foi balizador e em conjunto com as disciplinas da área da antropologia e seminário de história oral tornaram-se determinantes para realização desse trabalho.

A vivência desse processo também me levou a resignificar toda minha trajetória profissional. Quando ingressei no mestrado de uma área diferente da minha formação acadêmica, entrei em contato com um universo teórico pouco conhecido, me deparando com discussões conceituais profundas e muitas vezes difíceis, tendo encontrado na experiência profissional, na relação teoria e prática uma forma de melhor compreender todos os conceitos que estavam sendo apresentados, como a forma encontrada para conseguir conduzi-lo com segurança. Considero que, acima de tudo, procurei algo que tivesse um sentido/significado que me permitisse ao mesmo tempo compreender a diversidade social e me desafiar em busca do novo, me ajudando a ser um melhor ser humano e, por extensão, um profissional melhor.

Antes de ir a campo, havia a preocupação de não conseguir o distanciamento e crítica necessários, que permitissem compreender as famílias sob perspectivas ainda não conhecidas, não por arrogância de achar que já se sabia tudo sobre elas, mas pelo medo de não conseguir identificar o “extraordinário”. A fala de Pereira (2008, p. 21) traz conforto e ressonância a essa preocupação.

Neste sentido, a relação de proximidade com o campo de pesquisa evidenciou que pesquisar num contexto de familiaridade, exigiria um exercício dobrado de estranhamento, de atenção aos fatos recorrentes do dia-a-dia, onde seria necessário observar e registrar também os detalhes do que parecia ser demasiado rotineiro e cotidiano, e não somente extraordinário. Cabe ainda discutir, a partir destas observações retiradas de análise do diário de campo, os conceitos de proximidade e distanciamento por se constituir esta pesquisa de um esforço teórico e prático de relativização sobre distâncias sociais que por isso são relativas.

Somente com o início da pesquisa, fazendo contato com os mediadores para acessar as mulheres para o estudo e já realizando as entrevistas, é que foi possível começar a exercer e apurar a escuta e observação do cotidiano das famílias. Nessas abordagens, tentei deixar de lado a profissional que realiza visita domiciliar e

todo o contexto que envolve essa prática, para começar a aprender e exercitar o papel de pesquisadora. Essa experiência levou à constatação de que só estando no processo de contato com o campo é que encontraria as respostas aos medos e incertezas da pesquisadora.

Fonseca (2002, p. 06 e 07) faz um questionamento que se considera importante a ser contextualizado neste trabalho, no que se refere ao recorte do campo empírico.

[...] quando tratamos dos grupos populares (vistos por alguns observadores como simplesmente "pobres", "sem cultura"), é facilmente assimilado à noção de problema social. Isto ocorre, em primeiro lugar, porque boa parte das pesquisas feitas entre grupos populares é realizada em lugares de atendimentos para pessoas com problemas (clínicas, hospitais, abrigos, tribunais de justiça...) muitas vezes a pesquisa tem, como objetivo explícito, contribuir para a solução desses problemas [...] A questão que se coloca é: como pretender saber da cultura de "jovens da periferia" a partir de observação e entrevistas exclusivamente com infratores dentro da FEBEM? Como aprofundar a compreensão de relações de gênero em grupos populares, usando apenas depoimentos de mulheres batidas entrevistadas no abrigo?

Considerando todos os aspectos acima apresentados, para realização da pesquisa, estabeleceu-se um recorte do campo empírico, definindo-se pelo estudo de cinco histórias de mulheres/cuidadoras, de famílias monoparentais femininas, moradoras do Bairro Getúlio Vargas, localizado na periferia de Pelotas.

Cabe salientar que o motivo disparador para a realização dessa pesquisa surgiu por ser eu trabalhadora da área da saúde pública e coletiva, onde se pode constatar que os trabalhadores desse campo de atividade deparam-se, frequentemente, com as mais variadas situações familiares. Frente a isso se torna um imperativo a necessidade de conhecê-las melhor, de modo que possibilite uma aproximação com essas pessoas e seus grupos sociais e a partir de uma melhor escuta e acolhimento às demandas oriundas desse contexto, permita expandir a compreensão de quais as visões de mundo dessas famílias e como isso interfere no modo de viverem, sobretudo com relação à saúde e doença (CARVALHO, CAVALCANTI, ALMEIDA et al., 2008).

Fonseca (2007) faz uma observação importante sobre as análises realizadas por teóricos das ciências sociais, com grupos populares no Brasil, onde constatou que, na maioria das vezes, estes se atém de forma reducionista à condição de

pobreza desses segmentos, pois são apreciações “que ignoram qualquer positividade nas formas de sociabilidade desses grupos, que descrevem suas práticas e maneira de pensar o mundo em termos absolutamente negativos – de falta, de carência” (FONSECA, 2007 – p.37). Propõe que as análises devam superar essa forma de tratamento e se atentar mais para as diversidades das dinâmicas sociais e dos aspectos simbólicos inerentes a cada cultura, evidenciando o “modo de vida como fenômeno histórico, fruto de determinadas circunstâncias econômicas e políticas, e que dê prova da criatividade de indivíduos agindo em sociedade” (FONSECA, 2007: p.37).

Acrescenta-se a necessidade de um olhar atento e qualificado sobre como é o cuidado nas diferentes organizações familiares, entendendo o cuidado como um elemento constante no cotidiano de trabalho desses profissionais.

A participação na pesquisa denominada *Perfil da Demanda de um Serviço de Atenção à Saúde da Criança e Adolescente: construindo visibilidade*, realizada no ano de 2008, em um curso de Especialização junto à Faculdade de Enfermagem/UFPEL, incrementou o desejo de seguir estudando a mesma temática, principalmente pelos resultados apresentados com relação às famílias.

Mobilizada por essas diversas questões, que fizeram aguçar o senso de pesquisa, foi se desenrolando todo o processo do trabalho agora apresentado.

O primeiro capítulo começa pelo percurso teórico-metodológico, onde são descritos o problema de pesquisa, os objetivos, as hipóteses e a metodologia, que teve a história oral como método de pesquisa, sendo que na primeira parte foi utilizada a história oral temática e na segunda a metodologia de trajetória de vida. Nesse contexto faz-se um breve comentário sobre o local e processo de efetivação das entrevistas com as mulheres, posteriormente fala-se sobre as garantias empregadas para se manter os preceitos éticos e legais necessários para realização da pesquisa. Há também uma apresentação das mulheres, uma individual a partir de seus diversos papéis como filha, mulher, mãe e trabalhadora, tentando evidenciar singularidades, mas, ao mesmo tempo, identificando aspectos semelhantes nas trajetórias de vida, e uma coletiva com uma apreciação mais objetiva e em conjunto das mulheres, considerando sobretudo os aspectos socioeconômico e sociodemográfico. Nessa parte há o relato do processo de aproximação com o campo de pesquisa, ao longo da trajetória profissional como assistente social, que foi o bairro Getúlio Vargas de Pelotas. Ainda se procura discorrer sobre o encontro

entre a teoria e a prática, tendo a Antropologia como referência, principalmente no que se refere à compreensão das famílias de classes populares e, por fim, se oferece algumas definições sobre o cuidado, as famílias monoparentais femininas, as classes populares e a vulnerabilidade.

O segundo capítulo parte da esfera pública ao universo privado, procurando descrever e analisar o universo das famílias e das práticas de cuidado. As apreciações das narrativas permitiram adentrar no cotidiano do grupo familiar, procurando ir além das análises simplificadas, vinculadas a estereótipos de normalidade, geralmente alicerçadas no modelo da família tradicional patriarcal, monogâmica e nuclear e a questões econômicas, atentando-se mais para as dinâmicas inerentes à cultura e a sociabilidade local. Para tanto, se definiu algumas categorias para facilitar o processo, como notas sobre a infância, a adolescência, os relacionamentos conflituosos e o relacionamento das mulheres com filhos.

Finaliza-se este estudo com uma síntese das etapas percorridas, buscando correlacionar as diversas questões analisadas com as hipóteses iniciais apresentadas.

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

As considerações até aqui apresentadas conduziram aos questionamentos para a investigação e estudo desse trabalho, partindo da seguinte pergunta: Qual a compreensão e como acontece o cuidado junto a crianças e adolescentes em famílias monoparentais femininas de classes populares em Pelotas-RS?

O trabalho desenvolvido teve como objetivo principal conhecer e compreender o que mulheres pertencentes a famílias monoparentais femininas, de classes populares, entendem por cuidado e como o realiza junto a crianças e adolescentes. Os objetivos secundários foram: Estabelecer possíveis relações entre cuidado, gênero, classe social e cultura; Conhecer as diversas formas como as pessoas se organizam para formar suas famílias; Identificar como operam as políticas públicas/programas de apoio às famílias de baixa renda e como interferem na relação de cuidado entre as mulheres e crianças; Verificar os limites entre o papel da família (espaço privado) e o papel do estado (espaço público) com relação ao cuidado de crianças no que se refere à saúde e educação.

Dessa forma, situam-se como proposições para análise, a partir da relação estabelecida entre objeto e teoria, as seguintes hipóteses:

- Sabe-se que a noção de cuidado é moldada primordialmente pela cultura, só podendo ser entendida na compreensão e respeito dentro do contexto onde as famílias vivem.
- As atribuições do cuidado têm contornos flexíveis quanto aos papéis que competem à família, em relação aos que competem ao estado/instituições públicas.
- É pertinente a existência de políticas públicas de apoio às famílias no respaldo ao cuidado como um direito social e exercício de cidadania, sem o qual seria mais difícil resguardar ou mesmo vislumbrar a possibilidade de uma sociedade mais justa.

O presente trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de odontologia da UFPel, sob o título “O ato de ‘cuidar’ em famílias

monoparentais femininas de classes populares”, recebendo parecer favorável para sua execução – PARECER Nº 218/2011

A metodologia central utilizada, para realização deste projeto, na primeira etapa foi a história oral temática.

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O processo prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de texto; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY e HOLANDA, (2007, p 15).

Após a qualificação do projeto de pesquisa, por sugestão da banca, foi realizada uma segunda etapa, usando a metodologia de trajetória de vida, que, segundo Delgado (2010, p. 23), “são depoimentos de história de vida mais sucintos e menos detalhados”.

Para a realização da pesquisa, foram entrevistadas cinco mulheres/cuidadoras, de famílias monoparentais femininas, identificadas pelo serviço de saúde pública do município, Centro de Atendimento à Saúde Escolar (CASE), pela orientadora educacional da Escola Municipal de Ensino Fundamental Núcleo Habitacional Getúlio Vargas, pela assistente social da UBS Getúlio Vargas e lideranças comunitárias do bairro.

Na primeira etapa, as entrevistas seguiram um roteiro básico, gravadas e transcritas posteriormente. Foram agendadas por contato telefônico com as mulheres, quando era explicado o motivo da procura e natureza do estudo (objetivos e metodologia) ressaltando que seria focalizada a sua criação pelos seus familiares e a relação de cuidado com seus filhos. O local para realização das entrevistas foi acordado com as mulheres no contato telefônico. Nessa negociação com a entrevistada, deu-se preferência pela sua moradia, caso não fosse possível, ver-se-ia outro local, situação que não foi necessária sendo de comum acordo a realização das entrevistas no domicílio das mulheres.

Na segunda parte, as entrevistas seguiram um roteiro individualizado, definido a partir dos dados coletados na primeira entrevista, onde se procurou esclarecer aspectos que denotaram dúvidas, contradições e informações superficiais, como também destacar outros mais subjetivos e que despertaram interesse da

pesquisadora em conhecer melhor. Os procedimentos realizados nessa etapa seguiram os mesmos anteriores: contato telefônico para agendamento e definição do local da segunda entrevista, que novamente foi na casa das narradoras. Essas entrevistas também foram gravadas e transcritas posteriormente.

Quanto aos recortes das entrevistas, apresentados na análise dos conteúdos, por orientação da banca de qualificação, foi realizada a correção de português/limpeza do texto para melhor compreensão do leitor, na tentativa de suprimir os vícios de linguagem e as palavras repetitivas, no entanto, sem comprometer e distorcer os conteúdos das narrativas e manifestações que expressam uma cultura própria.

Os roteiros utilizados nas entrevistas, nas duas etapas, estão apresentados em anexo.

O termo de consentimento informado foi efetuado no início do primeiro contato, oralmente, através da própria gravação e através do termo de consentimento livre esclarecido, salientando-se o sigilo quanto à identificação das pessoas e famílias e a garantia de serem mantidos todos os preceitos éticos e legais em todas as etapas da pesquisa. Portanto, os nomes que aparecem nas narrativas e depoimentos são fictícios, a fim de garantir o anonimato. Salienta-se que nenhuma das mulheres contatadas negou-se a dar o seu depoimento para realização desse trabalho.

Alguns aspectos são importantes destacar quanto às impressões causadas pelo percurso e entrevistas realizadas. Enfatiza-se o envolvimento da pesquisadora com a temática, ao longo da trajetória profissional e, frente a isso, o sentimento constante de proximidade, convivendo com o estranhamento e perturbação frente às histórias contadas, pois situações que envolvem seres humanos associadas a situações de violência, abandono, injustiça, preconceito e desigualdade social sempre causam perplexidade e indignação e, no mínimo, o desejo de acolhimento e reparação por quem escuta. Ao mesmo tempo questões que envolvem superações, manifestações plenas de amor e cuidado, práticas emancipatórias e de inclusão social despertam emoções como alegria, admiração e felicidade; sentimentos esses que tiveram que ser conduzidos com cuidado e senso ético permanente, levando em conta o papel de pesquisadora aliada à profissão de assistente social. Observou-se, nas mulheres, que ao serem entrevistadas são levadas a pensar sobre suas vidas de um jeito diferente, como uma provocação a refletir sobre o passado produzindo a

possibilidade de evocar memórias e lembranças nem sempre desejadas, mas, ao mesmo tempo, se deixando conduzir pelo entrevistador como hipnotizadas e curiosas por onde esse caminho vai levá-las, no presente. Essa percepção foi verificada pelo comportamento – atitudes, gestos e olhares - manifesto pelas mulheres no ato de realização da entrevista, como pelas próprias declarações delas ao final da mesma, onde muitas disseram ter sido gratificante poder falar e ser escutada. Em poucos momentos verbalizaram o desejo de não querer se manifestar sobre algo, aceitando o desafio de fazer um mergulho em suas trajetórias de vida, enfatizando sua criação e cuidados com seus filhos. Nesse aspecto, frente à aceitação tranquila e imediata de realizar a entrevista, não se está fazendo alusão a uma suposta passividade das mulheres frente à autoridade institucional, no caso a pesquisadora da universidade e toda representação social de poder e saber impregnado nesse papel, mas ressaltando o desejo e necessidade de serem escutadas e um desprendimento puro em expor sua vida e de sua família, de forma colaborativa e solidária para a pesquisa.

Novamente uma ressalva: Quando se fala desprendimento não se deve entender que as entrevistadas estavam sob o jugo e controle, mas apenas que o conteúdo da informação prestada, algumas vezes, foi feito com cuidado e palavras medidas; todavia, nem poderia ser diferente diante de uma pessoa que faz pouco tempo que tinham conhecido. Entretanto, o comportamento desconfiado e arredo não foi percebido pela entrevistadora em nenhum momento.

Com relação ao local da entrevista, a casa das mulheres, é necessário falar de algumas preocupações iniciais que ao longo da realização da pesquisa foram se desfazendo, como: - Seria a casa um ambiente adequado? - Teríamos a tranquilidade indispensável para se estabelecer o diálogo e reflexão? – Até que ponto os agentes externos não atrapalhariam o contexto da entrevista, como barulho de crianças, presença de outras pessoas? - A rotina de afazeres domésticos distrairiam a atenção da depoente? – O barulho e movimento de pessoas e animais na rua, devido à proximidade entre a casa e a rua causariam algum transtorno? De fato, na sua maioria, essas situações ocorreram. No entanto, não comprometeram o andamento das entrevistas e até serviram para descontrair, permitindo criar um ambiente menos formal e um clima de empatia, horizontalidade e aproximação entre pesquisadora e informante. Além disso, possibilitou o conhecimento, a partir da observação da rotina de vida e da forma de relacionamento das famílias estudadas.

É importante ressaltar a importância dos depoimentos das mulheres nos procedimentos de pesquisa utilizando o método da trajetória de vida, pois foram a base de dados para a análise, como fonte central de informação, auxiliados pela observação de campo e pesquisa bibliográfica.

Para melhor compreensão e contextualização das histórias de cada mulher entrevistada, faz-se a seguir uma breve apresentação de cada uma. É um relato procurando mostrar os aspectos de vida que mais chamaram a atenção, e os que foram conformando suas identidades de mulher, nos seus diversos papéis como filha, mulher, mãe e trabalhadora, tentando evidenciar singularidades mas, ao mesmo tempo, identificando aspectos semelhantes nas trajetórias de vida. O pano de fundo para esses depoimentos foram os roteiros de entrevista sobre como criaram seus referenciais a propósito do que seja o cuidado dos filhos.

Antes, porém, de singularizá-las, faz-se uma apresentação mais objetiva e em conjunto dessas mulheres e de suas condições familiares, sobretudo dos aspectos socioeconômico e sociodemográfico, nos quais se observou várias semelhanças. Das cinco entrevistadas quatro tem ensino fundamental incompleto e uma ensino médio incompleto. Quanto à etnia, três são negras e duas brancas. A idade das mulheres é variável, duas com vinte e sete anos, uma com vinte e oito anos, outra com trinta e sete e a mais velha com quarenta e cinco anos. Das cinco, apenas uma exercia atividade profissional regularmente, no período verificado entre as duas entrevistas, embora fosse uma situação recente. É um trabalho informal de prestação de serviços como diarista. As demais referiram trabalhar, mas de forma eventual e também informal, fazendo biscates como cuidar pessoas, produzir e comercializar alimentos, vender por catálogos, fazer faxinas e ser garçomete. Quanto à renda das famílias, estas variam entre R\$ 200,00 e R\$ 650,00. Todas as famílias recebem recursos financeiros do Programa Bolsa Família, sendo que uma encontrava-se com o benefício suspenso. Duas famílias recebem o benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social, uma em função do filho ser portador de deficiência mental e outra do irmão, por ser portador de transtorno mental crônico e que mora na mesma casa. Este repassa para a irmã mensalmente, R\$ 300,00 como ajuda pelos cuidados recebidos. Quanto ao número de filhos, uma tem dois, duas tem três, uma tem quatro e uma tem seis. Sobre o tempo de moradia no bairro verificou-se que houve um processo migratório urbano, uma vez que nenhuma nasceu no Bairro Getúlio Vargas, duas vieram ainda na infância e três já

adultas. Isso se confirma levando em conta a idade atual das mulheres e o tempo de existência do bairro. Quanto a aspectos mais específicos, observou-se que a primeira gravidez das mulheres em quatro casos ocorreu quando tinham menos de dezoito anos, uma apenas já na maioridade, com vinte e dois anos. Em relação ao estado civil dos pais, uma mulher, apenas, não teve seus pais separados, as demais tiveram seus pais separados no período em que se encontravam na infância e adolescência. Quanto às relações conjugais, todas tiveram mais de uma união estável, gerando filhos de pais diferentes; dessas, duas têm todos seus filhos do mesmo pai. Os diversos relacionamentos das cinco mulheres foram marcados por conflitos e agressões. Entre todas as cinco famílias estudadas, apenas quatro pais, dos nove¹ apresentados, pagam pensão alimentícia, no entanto, dois, apenas, regularmente. Em relação aos demais, o valor repassado se altera conforme as possibilidades do pai e não é mantido com frequência estável. Outra semelhança é que vários dos seus ex-companheiros faziam ou fazem uso abusivo de álcool e ou outras drogas. No mínimo cada uma delas teve uma experiência de conviver com homens que fazem uso dessas substâncias, inclusive com manifestação de comportamentos antissociais como envolvimento em furtos, tráfico, violência doméstica, cumprimento de medidas penais como prisão. Essas situações, na sua maioria, foram mostradas como causa das separações. Há uma predominância do sexo masculino entre os dezenove filhos das cinco mulheres, destes, quinze são homens e quatro são mulheres. Constataram-se, ainda, considerando os aspectos acima explanados, que para garantir o sustento familiar e o cuidado das crianças foram usadas diversas estratégias de sobrevivência do grupo familiar, onde as mulheres puderam contar com uma rede de recursos pessoais, familiares e sociais, tanto públicos como privados, que serão apresentados e analisados no desenvolvimento da Dissertação, residindo nessa questão a maior atenção deste estudo.

¹ Aqui se faz referência a nove pais, considerando os diversos relacionamentos conjugais estabelecidos por cada uma das mulheres entrevistadas.

1. Graça:

É a mulher mais madura de todas as entrevistadas, 45 anos, mas ao mesmo tempo parece uma menina sonhadora e ingênua, com sua fala meiga, cuidadosa e às vezes assustada frente às situações que fogem ao seu controle. Mãe dedicada, atenta e presente na vida de suas três filhas, de 23, 15 e 6 anos respectivamente, deixou de trabalhar para se dedicar a criá-las. Também já é avó de uma menina da idade da sua filha menor. Na sua história vivenciou na infância, violência doméstica entre seus pais, tendo assumido precocemente o cuidado do irmão menor e das lidas domésticas, pois seus pais trabalhavam fora e coube a ela essa responsabilidade. Teve dois casamentos, desfeitos um por falta de amor e outro com o pai de duas filhas, por conflitos conjugais decorrentes de traições, uso abusivo de álcool e comportamento agressivo e ameaçador por parte do marido. Com esse homem teve dois momentos de relacionamento. O primeiro foi de namoro, quando ele, casado com outra mulher, omitiu essa situação de Graça. Nesse período ela engravidou da primeira filha e só no final da gravidez começou a desconfiar da vida dupla do homem com quem vivia. Aos poucos ele foi se afastando, não se interessando pela criança que estava sendo gerada, até o afastamento definitivo, momento em que não assumiu a paternidade da filha. O segundo período foi quinze anos depois, quando Graça já tinha duas filhas, uma dele e outra, fruto de um relacionamento eventual, de encontros de baile nos finais de semana, com um homem onze anos mais moço do que ela, tendo esse também não assumido a paternidade da filha; só o fez mais tarde, através de processo judicial. Nesse segundo momento, com o segundo marido, estabeleceram uma relação estável por quatro anos, quando Graça teve nova gravidez de mais uma menina. Além de todos os conflitos conjugais, a separação trouxe desdobramentos judiciais para discussão da guarda e passeios com o pai da filha menor, pagamento de pensão alimentícia e divisão da casa (imóvel e mobiliário). O reconhecimento de paternidade da primeira filha aconteceu quando ela tinha dez anos, por ter sido acometida por uma doença grave, tendo o pai se sensibilizado quando avisado do acontecimento. Atualmente vive com as duas filhas menores, pois a mais velha já é emancipada e mora em outra cidade com seu marido e filha. A rotina da Graça é estar envolvida no cuidado das filhas, que envolve desde as lidas domésticas, acompanhamento no

deslocamento para a escola e instituições que frequentam, fazendo companhia a elas em casa e buscando apoio espiritual na igreja. Zelosa ao extremo, demonstra muita dificuldade em deixar suas filhas sob o cuidado de outras pessoas. Refere não confiar em ninguém, já que está sempre com o pressentimento de que algo ruim possa lhes acontecer. O processo judicial com o ex-marido ainda não está concluído e talvez esse seja o motivo de seus medos.

2. Valentina:

Mulher de 38 anos, mãe de seis filhos homens, com idade entre 12 e 20 anos. Teve vivências precoces como cuidar dos irmãos menores e da casa aos dez anos; aos treze anos ingressou no trabalho formal como safrista, para poder comprar suas roupas, calçados e material escolar. Sua aprendizagem das “coisas da vida” foi com os irmãos mais velhos, vizinhos e amigos. Os pais foram pouco disponíveis porque trabalhavam fora, ficando ausentes de casa por muito tempo. Segundo ela, eram rudes e rígidos na forma de se relacionar com os filhos. Para ela, o castigo era a base da educação, já que não havia possibilidade de diálogo. Apanhou até quando tinha 23 anos e já mãe de três filhos. Morava com os pais e esses não aceitavam que ela saísse para passear à noite com amigos. Teve dois casamentos, o primeiro marido é pai dos três filhos mais velhos e separou-se porque ele era usuário de drogas e a agredia fisicamente. Já estando separada, com dois filhos e tendo retornado a morar na casa dos pais, descobriu que estava grávida de um filho do ex-marido. Como seus pais eram rígidos, achou que não aceitariam a gravidez por ser mulher separada e por esse motivo a escondeu. Manteve esse segredo sem compartilhar com ninguém. Sua família só soube da gravidez na hora de parir seu filho, fato que ocorreu em casa, realizado por uma vizinha. Apertou a barriga todos os nove meses, liberando-a apenas quando dormia embaixo das cobertas. Atribui a isso como a causa dos problemas de aprendizagem apresentado por esse filho. O segundo casamento foi com o pai dos três filhos menores e depois de doze anos de casada separou-se, porque ele a traía muito, até com suas amigas e, segundo seu relato, teve que decidir entre “o amor e sofrer, resolvendo sofrer, porque estando com ele, amava e era amada”, mas sofria a mesma coisa devido às traições. Está

em processo de repensar a vida, após separação desse marido por quem era apaixonada. Logo após separar-se, ficou deprimida e intolerante no manejo com os filhos. Com ajuda de amigos foi recuperando a autoestima, passando a se cuidar mais e com isso melhorando seu relacionamento familiar. Atualmente parece uma mulher faceira, mãe carinhosa e preocupada com os filhos e retornou a trabalhar fora. Manifesta a frustração de não ter uma filha mulher, porque acha que uma filha a auxiliaria no cuidado dos filhos homens e também seria uma companhia para ela, principalmente em questões que tratam do universo feminino. Por isso adotou uma sobrinha como filha de coração, que a considera também como uma mãe.

3. Flávia:

Mulher de 27 anos, mãe de três filhos, dois meninos de sete e doze anos e uma menina de onze. Seus pais se separaram quando tinha cinco anos. Seu pai passava vários dias fora de casa a trabalho e sua mãe também sempre trabalhou em fábrica, sendo Flávia cuidada pelo irmão mais velho e por um tio. Presenciava o pai bater na mãe, porque era “estourado”, fazia uso abusivo de álcool e por sua mãe ser “namoradeira”, segundo ela. Sua mãe casou-se novamente e seu padrasto não quis que ela seguisse trabalhando para ter mais tempo para cuidar da família. Continuou mantendo contato com seu pai nos finais de semana. Com oito anos ela e a irmã cuidavam crianças da vizinhança no período inverso da escola e também dividiam a responsabilidade pelas tarefas domésticas, situações que atrapalhavam seu desempenho escolar. Já adulta seguiu trabalhando ao cuidar de crianças e idosos, de maneira informal. Casou com quatorze anos porque estava grávida do primeiro filho e sua mãe quis assim. Nessa mesma época parou de estudar porque sentia vergonha dos colegas por estar grávida. Com vinte e dois anos se separou do marido. Ele lhe batia, traía com outras mulheres, era dependente químico e cometia crimes que o levaram a ser preso, motivos esses que originaram a sua separação dele. Seus dois filhos apresentam problemas e fazem acompanhamento. O primeiro tem comportamento agitado e foi diagnosticado como hiperativo e o menor tem problema de aprendizagem. Sente grande admiração por sua mãe, já que a considera uma “mãezona”, pelo fato de ela sempre tê-la ajudado muito, desde a

ensinar a cuidar os filhos quando foi mãe precocemente até ter doado a casa onde mora. Flávia é bondosa e solidária, acolheu os dois irmãos, uma cunhada e um sobrinho em sua casa, que é muito precária e pequena, sendo os irmãos, um desempregado e ex- presidiário, e outro com transtorno mental crônico, o qual sua mãe pediu para ela cuidar. Atualmente demonstra ser uma mulher alegre, humilde, brincalhona, sempre sorridente, com jeito meio moleque, contudo, sem ser irresponsável. Suas limitações parecem ser decorrentes de privações de acesso à informação e aos bens produzidos na sociedade.

4. Samara:

Mulher de 27 anos, solteira, mãe de dois meninos, com cinco e nove anos respectivamente. Nunca conheceu seu pai, pois quando nasceu o casal não vivia mais junto e logo após sua família – mãe, irmão e ela vieram morar em Pelotas, vindos de Rio Grande, afastando-se ainda mais da possibilidade de conhecer o pai. Durante a infância sua mãe teve vários companheiros, alguns deles com comportamento agressivo – batiam nela e faziam uso abusivo de álcool. Teve uma infância sofrida, num ambiente familiar de muita briga e violência. Apanhava muito da mãe e do irmão mais velho, que eram seus cuidadores. Teve ameaça de abuso sexual por um dos padrastos, mas nunca teve coragem de falar para sua mãe por medo de não acreditar nela e a espancar. Desde os oito anos de idade ajudava nas lidas domésticas e no cuidado do irmão menor. No relato transparece uma solidão e dureza para o enfrentamento da vida, não conseguindo identificar uma rede de apoio. Encontrou ajuda com doze anos, quando foi expulsa de casa pela mãe e foi morar com o namorado. No entanto, nesse relacionamento a situação não foi muito diferente, pois refere ter conhecido só o que não prestava, pois ele tinha envolvimento com drogas, roubos, e também com uso de bebida alcoólica em excesso. A aproximação com essas situações a levou a experimentar todo o tipo de drogas. Dessas vivências na infância e juventude consegue apreender coisas positivas, como o fato de sua mãe não a ter mimado e lhe ensinado desde pequena a trabalhar, fazendo com que hoje consiga criar os seus filhos e ter alguma coisa, por ter aprendido a lutar pela sobrevivência desde criança. Demonstra ser uma mulher séria, madura e sofrida. Sua fala revela posicionamentos firmes frente aos

seus objetivos que é melhorar de vida. Sem a intenção de ser, sua fala demonstra ainda um conteúdo político em defesa da mulher, próprio dos movimentos feministas, no entanto, nunca participou de atividades dessa natureza. Atribui essa forma de pensar e agir às suas vivências, ao que sofreu “na pele” como refere, no enfrentamento das diversas situações de vida pela qual passou e que lhe causaram revolta e indignação frente ao tratamento diferente dispensado ao homem e à mulher. De todas as entrevistadas é a que teve mais anos de estudo, parou no 3º ano do Ensino Médio.

5. Tamara:

Mulher de 28 anos, solteira, mãe de quatro filhos homens, de 13, 12, 8 e 5 anos. Até ter quatorze anos viveu com seus pais, que nesse período se separaram, porque brigavam muito, inclusive espancando-se. Tamara ficou morando com seu pai, por escolha sua, “fiquei onde eu tava, fiquei com o meu pai, eu não fui com a minha mãe! [...] já tava com o meu pai, continuava como tava!”. Com essa idade já não dependia de cuidados de terceiros passando a assumir os cuidados da casa. Relata que o relacionamento com sua mãe nunca foi bom, por vezes acha que é porque se sente parecida com ela, “de falar as coisas na cara”, outras vezes, refere que a mãe tem ciúmes dela, principalmente por ter sido assediada pelo seu atual padrasto ou por rivalizarem no cuidados dos filhos de Tamara, que ao ir trabalhar por um período, deixou seus filhos sob cuidados da avó. Teve sua primeira gravidez com 15 anos. Ela e o pai de seu filho namoravam escondido de seus pais, principalmente de seu pai que não aceitava que as filhas namorassem. Ele era muito rígido com relação a questões morais de sua família, sendo extremamente exigente e controlador com relação ao comportamento sexual das filhas. Quando engravidou seu pai a expulsou de casa, mas como era menor e ele tinha a sua guarda, teve que mantê-la em casa até Tamara casar com o namorado. Não se casou formalmente, mas foi viver com o namorado na casa dele em outro bairro. Manteve esse relacionamento por um ano e meio, tendo mais um filho com esse homem. Como brigavam muito, achou que não daria mais certo e foi embora. Teve outra relação estável, com quem teve mais um filho, mas também não durou porque ele a traiu, comportamento inaceitável para ela. Teve ainda um terceiro relacionamento com o pai do seu filho menor, que se envolveu com drogas, passando a usar crack, motivo

pelo qual se separaram. Atualmente seus filhos têm pouco contato com os seus pais, que não vão visitá-los e nem eles, os filhos, conforme o relato, demonstram interesse em procurá-los. Criou seus filhos praticamente sozinha, com ajuda eventual de seus pais, irmã e principalmente de vizinhos e amigos, chegando a dizer “eles têm que levantá as mãos pro céu porque não é qualquer mãe adolescente que cria os filhos, porque eu botei toda a minha adolescência fora pra criá”. Refere que as experiências de conflitos e violência doméstica entre seus pais interferem nos seus relacionamentos conjugais, por medo de expor os filhos às mesmas vivências pelas quais passou. Através do seu depoimento observam-se algumas mágoas e rancores velados com relação aos pais, principalmente pelas brigas e educação rígida. Tamara é uma mulher com personalidade forte, agitada, orgulhosa, franca e com posicionamentos rígidos que parecem herança dos ensinamentos de seu pai, familiar com quem demonstra estar mais vinculada hoje e conseguindo resignificar essa relação, principalmente através do convívio desse com os netos. Mas, ao mesmo tempo, apresenta um jeito moleque, alegre, brincalhona e vaidosa. Teve várias tentativas e iniciativas de trabalho, tanto com vínculo empregatício como fazendo biscates, todos bem diversificados. No seu relato observaram-se várias experiências como cuidadora, tanto de idosos como de sua irmã menor, pessoas com quem estabeleceu relações de trocas tanto afetivas como material e que acabaram ajudando-a a cuidar de seus filhos.

2.1 A história oral como método de pesquisa

A escolha pela utilização da metodologia da história oral se deve à possibilidade que ela oferece para a compreensão do outro, como nos afirma com clareza Portelli (1997, p.14 e 15), quando faz algumas reflexões sobre a ética na história oral.

[...] A história oral como uma arte do indivíduo, leva ao reconhecimento não só da diferença, como também da igualdade. A diferença é, antes de mais nada, aquelas entre as numerosas pessoas com quem conversamos, porém, compreende, também, o elemento de serem diferentes de nós – constituindo essa a razão primordial que nos motiva a procurá-las [...] Na busca pela diferença, não podemos nos esquecer de que também acalentamos um sonho de compartilhar, de participar, de comunicarmo-nos e dialogar. É isso que implica o caráter dialógico da história oral, bem como

seu trabalho de campo: a fim de sermos totalmente diferentes, precisamos ser verdadeiramente iguais e não conseguiremos ser verdadeiramente iguais se não formos totalmente diferentes.

Meihy e Holanda ressaltam o papel da história oral como forma de pensar e entender a sociedade contemporânea, conseguindo aproximar e traduzir vivências sociais distintas, revelando diversidades culturais, muitas das quais marginalizadas do processo social histórico hegemônico.

Por meio da história oral, por exemplo, movimentos de minorias culturais e discriminadas - principalmente de mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados, pessoas com necessidades especiais, além de migrantes, imigrantes e exilados – têm encontrado espaço para validar suas experiências, dando sentido social aos lances vividos sob diferentes circunstâncias (MEIHY e HOLANDA, 2007 p. 26).

A bibliografia sobre história oral diz que as manifestações e depoimentos individuais expressam, de forma singular, fatores pessoais, biológicos e do meio onde vivem que, analisadas em conjunto, acabam revelando uma identidade comum, evidenciando uma memória coletiva. Nesse aspecto reside a importância da análise dos depoimentos dessa forma, porque, “é exatamente por se equiparar histórias que tenham pontos comuns que se vale positivamente do recurso da história oral como forma de reorganizar os espaços políticos dos grupos que, sob nova interpretação, teriam força social” (MEIHY e HOLANDA, 2007 p. 28-29).

Pollak (1992) define os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva. Situa em primeiro lugar os acontecimentos vividos pessoalmente, em segundo lugar os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual pertence a pessoa. Também diz que a memória é constituída por pessoas, personagens e finalmente por lugares. “Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (POLLAK, 1992, p.3).

O testemunho oral reflete realidades sociais, através da relação memória individual e coletiva, como diz Oliveira (2005, p. 94) “A história oral recupera aspectos individuais de cada sujeito, mas ao mesmo tempo ativa uma memória coletiva, pois, à medida que cada indivíduo conta a sua história, esta se mostra envolta em um contexto sócio-histórico”.

A metodologia da história oral, conforme Oliveira, implica num trabalho meticuloso e criativo do pesquisador, como uma montagem de um quebra-cabeça aparecendo aí o aspecto qualitativo, aonde o pesquisador vai “tecer articulações entre as fontes empíricas e as fontes teóricas, entre o particular e o geral, entre o específico e o momento histórico a partir do qual as falas estão sendo produzidas” (OLIVEIRA, 2005, p. 95).

O caráter social da história oral ainda se explica porque possibilita o esclarecimento de questões polêmicas, contraditórias e conflitantes, a partir do confronto de opiniões.

Na abordagem do feminino, a interdisciplinaridade assume importância crucial nos estudos sobre as mulheres, na tentativa de revelar suas múltiplas facetas. Encontra amparo em outras disciplinas, como a literatura, a linguística, a psicanálise e fundamentalmente na antropologia, que assumem um “papel decisivo no processo em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres (SOIHET E PEDRO, 2007, p. 285).

A história oral de mulheres está relacionada ao movimento feminista, no sentido de fazer emergir a diversidade cultural inerente às diferenças de gênero e a pluralidade, conforme apresentado por Salvatici (2005).

O conceito de pluralidade destacou a possibilidade de haver diferenças fundamentais em estruturas de gênero entre classes sociais, grupos étnicos, ocupações, religiões, regiões ou nações. O que era considerado voz das mulheres transformou-se em plural: narrativas femininas pareciam um coro de múltiplas vozes e, conseqüentemente, a identidade de gênero foi complicada por identidades de classe, religião e nacionalidade (SALVATICI, 2005, p.32).

Nesse processo de consolidação da história oral de mulheres, a autora citada anteriormente alude a outro aspecto que se sobressai, que diz respeito à subjetividade; esta como uma forma de dar visibilidade a “realidades esquecidas” através de depoimentos de mulheres, onde a dimensão subjetiva, específica e individual das fontes orais, inicialmente vista como um problema metodológico, quanto à veracidade, fidedignidade e segurança das informações obtidas, torna-se sua força e riqueza, adquirindo uma importância central para interpretação e compreensão dos temas estudados, utilizando a metodologia da história oral.

Pollak (1992) evidencia a equiparação entre as fontes orais, enquanto um método apoiado na memória, e as fontes escritas, dizendo:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta (POLLAK, 1992, p. 8).

O encontro entre história oral e história de mulheres contribuiu para o “desafio e a crítica da universalidade abstrata e neutra com a qual geralmente tendemos a identificar o ser humano” (SALVATICI, 2005, p. 35), como também para enfatizar as formas de inclusão e exclusão das memórias públicas. Nesse aspecto traz à tona a relação entre história e memória a partir das narrativas coletivas, afirmando que:

As pesquisas realizadas a partir da perspectiva de gênero ressaltaram a necessidade de um discurso público capaz de admitir e acolher as narrativas de diferentes sujeitos sociais, a necessidade de um arcabouço público no qual as memórias de todos possam se reconhecer. A história oral de mulheres tem destacado a urgência do ‘processo de democratização da memória’, que é a condição básica para as democracias contemporâneas (SALVATICI, 2005, p. 36).

A partir da afirmação da identidade única e coletiva das mulheres, que favoreceu o movimento feminista dos anos setenta, firmado no antagonismo ‘homem *versus* mulher’ como foco central, a história das mulheres passa a evidenciar uma fragmentação dessa identidade universal, passando à outra, firmada na existência de múltiplas identidades. “Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ – dentro da diferença” (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 286).

Para Salvatici (2005), a história oral de mulheres serve para mostrar âmbitos da experiência humana marcadamente atrelada ao feminino, desempenhando uma atividade básica para a vida coletiva, que é o cuidado da prole. Nesse aspecto reside a questão central no estudo da história das mulheres, o fato de estar, na maioria das vezes, identificada com o universo doméstico e privado, incidindo apenas nas relações que tratam da família, da mulher e da criança, permanecendo irrelevante para a história que estuda o político e o poder e assim perpetuando ideias dicotomizadas “na escrita da história: a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens” (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 290).

Na experiência inicial utilizando a metodologia da história oral, pude perceber, através dos contatos estabelecidos e entrevistas realizadas com as mulheres, a riqueza do processo, principalmente por dois motivos: os vínculos estabelecidos com as pessoas e o aprofundamento e sutilezas das informações colhidas, que só estando em campo, em relação com as pessoas, se oportuniza.

2.2 A aproximação com o campo

Optou-se por realizar as entrevistas com mulheres pertencentes a famílias residentes no Bairro Getúlio Vargas, da cidade de Pelotas, considerando as diversas aproximações e estranhamentos da pesquisadora com esse lugar, ao longo do exercício da sua trajetória profissional.

Para melhor compreender o percurso que levou à escolha do campo de pesquisa, é preciso antes contextualizar a trajetória de aproximação da pesquisadora com o local. Em 1989, fui trabalhar na UBS Pestano, vinculada à Universidade Católica de Pelotas. Nessa época recém estava surgindo o Bairro Getúlio Vargas, localizado numa área descampada de barro vermelho, como um loteamento popular, onde a Prefeitura Municipal de Pelotas doava um terreno e um chalé, para pessoas “sem teto” e “catadores de papel”. No loteamento não havia infraestrutura alguma no que se refere à água, luz e saneamento, como também serviços de saúde e educação. Sendo assim, as pessoas desse local passaram a procurar a UBS do Bairro Pestano, vizinho ao Getúlio Vargas, buscando cuidados em saúde. Como as condições de infraestrutura eram muito precárias, começou um movimento por melhores condições de moradia e nós, como profissionais de saúde, passamos a nos envolver com esse processo.

A primeira reivindicação foi por água encanada, chegando a haver reuniões comunitárias com moradores e autoridades sanitárias junto a uma “bica de água” que tinha no início do loteamento, local onde as pessoas iam buscar água potável. Era um lugar inóspito, ainda com poucas pessoas.

Passaram-se quase vinte anos, quando retornei a esse local, agora um bairro populoso, com um amontoado de casas, simples na sua maioria, grudado ao Bairro Pestano, dificultando inclusive distinguir as fronteiras entre cada um.

Hoje, nesse bairro, há um número significativo de famílias de baixa renda, considerando o elevado percentual das que recebem benefícios assistenciais, como do Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ambos do governo federal. Essa condição aparece na pesquisa *Perfil da Demanda de um Serviço de Atenção à Saúde da Criança e Adolescente: construindo visibilidade* (MARTINS, et al., 2010) e também foi identificada pelos profissionais da saúde e educação, que trabalham no bairro, e pelos meios de comunicação da cidade, quando o bairro é frequentemente associado à condição de pobreza e vulnerabilidade, com o estigma de ser um bairro violento e perigoso. A maioria das formas de ocupação dos moradores é ainda informal e eventual ou desempregado. Existem duas escolas municipais, uma com apenas séries iniciais e a outra com ensino fundamental completo. Há também uma Unidade Básica de Saúde com o Programa de Estratégia de Saúde da Família. Estão presentes no bairro, várias instituições religiosas vinculadas a diversas crenças.

Atualmente, se encontra em funcionamento a Associação de Moradores do Bairro Getúlio Vargas, tendo seu presidente eleito num processo eleitoral bastante concorrido e acirrado. Há ainda duas rádios comunitárias e algumas ONGs que realizam projetos assistenciais junto a crianças e adolescentes. Quanto às condições de infraestrutura, atualmente o bairro já possui rede de eletricidade, de água e de telefone, contudo, a rede de esgoto continua a ser, na maior parte do local, valetas a céu aberto.

Desta vez, retornei como profissional de outro serviço de saúde e como perita da Justiça Federal, fazendo visitas domiciliares para realizar laudo socioeconômico de pessoas com petições judiciais requerendo o benefício assistencial continuado (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Como trabalhadora da área da saúde, a nova aproximação aconteceu a partir do Curso de Especialização em Atenção Psicossocial no âmbito do SUS - UFPEL, onde realizamos a pesquisa denominada *Perfil da Demanda de um Serviço de Atenção à Saúde da Criança e Adolescente: construindo visibilidade*, (MARTINS, et al., 2010), como trabalho de conclusão de curso. Nessa pesquisa identificamos que a zona da cidade que mais encaminha crianças e adolescentes para esse ambulatório é a Zona Norte, mais especificamente o Bairro Getúlio Vargas.

Alguns colegas e eu, trabalhadores desse serviço de saúde, nos propusemos a desenvolver um trabalho de prevenção e promoção de saúde nesse bairro, a partir dos dados encontrados na pesquisa. Foram realizados contatos com instituições e lideranças do local, na tentativa de realizar um trabalho de autogestão, a partir de interesses e necessidades identificadas pela própria comunidade. Foi um processo bastante instigante e desafiador, por todos os limites e possibilidades que a inserção nesse universo possibilitou. Outra vez o sentimento de estranhamento se fez presente: deparei-me com modos de vida, valores e cultura distantes e até mesmo conflitantes com os meus, mas, ao mesmo tempo, tão presentes e constantes na minha vida.

A alteridade se constrói na tensão entre esses dois pólos – o muito próximo que se confunde consigo e o muito distante que se apresenta como uma espécie inteiramente nova, de uma cultura irreduzível aquela do pesquisador (FONSECA, 2000, p. 211)

Encontrei-me diante de uma realidade com características de uma sociedade holista/hierárquica, onde as lideranças atuam de forma centralizadora, tendo seus redutos populacionais, sobre as quais exercem sua hegemonia, garantida pela fidelidade de seus seguidores. A questão do individualismo e igualdade, bem como da liberdade, elementos inerentes das sociedades ditas democráticas e modernas, tornam-se secundárias frente a essas relações fortemente hierárquicas, conforma afirma Duarte (1986, p.58): “A cultura das classes trabalhadoras urbanas é hierárquica ou holista por oposição ao individualismo reinante como versão ideal e letrada nos segmentos médios e superiores da sociedade”².

Ou como fala DaMatta (1997, p.17), fazendo referência a Dumont quanto ao conceito de englobamento, para compreensão de dinâmicas sociais:

[...] preferimos englobar a rua na casa, tratando a sociedade brasileira como se ela fosse uma “grande família”, vivendo “debaixo de um amplo e generoso teto, obedecendo naturalmente às leis e seguindo a liderança de quem produz o discurso que é, naquele momento, o nosso líder.

² Os conceitos aqui apresentados têm sido revisados por esse autor, a partir da década de noventa. Dias Duarte entende que esse modelo explicativo da sociedade brasileira, tem se mostrado limitado para a compreensão das relações entre grupos sociais desiguais na atualidade e assim tornando-se desnecessário a demarcação rígida de fronteiras entre as classes sociais. Passa a propor a utilização de termos mais abrangentes, para interpretar as questões complexas da cultura ocidental moderna, em especial a diversificação cultural das classes populares e suas formas de se relacionar com os diferentes grupos sociais (PEREIRA, 2008). Tem centrado seus estudos na Construção Social da Pessoa, abordando temas macro-setores sociais como família, sexualidade e religião.

Ainda DaMatta (1997, p.77), fazendo uma análise comparativa entre a formação da sociedade brasileira e norte-americana, diz que no Brasil

[...] a comunidade é necessariamente heterogênea, complementar e hierarquizada. Sua unidade básica não está baseada em indivíduos (ou cidadãos), mas em relações e pessoas, família e grupos de parentes e amigos [...] o indivíduo isolado e sem relações, a entidade política indivisa, é algo considerado altamente negativo, revelando apenas a solidão de um ser humano marginal em relação aos outros da comunidade.

Ao mesmo tempo constatamos que as pessoas dificilmente se mobilizam política e coletivamente para discutir e propor ações que visem questões estruturais da comunidade, sobretudo quando sugeridas, por nós estrangeiros àquela realidade. Observei que costumam participar de eventos pontuais, especialmente os festivos e assistenciais, promovidos por pessoas do próprio bairro. Parece que os fatores mobilizantes são os relacionados à sobrevivência e ao lazer, ou seja, mais ligados às questões de ordem pessoal/vida privada do que coletiva/esfera pública; talvez porque só tenham tempo para pensar no que é emergencial, já que o cotidiano é marcado pela luta da sobrevivência diária.

O que constitui as teias da sociabilidade não são movimentos reivindicatórios e sim organizações próprias. Segundo Pereira (2008), as mulheres das classes populares têm a maternidade como valor maior para sua existência e com isso a responsabilidade pelo bem-estar das crianças é a “condição que as motivam e as permitem buscar os programas e serviços das redes de assistência” (PEREIRA, 2008, p. 83) e para atingir esse objetivo, realizam as mais variadas buscas de recursos.

A compreensão da lógica que motiva as mulheres a trilharem caminhos, percorrendo instituições religiosas, estatais, ONG's, entre outras tantas, torna-se inteligível quando se observa mais profundamente o valor das crianças no universo dos grupos populares, e conseqüentemente o papel que a mulher desempenha para a conexão das famílias nas redes de assistência. (PEREIRA, 2008, p.83)

Todas essas experiências, somadas às dúvidas e inquietações que essas produziram, levaram-me à escolha da temática e do campo de pesquisa de mestrado, buscando melhor compreender o cuidado realizado pelas famílias monoparentais femininas de classes populares.

No desenvolvimento da pesquisa, para investigação da problemática apresentada, foi necessário uma revisão bibliográfica e aprofundamento do estudo de temas como, família, cuidado, monoparentalidade feminina, vulnerabilidade e classes populares, constituindo conceitos centrais para análise e discussão dos dados empíricos.

2.3 Encontros entre a teoria e a prática – a Antropologia apontando caminhos

Trabalhar com famílias e classes populares é uma questão que acompanha os profissionais que atuam nas políticas públicas da saúde e da educação. De acordo com a literatura especializada, postulada por Fonseca 1999 e 2002 e Szymanski, 2002, muitos desses profissionais, ao se depararem com as diversas situações que envolvem as famílias, utilizam seus próprios referenciais de origem para compreendê-las, muitas vezes baseados no conceito da família tradicional nuclear.

O uso desses referenciais para compreender as famílias, fundamentados no conceito da família tradicional nuclear, acaba gerando posturas profissionais impregnadas por normas e preceitos baseados num sujeito universal e num modelo único e ideal de família. De acordo com Sarti (2004 p.17), tal postura faz

[...] da família um terreno fértil para um discurso normativo, o que cria outro problema no trabalho com famílias. Há, frequentemente, um “dever ser” no horizonte, referência positiva a partir da qual todo o resto torna-se “desvio ou anormalidade” quando não, “patologia”.

A abordagem junto às famílias, realizada pelos profissionais da saúde e educação, tendo como base o padrão nuclear clássico, parece estar arraigado por estigmas e preconceitos, que limitam e dificultam a compreensão do outro, principalmente naquilo que lhe causa estranhamento, porque lhe é diferente. Essa situação os leva, frequentemente, a julgar as famílias como desestruturadas e sem condições de prover os cuidados necessários a seus membros. Segundo a antropóloga Claudia Fonseca (1999, p.69),

[...] o assunto da família suscita atitudes que, quase como reflexo, classificam qualquer comportamento não-convencional na categoria de 'desorganizado', 'desestruturado' ou 'anômico'. No entanto, tais chavões fazem pouco para aprofundar nossas análises e menos ainda para facilitar processos de comunicação. 'Para escutar' o outro, para estarmos prontos a captar significados particulares, devemos primeiro rever certas 'noções' de nossa própria cultura que permanecem obstinadamente no pensamento contemporâneo.

Para a escola simbólica norte-americana – Schneider, 1984 – e para o estruturalismo francês de Lévi-Strauss, apresentados em Bálamo (2005), a definição de parentesco está baseada no conceito de sistemas simbólicos. A antropologia simbólica refere-se à forma como as pessoas dão sentido à sua experiência cotidiana e ao mundo que as rodeia. O domínio do parentesco é abordado como uma forma de ordenar e classificar o mundo em categorias construídas culturalmente numa rede de significados. A noção de parentesco é vista como uma questão empírica e não como um fato universal.

Sarti (2004, p. 14) propõe “pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos” realidade essa onde “captamos uma ordem simbólica, ou seja, uma ordenação do mundo pelo significado que lhe é atribuído, segundo as regras da sociedade em que se vive”. Considera que o componente simbólico é o elemento constitutivo da vida humana.

Ao falar da matriz geracional dos papéis familiares, Salem (1980, p 32) diz que na socialização primária “A criança interioriza seu próprio papel incorporando os papéis dos outros que lhe são significativos – isto é, fazendo destes o modelo para seu próprio desempenho”.

A narrativa de Tamara³, entrevistada em 24 de janeiro de 2011 evidencia bem os resultados encontrados nesse estudo, quando foi questionada sobre a sua criação, a partir do que os seus pais lhe ensinaram, o que considerava importante “fazer igual” no cuidado com os filhos. Ela relata da seguinte forma:

Ah, a educação, se uma boa pessoa, não se envolve com gente que não presta, tenta fazer o melhor pra melhorá de vida, tudo que meu pai me passô pra mim até hoje e eu passo pra eles porque eu tenho quatro filhos homem, então que a vida não é assim, que a vida não é assado [...]. (TAMARA, 2011).

³ A transcrição dos relatos apresentados nesse trabalho é literal e os nomes apresentados são fictícios para garantir o anonimato das depoentes.

Quanto à questão do cuidado realizado pela família, é preciso considerar que a conduta dos pais com seus filhos acontece de acordo com suas crenças adquiridas através das vivências e experiências sociais e culturais ao longo de suas vidas (KOBARG & VIEIRA, 2008). As autoras apontam que existem especificidades no cuidado, enquanto função adaptativa que promove a sobrevivência dos indivíduos e da espécie humana, que dependem da cultura e do contexto familiar. Realizaram um estudo pesquisando as características das crenças parentais sobre o desenvolvimento infantil em contextos distintos, concluindo que o processo de socialização, como autonomia, independência, controle, competência e realização assumem significados diversos conforme o contexto em que as pessoas estão inseridas. Mostram, também que, ao comparar contextos, não estão emitindo juízos de valores de que algumas famílias são melhores do que outras, mas estão querendo indicar que “o contexto ecológico, social e cultural em que vivem acaba, de alguma forma, interferindo no que as mães pensam sobre cuidados parentais e desenvolvimento infantil” (KOBARG & VIEIRA, 2008 p.407). Essa questão está na fala de Tamara, explicando porque não deixa seus filhos tomarem banho num açude, nessa época do ano.

Foram pescá aqui; quando eu descobri que era no açude eu [...] não “foste pescá hoje”, não vai mais pescá porque agora é época de lemanjá, é época que todo mundo começa a morrê, quando vê vocês começam a se empurrá e não, não!...Começa todo mundo a morrê começa aquele negócio de todo mundo se afogá, época que todo mundo se afoga...morre afogado é época de lemanjá né? E água não se brinca, e aonde vai um monte de guri se não [...] desde que eu era pequena o meu pai sempre dizia, e a minha mãe sempre dizia, a água não se brinca e essa época de janeiro e fevereiro a água vem e mata dois, três, e isso a gente presta atenção e é verdade! (TAMARA 2011).

Conh (2009) afirma que em nosso cotidiano utilizamos sistemas simbólicos o tempo todo, só que na maioria das vezes sem consciência disso, como

[...] uma lógica particular, um sistema simbólico acionado pelos atores sociais a cada momento para dar sentido a suas experiências. Ele não é mensurável, portanto, e nem detectável em um lugar apenas – é aquilo que faz com que as pessoas possam viver em sociedade compartilhando sentidos, porque eles são formados a partir de um mesmo sistema simbólico (CONH, 2009, p 19).

Essa autora, ao falar de uma antropologia da criança, procura nos mostrar que a “infância é um modo particular, e não universal de pensar a criança” (CONH, 2009, p 21). Conforme ela explica, é preciso estar atento para entender de que crianças estamos falando, pois a compreensão de criança é diversa nos diferentes contextos socioculturais. Entretanto, considera que a criança tem um papel ativo nas relações sociais que estabelece, pois é na interação com as pessoas, adultos ou crianças, que vai criando e recriando seus papéis, estabelecendo seus contornos, que definirão a sua própria condição, como seres sociais plenos. Nessa medida torna-se produtora de cultura e não é só produzida pela cultura, contudo compartilhando sentidos simbólicos com os adultos, que extrapolam a simbologia do universo infantil (CONH, 2009).

Nas entrevistas e observações realizadas junto às famílias pesquisadas, observei a centralidade da relação mãe - filhos, assumindo um significado social enquanto caráter inato da mulher, como o sentido maior de ser mulher (TESTONI e TONELLI, 2006, p 45). Nesse universo simbólico, a autoridade feminina fica atrelada à figura da mãe, onde “a maternidade faz da mulher mulher” e conferindo-lhe a importância e completude frente a seu grupo social (SARTI, 2007). A honra feminina, conforme a visão de Fonseca (2000, p. 31), está vinculada à maternidade, onde a imagem pública da mulher limita-se em torno das tarefas domésticas, como sendo uma mãe devota e dona de casa eficiente. No relato de Graça e de Tamara, é clara essa centralidade, quando dizem:

[...] é isso que eu faço, lavo roupa, faço comida, cuido da casa! Brinco com ela, com a maior eu já não brinco porque ela tem 15 anos! Eu já converso com ela [...] cuida, eu acho assim que acima de tudo a gente tem que sê muito presente em qualquer coisa assim em relação aos filhos em qualquer coisa que eles [...] que a gente vê que a gente nota nelas que a gente vê que alguma coisa muitas vezes que eles estão passando ou que tá acontecendo muitas vez que eles não querem falá eu acho que é muito importante é o observar da gente como eu te falei que o importante eu acho que é observá e conversá! (GRAÇA).

Às vezes eu faço almoço e sobra pra de noite, às vezes não sobra né? Mas tem que fazê todos os dias a comida não adianta, comida e roupa pra lavá têm todos os dias! (TAMARA).

Quando a mãe é solteira, assumir o cuidado dos filhos sozinha torna-se um ato de coragem e reparo do “erro” por ter engravidado. Sarti (2007, p.75) fala sobre

isso da seguinte forma: “Ter o filho e conseguir criá-lo transforma-se, então, na prova de um valor associado à coragem de quem enfrenta as consequências dos seus atos: *sou muito mulher para criar do meu filho*, um código de honra feminino.” Tamara, que engravidou com 15 anos do namorado, quando ainda estava sob os cuidados de seu pai, comprova o aspecto da honra ao cuidar dos filhos sozinha.

[...] porque eu mesmo eu engravidei, eu fui adolescente eu podia ter botado meu filho fora eu não botei eu criei todos eles até hoje, então quer dizer com muito sacrifício, mas eles tão aqui, nunca foram pro hospital, nunca baixaram hospital então quer dizer eles tem que levantá as mãos pro céu porque não é qualquer mãe adolescente que cria os filhos, porque eu botei toda a minha adolescência fora pra criá, agora mesmo eu saio pros meus baile, mas eu deixo eles em casa, eu arrumo quem cuide aquela coisa mais (TAMARA.)

A pesquisa, já aqui referida, (MARTINS, et al., 2010), apresenta dados na variável “mora com quem”, mostrando uma diversidade de formas de como as pessoas se agrupam na constituição de suas famílias. Para categorizar os resultados, foi utilizada a classificação adotada por Szymanski (2002 p.10): “‘famílias nucleares’, que incluem duas gerações, com filhos biológicos; ‘famílias extensas’, que incluem três ou quatro gerações, constituídas pelo pai, mãe, filhos e avós maternos ou paternos; ‘famílias monoparentais femininas’, chefiadas pela mãe ou mulher, ‘famílias monoparentais masculinas’, chefiadas pelo pai ou homem; ‘famílias adotivas’; ‘famílias reconstituídas’, reconfiguradas depois da separação ou divórcio; ‘crianças que vivem em abrigos’; e ‘várias pessoas vivendo juntas com laços consanguíneos’”. O estudo mostra que 40,30% das crianças fazem parte de uma família nuclear, 28,36% de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, 15,92% de famílias reconstituídas e 1,49% de famílias monoparentais chefiadas por homens. Além de pessoas vivendo juntas com laços consanguíneos diversos com 7,96%, crianças vivendo em abrigos, 2,98%, crianças em fase de adoção 1,99% e família extensa 0,99%.

Vincular a trajetória monoparental com condições de vida, gênero e etnia é um caminho a ser aprofundado [...] vínculos entre monoparentalidade, gênero e pobreza esta no centro da discussão sobre o futuro da vida dessas famílias [...] mas será mesmo que devemos falar em família monoparental ou multiparental (VITALE, 2002 p. 60).

O estudo aponta também para o fato de que a maioria das crianças é de baixa renda, uma vez que 65,17 % recebem algum tipo de benefício social, sendo o

mais prevalente o bolsa família (45,47%). Conforme condicionantes adotados no Brasil para concessão de benefícios sociais, que tem como referência critérios socioeconômicos, para uma família se habilitar ao Programa Bolsa Família é necessário comprovar sua condição de pobreza, conforme dispõe a *Lei 10836, de 09 de janeiro de 2004* e o *Decreto nº 5.209⁴, de 17 de setembro de 2004*, que tratam desse assunto.

A partir desse critério a condição de pobreza das famílias observadas está clara diante do fato de que quatro recebem recursos do Programa Bolsa Família e duas do Benefício Assistencial da LOAS. Considerando esse aspecto socioeconômico inerente ao contexto brasileiro, onde emerge a noção de pobreza, apresenta-se um conceito adotado por teóricos de serviço social, apresentado por Yazbec (2003), onde define pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados da riqueza social e acesso sustentável aos recursos básicos que garantam qualidade de vida digna. Nota-se que essa ideia está associada a realidade da vida social brasileira, partindo de questões econômicas de acesso aos bens produzidos socialmente. Entretanto sabe-se que a noção de pobreza é relativa e o que se considera essencial para cada sociedade é moldado também pelos modos de vida e códigos simbólicos inerentes a cada cultura.

As formas como as famílias tentam driblar a condição de pobreza revelam alternativas diversificadas, principalmente encontradas na rede de parentesco. Um exemplo é como se dá aquisição do material escolar por uma família. Acompanhei a visita do padrinho de um dos filhos de Tamara, que foi especialmente para levar o material escolar, conforme o costume da família, desse material ser fornecido pelos padrinhos dos filhos. Tamara o havia encontrado alguns dias antes, no centro da cidade e reclamado dele o material, uma vez que nesse ano ainda não tinha sido presenteado.

Vitale (2002) corrobora este aspecto na afirmação “Tratar famílias monoparentais é, portanto, abordar seus vínculos, suas relações com uma rede familiar que não coincide necessariamente com as fronteiras da casa” (VITALE, 2002, p 52). Outro aspecto presente nessa situação diz respeito a um sistema de

⁴ A Lei 10836 trata da criação do Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades e o Decreto nº 5.209 regulamenta esta lei e dá outras providências.

obrigações morais entre a rede de parentesco para garantir condições de sobrevivência, que implica em ter com quem contar (SARTI, 2007).

Para Przybysz (2009, p. 32 e 33), o empobrecimento das famílias monoparentais femininas geram fortes consequências na vida das mulheres e de seus filhos, em virtude do processo de reestruturação econômica, que limitam as oportunidades dos filhos terem melhores acessos a estudo e ascensão social e ao fato de as mulheres não possuírem formação cultural para exercício do papel de chefe de família. Chama a atenção para o fraco papel do estado na proteção da infância, afirmando que o estado é negligente frente ao processo de empobrecimento dessas famílias, considerando a pobreza como um fato relativo à ordem privada e não como um problema de toda a sociedade, implicando uma ação pública e estatal, sendo elemento fundamental na estruturação e mediações das relações sociais. Os relatos a seguir mostram essas situações, quando falam sobre como, minimamente, conseguem garantir a subsistência familiar através da forma de gastar o dinheiro.

Comida, mantimento, a luz que eu pago, gás, né? Fruta, né? Coisas assim a gente gasta e eu fiz um crediário, comprei um videogame pra eles então eu tô pagando todos os meses, então tu vai dando uma melhorada porque quando eu vim a recebê esse dinheiro eu morava lá na 18 numa casa popular, numa casa apertada eles não tinham quarto eles não tinham nada! Aí eu negocieei lá a minha casa e dei um aval tá, com o dinheiro que eu peguei e vim pra cá porque aqui é maior então faz recentemente que eu vim pra cá devido a esse dinheiro eu vim pra cá! Se não eu não ia ter condições de vir pra cá, ia fica lá apertada, morando em duas peças e um banheiro, então quer dizer, me ajudô um pouco, né? Só que claro que 510 não dá pra tudo, ainda mais eu sozinha! Mas eu tento fazer o possível! (TAMARA).

Bom, primeira coisa é a luz e a comida é a primeira coisa e depois não sobra pra quase mais nada porque só de luz eu pago R\$ 50,00 aqui então já é puxado pra mim, é bem puxado! Agora essa semana mesmo paguei uma de R\$ 50,00 e fico ainda uma outra ali de um pouquinho mais de R\$ 50,00 pra pagá, então eu vivo assim bem apertada mesmo! (GRAÇA).

É corrente entre estudiosos das áreas das ciências sociais e humanas a compreensão da necessidade de apoio às famílias monoparentais femininas, para poder responder à sua atribuição de proteção e cuidado, através de políticas públicas sólidas e efetivas; como diz Szymanski, (2002, p. 23) “é no mínimo hipócrita atribuir às famílias das camadas empobrecidas de nossa sociedade uma função de proteção às crianças e adolescentes sem lhes oferecer meios para isso”. Contudo, assinala, também, que essa relação de suporte deva ser de responsabilidade

partilhada e levada em consideração fundamentalmente os modos de vida que conformam a cultura, valores e crenças das classes populares.

2.4 Algumas definições estratégicas de cuidado, famílias monoparentais femininas, classes populares e vulnerabilidade

2.4.1 Cuidado

Leonardo Boff (1999) traz a dimensão ontológica do cuidado como parte da constituição humana, mostrando que sem ele o ser humano não existiria, uma vez que a sua sobrevivência só é garantida pelo cuidado, pois sem ele morreria. Afirma que não devemos pensar e falar sobre o cuidado, mas de pensar e falar como ele é vivido e se estrutura na pessoa. Apresenta a etimologia da palavra “cuidado”, como originária do latim *coera/cura*, sendo empregada nas relações de amor e amizade, demonstrando, assim, uma “atitude de cuidado, de desvelo, de preocupação e de inquietação pela pessoa amada ou por um objeto de estimação” (BOFF, 1999, p. 91). Mostra que o cuidado acontece entre pessoas, mediante a existência do outro que lhe é importante, expressando um modo de ser que desloca a sua atenção e desvelo, saindo de si na direção ao outro. Para o autor as relações de cuidado não são de dominação, mas de convivência e interação entre pessoas, coexistindo e convivendo com todas as coisas do mundo e desta forma um modo de ser-no-mundo.

Para Boff (1999) essas questões remetem à ideia de valor pelo que é importante ao ser humano, trazendo à tona a condição de pobreza e exclusão em que vive a grande maioria da população no mundo globalizado, em função da perda da relação humano–humano, relação que passou a ser ditada por interesses materiais e econômicos das elites em detrimento da dignidade e carência de uma parcela significativa da sociedade, que vive com o sentimento de abandono e descuido, principalmente pelas instituições públicas. Chama a isso antifenômeno do cuidado, que traz consigo formas injustas de organização da vida social.

Segundo Isabel Pereira (2009), o processo civilizatório onde o humano não tem lugar, onde não há possibilidades de interações significativas entre as pessoas gera cada vez mais solidão e embrutecimento na tentativa de reagir ao sofrimento e

distanciamento. Explica, ainda, que não condena o avanço da ciência e da tecnologia que evitam e aliviam os sofrimentos e salvam vidas, mas “o que negamos é a utilização desse desenvolvimento sob a égide da razão instrumental e sob a forma do capital, que na sua ânsia de transformar trabalho vivo em trabalho morto, de substituir, desloca o sentido do trabalho com valor útil, ético e político à vida em trabalho produtivo” (ISABEL PEREIRA, 2009, p. 149).

O conceito de cuidado, na atualidade, está fortemente vinculado a práticas de saúde, com alguns setores desse campo fazendo questionamentos sobre as formas tradicionais de cuidado, baseadas em prescrições e normas científicas que nem sempre garantem sua efetivação e comunicabilidade, sobretudo, quando não levam em consideração o *ethos* cultural de quem é cuidado e a alteridade como critério ético. Está entendida como a capacidade de compreensão do outro na sua diferença e dignidade. O cuidado na saúde, que tem a alteridade como critério, é definida como “ética do cuidado” e passa pelo reconhecimento e valorização da diversidade cultural, como os saberes locais e experiências dos grupos populares, implicando numa relação dialógica com o outro pautada pela reciprocidade e responsabilização (ZOBOLI, 2009).

A ética do cuidado na saúde surge como uma forma de responder às necessidades decorrentes das condições de vulnerabilidade das classes populares, potencializando ações em defesa e promoção da vida frente à “complexa teia de inter-relações pessoais, sociais e ambientais que dá suporte e sustenta a vida” (ZOBOLI, 2009, p. 68). A situação de pobreza tem impactos na condição de saúde da população, causando um processo de adoecimento que não é, muitas vezes, só físico, mas um mal-estar, definido como sofrimento difuso (LACERDA, et al., 2009). Esse sofrimento requer um acolhimento e escuta que vá além da doença, situando a pessoa e o cuidado na sua integralidade. O cuidado integral está fundamentado na solidariedade e confiança entre os sujeitos envolvidos nessa relação, visando desenvolver ações que fortaleçam as redes de apoio, que só se revelam no cotidiano da vida social e cultural dos grupos populares.

O cuidado, associado às práticas de saúde, também é entendido como um valor, sendo definido como “uma ação integral, que tem significados e sentidos voltados para a compreensão de saúde como o direito de ser. Por direito de ser, entendemos o direito de ser diferente e que essas diferenças devem ser respeitadas publicamente” (PINHEIRO, 2009, p. 18).

O exercício do cuidado leva ao ato de cuidar, onde o outro é o lugar do cuidado. O cuidar teve sua origem na Grécia Antiga como um saber prático que se aprendia pela experiência adquirida no dia-a-dia, passado de geração a geração. O ato de cuidar era restrito ao espaço doméstico, à vida familiar, fundamentalmente realizado por mulheres, ficando a prática de cuidar histórica e culturalmente, ao longo dos anos, ligada ao feminino, principalmente nas sociedades ocidentais modernas (PINHEIRO, 2008).

2.4.2 Famílias Monoparentais Femininas

O termo famílias monoparentais se define como unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros. Na França, essa terminologia passa a ser utilizada desde meados dos anos de 1970, importada dos países anglo-saxões, na tentativa de contrapor ao domínio do modelo centrado na família conjugal tradicional e de evitar ou romper com o estigma de que famílias sem a presença de uma figura masculina fossem problemáticas ou com menor *status* social (VITALE, 2002). No Brasil, esse tipo de arranjo familiar passa a ter visibilidade para as ciências sociais a partir dos anos de 1970, ainda que antes disso essa forma de viver em família já fosse uma realidade. A categoria chefe de família, homem ou mulher, conforme expõe Vitale, só aparece no Censo Demográfico de 1980. A partir desse ano, intensificaram-se estudos que revelam que essa realidade das mulheres responsáveis pelos domicílios vem crescendo, em especial nas camadas mais empobrecidas.

A constituição brasileira de 1988, no capítulo que trata da Família, Criança, Adolescente e Idoso, garantiu a existência da família monoparental feminina ao assegurar a convivência de qualquer dos pais com seus descendentes, legitimando esse arranjo familiar enquanto um forma de viver em família.

No Brasil, para o censo de 2007 (Síntese de Indicadores Sociais 2007/IBGE), 88,6 das pessoas acessadas vivem com parentes, destes, a família monoparental feminina aparece em segundo lugar, com 17,4%, ficando atrás apenas das do tipo nuclear tradicional, casal com filhos, com 48,9%. Nesse universo estão também

casais vivendo sem filhos com 16,0% e outros tipos com 6,2%⁵. No mesmo censo, dentre os arranjos familiares que têm a mulher como pessoa de referência, o tipo monoparental apresentou a maior proporção (52,9%), seguido de pessoas vivendo sozinhas (16,9%), arranjos com a presença do pai, da mãe e de filhos (16,6%), arranjos com cônjuge e sem filhos (5,6%) e outros (8,1%), totalizando a soma de 100,1% da distribuição dos casos em que a mulher é considerada a chefe da família.

Para o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, vinculado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM (2009), a extrema pobreza é feminina, considerando que, em 1993, havia 32,4 milhões de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza no país, das quais 5,5 milhões viviam em famílias chefiadas por mulheres; já em 2008, havia 15,8 milhões de pessoas em condições de extrema pobreza no país, das quais 5,2 milhões eram pessoas vivendo em famílias chefiadas por mulheres. Esses dados evidenciam que mesmo havendo redução da indigência no Brasil, quase pela metade, entre famílias chefiadas por mulheres foi de apenas 1,7%.

O observatório aponta, ainda, em notícia publicada no seu *site* em 09/12/2009, através de dados apresentados pelo economista André Urani, que as melhorias do mercado de trabalho pouco se estendem às mulheres chefes de família, devido principalmente a uma combinação de fatores como falta de perspectiva de futuro, ausência de responsabilidade paterna, baixa escolaridade e falta de equipamentos públicos, como creches: problemas que os programas governamentais de transferência de renda, como o bolsa-família, não conseguem resolver.

As condições de precariedade em que vivem as famílias monoparentais femininas, no Brasil tornam o quadro de vulnerabilidade social, relacionado ao tripé monoparentabilidade – pobreza – gênero, uma questão relevante e expressiva, conforme adverte Mesquita (2010). Observa-se, com isso, que a monoparentalidade está adquirindo características que não diz respeito apenas ao sexo, mas também à pobreza, situação que se agrava se for associada ainda à etnia.

Essa realidade faz com que essas famílias busquem estratégias de sobrevivência que vão além das políticas públicas de proteção social. Estratégias

⁵ Os índices apresentados foram copiados da Síntese de Indicadores Sociais 2007/IBGE, onde se verificou um erro de cálculo de 0,1% da soma dos arranjos de pessoas que vivem com parentes, no total de 88,5%, conforme os índices informados.

que, na maioria das vezes, são articuladas junto às suas redes de parentesco e social, baseadas numa relação de complementaridade, reciprocidade e solidariedade, todavia, também por conflitos e contradições (VITALE, 2002).

Nesse contexto, a família, através da figura da mulher, assume uma importância e centralidade na garantia da sobrevivência e proteção de expressivo número de crianças e adolescentes brasileiros ainda lembra Mesquita (2010). Acredita-se que dessa forma a presença feminina torna-se significativa para a redução da vulnerabilidade dos que vivem sob sua responsabilidade. Entretanto, é preciso destacar nessas famílias a sobrecarga de atribuições imposta às mulheres, para atender as necessidades e cuidados dos filhos, parentes e agregados que delas dependem.

Historicamente as mulheres são responsabilizadas pelo cuidado, proteção, educação do grupo familiar na ausência de um poder público que promova o bem-estar social. É importante enfatizar o modo como a perspectiva de gênero reforça a diferenciação de papéis entre os homens e mulheres, determinando o papel feminino como cuidadora e responsável pelo lar e, ao mesmo tempo, desresponsabilizando o homem de qualquer participação na esfera doméstica (MESQUITA, 2010, p. 6).

A sobrecarga de tarefas acarreta outro problema que reforça ainda mais o tripé monoparentabilidade – pobreza – gênero, que é a falta/dificuldade de mobilidade da mulher na condição de único adulto responsável pela renda familiar⁶. A insuficiente rede de serviços públicos vinculados a diversos setores, como assistência social, educação, saúde, habitação, trabalho, cultura e lazer compromete a mobilidade das mulheres chefes de família, pois acabam absorvidas e envolvidas, frequentemente, pelo cotidiano de cuidados com a prole. Fica clara a relação entre o público e o privado frente a essa questão, demonstrando uma completa interdependência entre essas duas esferas, para que se possa vislumbrar alguma possibilidade de mudança dessa realidade.

⁶ Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, vinculado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM, Disponível em <http://www.observatoriodegenero.gov.br>, acesso em 20/04/2011, 16:02 h.

2.4.3 Vulnerabilidade

O conceito de vulnerabilidade surge no contexto latino-americano frente à difícil compreensão de que apesar do expressivo crescimento econômico ocorrido nesses países, ele não garantiu melhorias de condição de vida e bem estar de um número expressivo da população desses lugares. A importância do estudo da vulnerabilidade se justifica porque apresenta um referencial analítico que oportuniza e aponta possibilidades para definições de ações e de políticas públicas para o enfrentamento da desigualdade social, realidade fortemente presente nos países da América Latina, marcadamente no Brasil.

O tema vulnerabilidade social aflora com mais intensidade na década de 1990, em função do esgotamento da discussão sobre a pobreza reduzida a questões econômicas e como uma alternativa ao conceito de exclusão social. O debate em torno desse tema é complexo e está ainda em processo de constituição. Envolve diversos conceitos e concepções, adquirindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos da sociedade, passando pelo campo econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre outros (MONTEIRO, 2011). Passou a ser problematizado na área de direitos humanos, sendo posteriormente adotado pela área da saúde a partir das políticas públicas para o enfrentamento da AIDS (GUARESCHI, 2007).

[...] envolve formas de governabilidade das populações por meio de biopolíticas centradas em marcadores identitários. A objetivação da vulnerabilidade social desloca-se do campo da AIDS e da saúde exclusivamente e amplia-se para a esfera da vida social, juntando-se aos campos da educação, do trabalho, das políticas públicas em geral, na medida em que se refere às condições de vida e suportes sociais, e não à conduta, como marcava o conceito de risco (GUARESCHI, 2007 p.03).

Monteiro (2011 p.07) apresenta duas concepções fundamentais para compreensão da vulnerabilidade social. A primeira apresenta um caráter adjetivo onde se atribui a vulnerabilidade à alguém, deixando de analisar a vulnerabilidade para se fixar no sujeito vulnerável. Nessa concepção está presente a lógica de submissão do sujeito à essa condição, que assume uma perspectiva de culpabilização, e de estigmatização. A segunda está ancorada no conceito de risco e de potencialidade, partindo das capacidades de desenvolvimento do sujeito. É uma

concepção mais ampla, porque inclui elementos da realidade social, amparada numa perspectiva relacional e conjuntural.

Para Martins (2008), no mundo contemporâneo, há a coexistência de situações paradoxais geradas pela desigualdade social, sendo esta resultante da forma como ocorre a distribuição da riqueza e a possibilidade de acesso aos bens produzidos pela sociedade. O desenvolvimento está alicerçado em extremos, convivendo de um lado uma pequena parcela da população com avançada tecnologia e tudo que ela oferece de desenvolvimento e bem-estar e de outro lado alguns setores vivendo em condições precárias de privação, pobreza e marginalização social. O autor define essa situação como um modelo de antidesenvolvimento, pois “o desenvolvimento econômico é descaracterizado e bloqueado nos problemas sociais graves que gera, mais do que legitimado nos benefícios socialmente exíguos que cria e distribui” (MARTINS, 2008 p. 13). Dessa forma, o crescimento econômico adotado, caracterizado pela perversidade das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que favorece o acúmulo de riqueza das classes privilegiadas, compartilha, com toda a sociedade, os ônus das perdas e os graves problemas sociais gerados por esse sistema. Assim procura mostrar que as estratégias de sobrevivência na busca pela inclusão, ao invés de provocar a transformação social, reproduz a lógica de mercado, orientado por um sistema que tem como valor o consumo exacerbado, baseado na “posse e ostentação” de bens materiais. Esses valores conformam identidades provocando um sistema de exclusão para aqueles sujeitos que não conseguem atender a essa demanda de consumo. Martins denomina essa condição de “inclusão precária”, na qual as pessoas acabam se valendo de qualquer meio para conseguir se sentir parte integrante desse processo social, gerando assim “um contexto anômico da vida cotidiana, marcada pela violência” e degradação da sociedade. O autor considera que as pessoas chamadas excluídas, na verdade são “incluídas marginal e residualmente” (MARTINS, 2008 p.132). Afirma que todos os esforços realizados no sentido de conseguir aliar crescimento econômico com desenvolvimento social, só terão sentido se puderem garantir o acesso igualitário aos “benefícios sociais, culturais e políticos produzidos”.

Estamos em face não de um problema de exclusão. A palavra exclusão conta apenas metade do processo, mas não conta a consequência mais problemática da economia atual, que é a inclusão degradada do ser

humano no processo de reprodução ampliada do capital. É isso que tem que ser discutido. É isso que tem que ser objeto de consideração (MARTINS, 2008 p.125).

Esse modelo de desenvolvimento, baseado na acumulação do capital, passa a ser questionado, uma vez que não oportuniza “crescimento econômico e desenvolvimento, enquanto promoção de uma vida melhor a todos” (KRATZ, 2010, p. 47).

Portanto, falar de vulnerabilidade implica necessariamente falar de desenvolvimento e, segundo Veiga, 2005, exposto em Kratz (2010), este deve ser entendido não apenas no seu aspecto econômico, mas a partir da capacidade dos indivíduos no “poder de escolher o tipo de vida a levar, dispondo das condições materiais e estruturais indispensáveis” (KRATZ, 2010, p. 48).

Robert Castel (1997) analisando populações marginalizadas, aborda a vulnerabilidade social, situando os indivíduos a um duplo processo de vinculação com a sociedade, que se realiza através de dois eixos, um relacionado à integração pelo trabalho, da ordem da produção e outro a uma inserção relacional, de ordem sócio-familiar. Nesse contexto, apresenta zonas de relação dos indivíduos com o espaço social, conforme o seu grau de coesão, que vai desde a sociabilidade até o isolamento social total. Assim, as zonas são definidas a partir de uma escala de inclusão definidas como:

[...] a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional [...] Dessa forma, o tratamento dispensado à indigência inválida define uma quarta zona, a zona da assistência. Essa última realiza uma proteção aproximada, fundada no princípio da “casa de caridade” (CASTEL, 1997 p.5 e 6).

Esse autor considera, além disso, que há um fluxo dinâmico entre essas zonas, como se fossem fronteiras móveis, “uma zona instável, entre integração e exclusão” onde a zona de vulnerabilidade adquire uma posição estratégica em razão dos indivíduos encontrarem-se num espaço social de instabilidade e turbulências, pela precariedade da sua relação com o trabalho e fragilidade de sua inserção relacional – apoios relacionais. Completa afirmando que é a situação de vulnerabilidade que leva à marginalidade ou à desfiliação.

Três elementos estão presentes, de forma interrelacionada, no conceito de vulnerabilidade: o conjunto de ativos, as estratégias de usos dos ativos e o conjunto de oportunidades que oferece o mercado, o estado e a sociedade civil, num contexto histórico situado (KRATZ, 2010, p. 51). Para Busso (2001), mostrado em Kratz (2010), fazem parte do conjunto de oportunidades o acesso ao emprego, proteção social e direitos de cidadania. Da insuficiência ou inadequação de um ou mais desses elementos, conjunto de ativos, habilidades e estratégias, surge a vulnerabilidade social.

Katzman et al (1999), a partir da ideia de que os ativos sociais se compõem de um conjunto de recursos que podem ser mobilizados pelos atores na busca por melhores condições de vida e bem estar, fazem uma classificação desses ativos, conforme os tipos de capital que podem acessar ou dispor. Afirmam que essa classificação deve priorizar a identificação das lógicas de produção e distribuição dos ativos, bem como das oportunidades existentes tanto no mercado, Estado e comunidade e também que possam servir “como una herramienta heurística y analítica” (KATZMAN et al., 1999, p.09). Por conseguinte, consideram a classificação importante para fins didáticos, mas ressaltam que a análise da dinâmica dos ativos não deva ser estática, acima de tudo devem ser examinadas de forma interligada, influenciando-se entre si.

Tal vez resulte más fácil asumir una clasificación más tradicional de activos inculándolos solamente a tipos de capital (las formas de los mismos), para luego ver cuales son las fuentes de estos activos y como unos pueden ser transformados en otros, constituir la base de otros, o fundirse entre sí (KATZMAN ET AL, 1999, p.10).

Dessa forma, os autores anteriormente citados definem os capitais/ativos, da seguinte forma:

- **Capital físico:** Este se divide em duas modalidades básicas, **financeiro** e **físico**. Os **financeiros** são os empréstimos monetários, créditos disponíveis, poupanças, investimentos, ações, bônus e outros recursos do sistema financeiro. Os **físicos** são a casa de moradia, imóveis em geral, animais, máquinas, meios próprios de transporte, etc.
- **Capital humano:** Fazem parte os recursos que as famílias dispõem relacionados à quantidade e qualidade da força de trabalho e ao valor que

o mercado de trabalho delega como predicados à educação e saúde de seus membros.

- **Capital social:** Compõe-se das redes de reciprocidade, confiança, contatos e acesso à informação. São recursos intocáveis, próprios das relações interpessoais familiares, viabilizando o uso mais produtivo de outros ativos e acumulação destes.

O acervo de ativos, bem como a forma como as pessoas tentam mobilizá-los, determinam suas capacidades para encontrar saídas frente às adversidades da vida social. Contudo Kratz (2010, p. 54) afirma que:

O mercado, o Estado, e a sociedade civil, por meio de suas práticas, regulam a lógica de produção e distribuição de ativos, construindo a estrutura de oportunidades de acesso aos ativos sociais, a serem utilizados, ou não, pelos indivíduos e famílias conforme seus interesses, necessidades e capacidades.

Ademais, esse autor expõe que o estado regula esferas de produção e distribuição de ativos, situação exemplificada pela regulamentação das formas associativas dos cidadãos, pela ocupação e divisão do espaço urbano, organização das relações de trabalho e salariais. Outras vezes estabelecendo condicionalidades para concessão de benefícios sociais. Também aponta que a superação da vulnerabilidade social está atrelada fundamentalmente ao fortalecimento dos diversos ativos sociais, capazes de produzirem, de fato, estratégias de enfrentamento a essa condição de privação de capacidades e a fomentação de um panorama favorável ao desenvolvimento econômico, sociocultural, político e ambiental de todos os coletivos sociais.

Carvalho et al (2010), ao fazer análises sobre indicadores do desenvolvimento humano e social e considerando a multidimensionalidade e ordenação da pobreza, realizam um estudo que se propõe a categorizar indicadores que possam demonstrar as condições de pobreza, não se limitando à insuficiência de renda, de forma reducionista avaliar a pobreza apenas pelo viés econômico. Apresentam que o indicador de renda ainda é o preponderante, considerando as sociedades de mercado e consumo em que se vive, onde não ter condições de acesso aos bens produzidos já é um indicador de carência. Mas salientam que o indicador de renda, sozinho, não dá conta de explicitar a pobreza e desenvolvimento humano. Demonstram que é preciso definir indicadores que levem em consideração as

diversas dimensões da pobreza. O estudo realizado levou-os à criação de um indicador específico, que denominaram como Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), enquanto um indicador sintético. O estudo tem como objetivo

[...] demonstrar como é possível obter um indicador sintético, no mesmo espírito do IDH⁷, calculável para cada família e que possa ser facilmente agregado para qualquer grupo demográfico, tais como negros ou as famílias chefiadas por mulheres, da mesma forma como tradicionalmente é feito com indicadores de pobreza (CARVALHO et al, 2010 – p. 242 e 243)

Os autores mostram, ainda, que a demarcação dos indicadores de pobreza, envolve outras dimensões, a partir de como as pessoas elegem e ordenam suas escolhas individuais e sociais frente às questões que consideram importantes para sua existência. Baseados nisso definem o indicador sintético como

[...] uma regra de escolha, pois combina dimensões distintas, atribuindo pesos a cada uma delas [...] reúne um conjunto de indicadores e atribui peso às dimensões. A definição de quais devem ser estes indicadores e pesos não obedece a uma solução matemática relacionada ao cálculo do próprio indicador, devendo provir do debate da sociedade (CARVALHO et al, 2010 – p. 247)

A partir do indicador sintético, esses autores propõem, também, a criação de um Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), como um instrumento que possa avaliar o grau de desenvolvimento de qualquer grupo populacional. Foram estabelecidas seis dimensões das condições de vida, baseadas no PNAD⁸, que são: ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais, onde “cada uma delas representa, em parte, o acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em outra parte a consecução de fins, isto é, a satisfação efetiva de tais necessidades” (CARVALHO et al, 2010 – p. 251).

No que tange à ausência de vulnerabilidade familiar, apontam que esta “representa o volume adicional de recursos que ela requer para satisfazer suas necessidades básicas relativamente ao que seria requerido por uma família padrão (CARVALHO et al, 2010 – p. 252). Mostram algumas situações que poderiam expor as famílias a um maior grau de vulnerabilidade, em virtude da necessidade de dispor

⁷ IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

⁸ PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

de maiores recursos, para atender a essas demandas, como a presença de gestantes, crianças, adolescentes, jovens e idosos. Para classificar a ausência de vulnerabilidade, apresentam cinco componentes diferenciados para análise.

O primeiro é a fecundidade que se refere às condições nutricionais e de assistência à saúde, da mãe e da criança, necessárias ao período de amamentação. O segundo componente trata da atenção e cuidados dispensados a crianças, adolescentes e jovens. Dizem respeito às despesas adicionais com a criação e cuidados diários, além da educação formal e assistência a saúde. O terceiro trata da atenção e cuidados especiais com idosos, que são as despesas necessárias para os cuidados inerentes à terceira idade. O quarto aborda a razão de dependência econômica, referindo-se à proporção do número de crianças e idosos em relação ao número de adultos vivendo na mesma casa, onde a vulnerabilidade se faz presente, de acordo com a quantidade de pessoas que dependem da renda de poucos. O quinto componente faz referência à presença da mãe, considerando que quando as crianças são criadas por terceiros, há a maior chance de desproteção e exposição a atividades penosas, que podem levá-los à evasão escolar e ao adoecimento.

Além da dimensão da ausência de vulnerabilidade, os autores discorrem sobre as demais dimensões referidas, mas que não estão abordadas aqui, por não serem pertinentes a esse trabalho.

2.4.4 Classes Populares

Ao procurar conceitos sobre classes populares, identifica-se de imediato enunciados limitados a questões econômicas ou políticas, ou seja, associados à idéia de pobreza, de falta, de carência material e também como ausência de direitos (SARTI, 2007). Essa associação ocorre, sobretudo, levando em consideração os princípios do capitalismo de valorização do acúmulo do capital pela exploração do trabalho e de noção de pessoa, a partir da sua inserção no mercado formal de trabalho, do lugar que ocupa na produção. A autora afirma que há sempre uma representação negativa do pobre, primeiro como falta de consciência de classe e, mais recentemente, como falta de direitos de cidadania, apontando, ainda, que nas ciências sociais há uma identificação por contrastes onde “muitas vezes diz mais de

quem fala do que de quem se fala” (SARTI, 2007, p.35). Ressalta que há uma “desatenção para a vida social e simbólica dos pobres no que ela representa como positividade concreta, a partir da qual se define o horizonte de sua atuação no mundo social” (SARTI, 2007, p. 36), podendo ser definida por perspectivas distintas, através de sua dimensão social e simbólica dos modos de vida e de representações próprias das classes populares. Destaca as contribuições da Antropologia para compreensão e valorização da diversidade cultural e da positividade das camadas populares urbanas ao privilegiar e aprofundar o estudo de temas vinculados às suas práticas de vida, como “o cotidiano, o trabalho, a família, a sexualidade, as relações de gênero, o lazer, quanto ao poder, à violência ou à experiência política” (SARTI, 2007, p. 43).

Do mesmo modo, para essa autora, ao falar sobre a diversidade cultural em sociedades complexas, corre-se o risco de formar uma concepção isolada da cultura, desconsiderando que

[...] para se entender o significado mais amplo dos fenômenos que expressam os valores, normas e idéias que estruturam e dão sentido às experiências vividas pelos homens, nas sociedades chamadas complexas, é necessário vê-los em sua relação com as estruturas mais amplas de dominação que constituem esta sociedade, buscando as nuances, os matizes e as especificidades que dão significado a esta relação, sem reduzi-la à mera reprodução da dominação (SARTI, 2007, p.44).

Para isso, Sarti diz que é necessário romper a polarização entre o “nós” e “eles” na compreensão das classes pobres, entendendo que o processo de diferenciação social pode virar um “problema em si” ao se situar os pobres como parte de um sistema mais amplo. Nesse aspecto, a autora procura mostrar o caráter relacional no processo de constituição das identidades sociais, evidenciando seu caráter dinâmico, porque se constrói de acordo com as relações que as pessoas vão estabelecendo e se defrontando, por contrastes. “A afirmação da diversidade cultural implica a análise política do jogo das relações de força, porque neste jogo não se é por definição, nem autônomo, nem dominado (ou integrado) em termos absolutos” (SARTI, 2007, p.45).

Sader e Paoli (1986), ao situarem as classes populares a partir do pensamento sociológico no Brasil, destacam como fundamental considerar questões como heterogeneidade cultural, étnica e regional, mostrando que uma reflexão sobre

elas esteve mais ligada a seus aspectos exteriores, no caso, as necessidades do Estado, ao longo da história, de disciplinar e ordenar as relações entre as classes sociais, para garantir o processo de modernização do país. No contexto de uma sociedade industrial e moderna, a noção de classe popular acabou sendo identificada com a classe trabalhadora. Questões como aparato estatal, partido político, movimentos sociais e sindicatos tornam-se temas de estudo frequentes nas ciências sociais, evidenciando a atenção da academia com as transformações sociais da sociedade brasileira. Contudo, como os autores afirmam essa é uma análise “que se situa fora delas, fora de suas relações sociais concretas e vividas (SADER E PAOLI, 1986, p.45)”. A análise a partir da própria classe, distanciando-se das explicações universais e estruturais globalizantes, começa a emergir com estudos que partem da heterogeneidade e diversidade das classes populares, buscando uma compreensão da prática e cultura dos atores sociais em movimento e nos seus múltiplos espaços de manifestação. Com relação à necessidade de deslocar o olhar para o cotidiano dos trabalhadores, afirmam:

A diversidade interna destes trabalhadores aparece novamente como obstáculo ao reconhecimento de uma classe real, pois nem sequer como modo de vida os grupos sociais tem nitidez em sua feição como classe, pertencente ao mundo industrial [...] Sua instabilidade profissional revelaria uma orientação individualista e que sonha com a independência de trabalho, portanto, com a própria negação da relação assalariada. Carentes de solidariedade no mundo do trabalho, os trabalhadores só se fixam na cidade e no trabalho assalariado pelos mecanismos alheios ao espaço da produção industrial, como são a família, o casamento e a moradia (SADER E PAOLI - 1986, p 49).

Cláudia Fonseca (2000, 2007), assim como Sarti, contextualiza o período pós-ditadura no Brasil como o momento a partir do qual começa uma intensa produção de estudos etnográficos sobre as classes populares, na tentativa de superar as perspectivas centradas na economia e na política e voltar-se para o estudo das “dinâmicas culturais próprias desse meio: a música, os circos, os clubes de futebol, a organização familiar, as formas de participação política, etc.” (FONSECA, 2000, p. 217). Contudo, acredita que atualmente essa discussão volta a ficar atrelada à noção de pobreza, emoldurada por uma sociedade de classes com imensa desigualdade social e incrementadas pelas rápidas mudanças sociais ocorridas na década de noventa, determinadas principalmente pela política e ideologia neoliberal, tendo gerado o recuo dos movimentos sociais, políticos e sindicais. Considera que

nesse processo houve o desaparecimento do “popular”, que perdurou enquanto uma categoria englobante representada por setores populares, trabalhadores e grupos subalternos da sociedade, como uma identidade unificada, servindo de resistência para combater um estado nacional ilegítimo.

Para essa autora (FONSECA, 2000) a discussão de classes populares, hoje, passa pela questão da identidade, considerando os avanços na legislação brasileira com a criação de direitos especiais para proteger e promover ações afirmativas junto às minorias discriminadas socialmente, como mulheres, índios, negros e crianças, que emergem como novos personagens no cenário social. Essa situação provoca o ressurgimento da identidade étnica, onde a compreensão da alteridade passa a ser marcada por estereótipos, ao que ela chama de “alteridade pré-fabricada”, para que essas minorias possam acessar os benefícios criados pelos direitos especiais.

Frente a tudo isso faz uma ressalva: “Criam-se novos personagens, um “outro” exótico e (portanto) aceitável enquanto se ignora a alteridade das pessoas que existem em carne e osso – pessoas que frequentemente se parecem mais com os “pobres” do que com as imagens idealizadas de um passado folclórico” (FONSECA, 2000, p. 225).

Por suposto, se observa que os temas história das mulheres, monoparentalidade feminina e classes populares estão intrinsecamente relacionados entre si, emergindo de um mesmo contexto social caracterizado por desigualdades sociais, etnocentrismo e exclusão, como a sociedade brasileira. Nessa relação a questão da identidade surge como pano de fundo, ora se manifestando como englobante e universal outras vezes como multifacetada e diversificada, tendo seus contornos definidos pela relação que estabelece com o “outro”.

Para Novaes (1993) a identidade só existe no plano do discurso e se essencializa como meio de reivindicação política de um *nós coletivo* que defende direitos comuns. Um *nós índios, nós mulheres, nós povos tradicionais, nós homossexuais, nós negros, nós Sem Terra*, indispensável em nosso sistema de representações, mas que, na verdade, não se verifica como uma unidade homogênea em seus modos de vida e suas visões de mundo.

Dessa forma, considera a identidade como uma condição forjada, determinada histórica e culturalmente e por isso momentânea. Essa identidade é indispensável porque é na reafirmação de suas semelhanças que as minorias terão

condições em situações de confronto, de lutar por seu espaço social, político e territorial.

Novaes (1993) situa a reivindicação do espaço político da diferença pelos grupos chamados de minoria sociológica, estabelecendo diferenças entre identidade e autoimagem.

A identidade remete a um coletivo, emergindo quando sujeitos políticos se constituem, desconsiderando diferenças entre os vários sujeitos que formam o “nós coletivo”. Unem-se num único sujeito político, como uma categoria ampla para reclamar maior visibilidade social. Estabelece relação com um interlocutor amplo e genérico – a sociedade, o governo – apresentando uma mesma face, fixando atributos a partir de sinais diacríticos.

A autoimagem é relacional e se constitui a partir de relações concretas que uma sociedade ou grupo social estabelece com o outro, ou seja, a partir de contato entre sociedades. Possui características não fixas, dinâmicas e multifacetadas, modificando-se conforme se relaciona com um outro, que vai servir de referência para a constituição da imagem de si e como essas relações com esse outro se modificam no tempo. Pressupõe a idéia de confronto entre sistemas de valores conflitantes, na representação de si, levando a uma atuação frente ao outro, como para avaliação desta atuação, confirmando, assim, o caráter relacional e fluido da autoimagem. Essa permite a transformação contínua das relações entre os diversos segmentos em contato, envolvendo relações de poder a partir de sistemas culturais em conflitos e questões históricas, implicando processos de resistência e uma contínua reformulação dessas relações estabelecidas entre os grupos em contato.

3 DA ESFERA PÚBLICA AO UNIVERSO PRIVADO – O COTIDIANO DAS FAMÍLIAS

A análise dos conteúdos foi realizada tendo por base as narrativas obtidas a partir de um roteiro com dados sociodemográficos e socioeconômicos das famílias e outras questões qualitativas que procuraram desvendar o tema do cuidado em famílias monoparentais femininas de classes populares. A abordagem desse tema ocorreu através de algumas questões como: Quem mora na casa? Foi criada pelos pais? Se não, por quem? Alguém ajudou na tua criação? Quando era criança como te cuidavam? Quem? O que foi mais importante que teus pais ou cuidadores te ensinaram? Desses ensinamentos o que tu passas para teus filhos? Alguém ajuda a criar teus filhos? Se sim, quem? Teu filho(s) mantém contato com o pai(s)? Com que frequência e como? Se não, porque e desde quando? Como é teu dia a dia cuidando de teus filhos? Como é a rotina da família? Quais as tarefas mais importantes? Há distribuição de tarefas em casa? As crianças são envolvidas nessas tarefas? Alguma criança da casa ajuda a cuidar das crianças menores? Como? Qual o adulto que as crianças mais respeitam? O que costuma fazer para que teus filhos te obedçam? Resolve? Como é criar menino e menina? Semelhanças e diferenças? Quais as brincadeiras prediletas dos teus filhos? Costumas brincar com teus filhos? Como é garantido o sustento da família? Por quem? Qual a renda familiar? Em que é gasto esse dinheiro? Quais são as prioridades de gastos? Em situações de doença, busca formas alternativas (ex...) de ajuda? Quais e por quê?

Posteriormente a essa primeira entrevista, como já foi explicado no capítulo metodológico, realizou-se uma segunda, abordando questões mais diferenciadas e singulares, e que possibilitassem clarificar situações que denotavam conteúdos ambivalentes ou de maior interesse para o projeto.

Dessa forma, por meio das narrativas adentramos no universo das famílias e do cuidado. É evidente que o recorte de pesquisa, por si só aproxima as mulheres/famílias aos aspectos de gênero, classe social e cultura, entretanto, com o

desenvolvimento da pesquisa, foi possível identificar várias outras semelhanças na trajetória de vida das mulheres/mães bem como nos costumes, valores, hábitos presentes nas dinâmicas familiares.

Nesse trabalho, a forma como as pessoas contam suas histórias chamou a atenção, justamente num aspecto identificado e apresentado por Fonseca (2000), quando faz uma interessante observação, a partir de sua experiência como pesquisadora, sobre a tradição oral, dentro do contexto social e cultural das classes populares e como essa oralidade é expressa.

Nas anedotas e narrativas, os diálogos são citados palavra por palavra, raramente na forma de discurso indireto. Em vez de dizer “ele não queria vir”, dizem “Aí ele falou, Eu não vou! De jeito nenhum”. É uma cultura oral, de uma oralidade incorporada, fruto da encenação teatral que tira as palavras de sua casca racionalista, a linguagem do corpo impondo-se a qualquer voz intelectual [...] Os lugares e as pessoas são designados pelo próprio nome próprio, com pouquíssimas explicações a mais: pressupõe-se que já são conhecidos pela maioria dos ouvintes (FONSECA, 2000,p. 120 e 123).

Por conseguinte, com vistas a facilitar o processo, definiram-se algumas categorias para análise dos conteúdos, para se conseguir conhecer e identificar significados e simbolizações intrínsecas à realidade estudada, processo que, segundo Fonseca 2000, tem na tradição da oralidade a sua maior forma de comunicação entre as pessoas das classes populares, principalmente entre as que têm baixa escolaridade. Contatos por telefone, cartas, bilhetes ou e-mails não são formas rotineiras de se comunicar uns com outros, o encontro e a fala são ainda o modo preponderante de as pessoas da comunidade transmitir suas histórias, deixarem seus recados e de estabelecer suas sociabilidades. As cenas e diálogos do cotidiano são “guiados pelos recursos do gênero oral” (FONSECA, 2000 – p. 125). A autora ainda coloca que a análise interpretativa através do uso da oralidade pode complicar para aqueles pesquisadores que desejam restaurar uma realidade objetiva, chamando atenção com isso para a “diversidade de possibilidades interpretativas” expressa pela tradição oral. Assim, salienta-se que as análises aqui apresentadas não têm a pretensão de encerrar verdades absolutas, mas sim tentar

apontar aspectos diferentes que possam ajudar a ampliar o olhar e compreensão sobre as famílias estudadas.

Partindo dessas premissas foram definidas as seguintes categorias para análise, que são:

- **Notas sobre a infância** – Responsabilidade precoce pelo cuidado da casa; Por quem e como as mães/ mulheres foram cuidadas e como aprenderam a cuidar; Vivência de conflitos e violência familiar na infância;
- **Adolescência** – Os primeiros relacionamentos; Gravidez na adolescência e início da vida adulta.
- **Relacionamentos conflituosos** – Conflitos de relacionamento e convívio com drogas e violência na relação entre os seus ex companheiros.
- **Relacionamento das mulheres com filhos** – Contato dos pais com filhos/ participação dos pais na criação dos filhos; Práticas de cuidado (rotinas Rede de cuidado – Circulação de crianças e pessoas envolvidas na rede); a importância das avós no cuidado; Diferença entre educar homem e educar mulher e o cuidado com atribuição feminina; Costumes, mitos e crenças – Práticas populares; Educação - Relação com escolas dos filhos e filhos problemáticos: Expectativas quanto ao futuro dos filhos.

Antes de começar a fazer a análise mais detalhada dessas categorias, primeiramente são apresentados alguns destaques e impressões que chamaram a atenção da pesquisadora ao iniciar o contato mais direto com as famílias. São questões que causaram surpresas quanto à diversidade, particularidade, fluidez e profundidade do que se estava descortinando. Sinalizaram um pouco do universo que se começava a investigar e desde logo fizeram aflorar aquela sensação de estranhamento e familiaridade já relatadas anteriormente e desta forma aguçaram o estímulo e desejo de conhecer melhor. São questões mais gerais que serviram de introdução ao estudo. Compreender a lógica do outro, a alteridade, conforme afirma Fonseca, 2002 “é um processo que não é tão óbvio quanto poderia parecer à primeira vista, pois implica o esforço de sair do nosso próprio sistema simbólico, que

nos acompanha como o ar que respiramos para tentar penetrar no sistema do ‘outro’” (FONSECA, 2002 – p. 19 e 20), esforço que se procurou desenvolver, a partir da apreciação mais pormenorizada das narrativas.

3.1 Primeiras narrativas das mulheres cuidadoras

No primeiro contato com a família de Tamara, ela tinha um trabalho eventual de faxineira e de ajudante de padaria, mas com planos de ter seu próprio negócio, abrir com uma amiga um serviço para fornecimento de lanches, conforme mostra sua narrativa. *“Agora no momento eu não tô trabalhando, tô parada assim, tô só fazendo esses biscates da padaria, uma faxina, nada assim comprometido!”* Um mês depois, ao retomar o contato com ela, identifica-se que já está com o seu negócio funcionando diariamente, das 19h à 1h, ainda que de forma informal e experimental. O serviço foi aberto sem atender a todos os protocolos necessários exigidos pelos órgãos competentes. A informalidade e transitoriedade do trabalho é a rotina, mas se diversificam, de acordo com as possibilidades que vão surgindo na vida das pessoas. Ao mesmo tempo, Tamara já estava pensando em colocar uma banca no sambódromo, no período do carnaval, uma vez que já possui uma carrocinha de lanches. Projetos de trabalho estão presentes na vida das mulheres, mas não de forma central, como nos aponta Sarti (2007, p.99).

Quanto ao trabalho remunerado da mulher, por mais secundário que seja seu lugar na família, o fato é que ela frequentemente trabalha, ainda que intermitentemente, dividindo com os filhos as entradas e saídas do mercado de trabalho, de acordo com as necessidades e possibilidades da família.

O exemplo ocorrido com Samara, quando seu filho adoeceu e precisou ficar internado no hospital expressa muito bem a rotina dinâmica das famílias.

[...] porque eu trabalhava nessa fábrica e eu deixava ele com esse meu ex-marido cuidando, só que ele não cuidava bem e aí quando foi pro Hospital que eu pedi demissão desse serviço também, pra mim cuida deles!

Em outras famílias, observou-se ainda que a forma como a mulher se relaciona com o trabalho, mesmo não sendo central na sua vida, acaba gerando um conflito pessoal, principalmente quando ela é sozinha para prover todas as

necessidades dos filhos, passando a viver um dilema entre cumprir com seu papel primordial da maternidade – cuidar dos filhos e da casa ou ter que trabalhar para “garantir os filhos bem vestidos e alimentados”.

Apesar assim que eu sinceramente as vez eu me sinto meio assim sabe, claro eu não falo perto delas agora eu tô falando porque elas não tão aqui presente, mas assim as vezes eu me sinto meio, ai como é que eu vô te explicá (choro), não é assim culpada, mas eu me sinto assim meio assim, meio é assim de não tá trabalhando assim num serviço de tê aquela rotina de ir e voltá todos os dias! [...] eu acho que eu poderia ter dado bem mais pra elas e pra mim também, então eu sinto claro, então eu sei que no momento agora eu não posso eu sei porque eu tenho muita coisa agora que tá me atrapalhando, não é por mim eu tenho que tá esperando também, não é por minha vontade mas no momento que eu puder com certeza é isso que eu vô faze que claro eu quero o melhor pra elas! [...] Eu posso te dizer que eu sô uma pessoa que eu vivo dividida entre elas, não culpando elas” (GRAÇA).

[...] agora mesmo eu tava trabalhando de segunda a sexta de faxina, desisti de trabalha na sexta porque na sexta eu tenho que cuida duma roupa deles, eu tenho que cuida duma faxina maior na casa, de faze uma alimentação melhor pra eles, eu sempre tento, às vezes eu chego correndo, mas eu trago sempre alguma coisa pra tenta agrada eles, pra essa minha ausência talvez não fica tão grande que nem fico do meu pai e da minha mãe que praticamente eles não deram aquele carinho que a gente tava precisando [...] o pai deles dá a pensão pra eles, mas sabe que ninguém vive de pensão, então eu tô sempre trabalhando pra não deixa falta as coisa pra eles! (Valentina)

Contudo, quando a mulher assume trabalhar, invariavelmente há a sobrecarga de tarefas, o que se costuma chamar da tripla jornada de trabalho, onde a mulher tenta conciliar as atividades profissionais com o cuidado dos filhos e da casa.

Em muitos países, o modelo “tradicional” do homem provedor e da mulher dedicada aos cuidados da família foi sendo substituído por um modelo no qual mulheres e homens se inserem no mercado de trabalho, mas os cuidados com a família permanecem, em grande medida, uma tarefa realizada apenas pelas primeiras. O novo modelo criou novas oportunidades para as mulheres participarem da “esfera pública,” mas não foi acompanhado por uma transferência correspondente do tempo investido pelos homens no mercado de trabalho para a “esfera privada”, mantendo deste modo uma divisão sexual do trabalho comum forte viés de gênero. (SORJ; FONTES, MACHADO, 2007 - p. 576)

Essa situação foi encontrada mais concretamente no relato de duas mulheres, uma que recentemente deixou de trabalhar e outra que retornou após a separação, pois enquanto esteve casada passou um longo período em casa cuidando dos filhos, do marido e da casa.

[...] é meio difícil chega cansada do trabalho, dum dia cansativo e te que chega em casa, te que lava a roupa, te que faz pão, te que cozinha feijão! Muitas vezes eu me culpo por chega às vezes estressada e chega em casa e te que faz um monte de coisa e eles pedirem pra mim olha o caderno e eu não te tempo pra olha o caderno! Eu dizer “agora não dá, agora não posso”, eles quererem me comenta alguma coisa do colégio e eu dize “agora não dá, agora não posso!” Porque eu tô sempre correndo, porque eu cheguei cansada do trabalho, tô fazendo as coisas em casa, tem que cuida deles, mas eu não consigo administra tudo, não consigo muitas vezes ajudá o Gabriel no colégio por falta de tempo e quando eu tenho tempo eu sempre tô muito cansada! (SAMARA)

[...] eu tive 12 anos casada com ele e aí ele não deixava trabalha, até eu arrumava serviço, mas ele não deixava porque aí eu trabalhava de noite e ele não cuidava as crianças de noite em casa! Deixava as criança sozinha aí eu tive que saí aí nós separamo e agora em outubro desse ano eu comecei a trabalha! [...] Eu falo, falo, começo a entra em desespero começo a chora porque é muita coisa só pra mim, né? Trabalha vim pra casa organiza, é colégio é tudo é muita coisa, mas tem que aguenta! (VALENTINA)

Vitale (2002), contextualizando as condições de existência das famílias monoparentais femininas, também salienta a sua transitoriedade frente aos percursos de vida.

O processo de monoparentalidade supõe vivências de relações, separações, recomposições de vínculos e dos sentimentos aí envolvidos, por vezes sentimentos dolorosos [...] a monoparentalidade não é um estado fixo e, portanto, deve ser captado no seu movimento, nas relações que se constroem e se desfazem (VITALE, 2002, p. 56).

As descrições a seguir estão apresentadas de acordo com as categorias que se mostraram mais pertinentes/frequentes e representativas, ao longo das narrativas das mulheres estudadas, frente aos propósitos desta pesquisa. Sarti (2004) fala que a análise sobre família deve partir de um entendimento do significado a ela conferido por quem a vive, como uma realidade de ordem simbólica, com significados próprios da sua cultura. Considerando esses aspectos, faz uma sugestão quanto a forma de abordagem da família:

Pretende-se sugerir, assim, uma abordagem de família como algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos desde que nascem, ao longo do tempo, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios e que será, por eles, reproduzida e re-significada, à sua maneira, dados os distintos lugares e momentos dos indivíduos na família (SARTI, 2004, p.13).

Assim, o fio condutor para apresentação da análise dos dados foram os ciclos das trajetórias de vida das mulheres, tendo como foco a temática do cuidado e como pano de fundo o universo simbólico e de significados, contextualizados, principalmente, a partir da sua inserção familiar e cultural.

3.2 Notas sobre a infância

3.2.1 Responsabilidade precoce pelo cuidado da casa

Em todas as narrativas, ficou evidente a precocidade com que as mulheres foram responsabilizadas pela realização das tarefas domésticas, muito em função de ter que ajudar os pais nos momentos em que esses saíam para trabalhar ou por obediência e respeito aos costumes da família. Nos relatos observou-se que algumas trazem essa situação com certo pesar, pelo peso da responsabilidade e pela perda de tempo para viver mais plenamente o período da infância e da adolescência. O pesar aqui descrito refere-se ao sentimento de tristeza e não de revolta ou indignação com seus pais ou contexto social. Não questionam o fato em si, demonstram conformismo frente a seus destinos, como se isso fosse uma sina a ser cumprida, como incumbência de ser mulher, uma obrigação moral (SARTI, 2007). Sarti mostra que as obrigações morais são a base fundamental das famílias pobres, onde as relações são marcadas pela hierarquia, obediência e necessidade, contrapondo-se à ideia do homem moderno, com primazia dos interesses individuais e igualitários, conforme exposto por Duarte (1986). Sarti, ao falar do papel da criança nessas famílias, ainda afirma:

As crianças vão perdendo suas regalias, à medida que adquirem condições de repartir as obrigações familiares, assemelhando-se ao estatuto de outros familiares. Pode-se dizer que o que define a criança, entre os pobres, é que ainda não participam das obrigações familiares, não trabalham, nem se ocupam das atividades domésticas, etapa cujo início depende das condições de vida familiares, tornando difícil delimitar a 'infância' entre os pobres (SARTI, 2007 p. 73).

Os relatos apresentados a seguir expressam com clareza estas questões.

[...] eu fazia, as coisas pra mãe eu fazia, que a mãe trabalhava! Aí um dia era minha irmã, um dia era eu! Desde o tempo do pai, com cinco anos, até uma vez eu quebrei todos prato da mãe, quebrei tudo [risos], depois nós comia nos pote, mas desde o tempo assim que eu tava com meu pai que recém o pai tinha pegado o serviço, era mais crítico assim o negócio aí a mãe tinha que trabalha pra ajuda ele! Então nós botava uma carreira de coisa assim, carreira de prato na bacia, eu lavava a louça, quebrei tudo! A mãe ensino nós desde pequena, ela não botava nós a trabalha, depois com oito anos mesmo que comecei um dia a minha irmã e outro dia eu, aí começo assim! Aí depois com oito mesmo que ela falo - "Flávia hoje é tu e amanhã a tua irmã!" Às vezes eu nem fazia, as vez fazia dois dia aí minha irmã reclamava aí eu fazia! (FLÁVIA) (20/05/2011)

[...] 10 anos já começava a cuida de criança, cuida meus sobrinhos, com 10 anos, a cuida eles, a limpa a casa, faze o serviço porque a mãe era uma família muito grande, muito pobre assim a gente então não tinha condições então a gente cuidava os sobrinhos pros... aí os irmãos davam um calçado ou uma roupa pra gente, davam dinheiro assim pra ajuda porque era difícil a mãe tinha 10 filhos! Aí a gente fazia assim! (VALENTINA)

Outra aproximação entre as mulheres é a conformação que receberam desde pequenas quanto às atribuições do papel da mulher. Quando suas mães saíram para trabalhar, coube a elas o cuidado da casa e dos irmãos menores, como mostram as narrativas.

[...] ela trabalhava assim em fábrica de conserva, ia todo o ano, nós era pequeno e era só eu e o meu irmão e aí eu ia pro colégio ele também, chegava em casa aí eu fazia a lida da casa, eu que cuidava de tudo eu cuidava de tudo desde os sete anos, tomava conta dele, dava banho e tudo! [...] até eu fica maiorzinha assim que eu pudesse cuida da casa e do meu irmão a mãe ainda não trabalhava, ela começo a trabalha eu tinha uns 6 anos aí com sete anos eu já fazia até comida, botava o banquinho na beira do fogão e fazia comida, ela chegava tudo pronto! É verdade comecei a toma conta de tudo cedo! (GRAÇA)

[...] e eu fiquei com o meu pai, o meu pai trabalhava, eu ficava em casa [...] eu fazia comida pra ele, ele vinha ao meio dia, almoçava, né? (TAMARA)

Lyra (2010) mostra que há uma ligação indissociável e direta entre o cuidado e o gênero feminino, como algo inerente e natural da maternidade, como se fosse um instinto feminino e não uma construção social, cultural e histórica que ao longo dos tempos afastou os homens desse universo e atribuiu à mulher essa função e criando também uma hierarquização dos papéis masculinos e femininos. Para o

autor, alicerçado em vários estudos psicológicos, sociológicos e antropológicos, essa associação está baseada em relações de gênero que são reproduzidas e atualizadas pelo universo simbólico familiar e por uma multiplicidade de instituições que vão além da família e relações de parentesco. Expõe algumas situações que levam à naturalização do cuidado pelas mulheres, como

Por que se incentiva as meninas a brincarem de boneca – o que pode ser entendido como um ‘treinamento’ para uma futura maternidade – e ao menino isto não é permitido? [...] Com as meninas é justamente isto que acontece: a tarefa de colocar um bebê de brinquedo para dormir ou banhá-lo, é observado como uma preparação para seu futuro papel de mãe (LYRA, 2010, p 85).

A autora Elisabeth Badinter (1985) causou impacto no mundo ocidental ao questionar o amor materno enquanto algo instintivo à natureza feminina. No trabalho realizado, mostra que a relação mãe e filhos, ao longo dos séculos vieram se modificando, em função de situações socioeconômicas históricas e de acordo com os contextos sociais e materiais em que as famílias estavam inseridas. Questões que ainda hoje são tidas como próprias e inerentes à maternidade, como cuidado, devoção, ternura, educação, acompanhamento do crescimento dos filhos e até mesmo o aleitamento materno exclusivo, nem sempre foram assim, segundo essa autora. Ressalta que o amor materno, enquanto valor natural e social eclodiu no fim do século XVIII, surgindo como algo novo, com uma mudança de mentalidade. Essa mudança traz para o centro a associação entre dois termos, o amor e o materno, o amor enquanto algo favorável à espécie e à sociedade ou até mesmo como um valor mercantil, ou seja, necessário para a criação de seres humanos que garantirão o progresso e riqueza de uma nação. Nesse contexto se destaca a figura da mulher enquanto mãe, como provedora do amor e cuidadora que formará cidadãos aptos às novas demandas sociais. Badinter aponta três discursos utilizados nessa época, necessários para convencer as mulheres a resgatar a importância do amor pelos filhos como uma forma de garantir a sobrevivência das crianças da nação, no caso em estudo, a francesa.

O primeiro, voltado para os homens, tinha um cunho econômico e estava baseado numa nova ciência, a demografia. O ser humano adquire um valor mercantil, de riqueza econômica, através do emprego de sua força de trabalho, para a expansão comercial do país. O homem passa também a ter uma importância

crucial para o estado, como garantia do seu poderio militar e do avanço e povoamento das colônias descobertas. Numa lógica quantitativa todos os homens se tornam força de produção em potencial para riqueza e prosperidade do país. O segundo discurso, voltado para ambos os sexos, tem cunho filosófico amparado em duas ideias que estimulam a expressão do amor, que são a igualdade e a felicidade entre os seres humanos. Os movimentos ocorridos a partir dessas premissas tinham por objetivo colocar em cheque a autoridade paterna enquanto o pilar central da educação dos filhos, promovendo maior igualdade entre os homens, as mulheres e as crianças. Dessa forma a mulher alcança maior autonomia e valorização frente à importância do seu papel de mãe atenta e presente na formação de cidadãos. Essa condição, no entanto, deixa a mulher limitada a seu papel de esposa e mãe, longe de estar em condições de igualdade com os homens. Com relação à felicidade, a ideia subjacente mostra a emergência para que o homem seja feliz no aqui e agora, que sua missão na vida é ser feliz. A felicidade não como uma questão individual, mas como compartilhada coletivamente. Assim, para que uma família seja feliz ela precisa estar constituída pelo amor de seus membros entre si. O direito ao amor afetou o autoritarismo em que as relações estavam fundadas até então e a mulher teve que ser educada para fazer suas escolhas amorosas e realizar a sua felicidade e da sua família, já que até então tinha que se submeter a escolhas feitas pelos seus pais. Desse modo a família, marido, esposa e filhos se refugiam no interior da casa, na vida íntima, como um ninho afetivo para expressão do amor materno, se fechando e se voltando sobre si mesma. É o início da família nuclear moderna que ainda se encontrava em processo de instauração como modelo de família dominante e de meio para garantir o cuidado e sobrevivência de sua prole. O terceiro discurso era voltado somente para as mulheres, como um clamor para chamar a atenção para a sua responsabilidade frente à nação de cumprir com o seu dever de mãe, criar homens, educá-los e cuidá-los e daí a dimensão da importância que as mulheres adquirem diante da sociedade, sendo resgatado para isso o amor materno como inato a ser mulher, como um instinto natural da mulher, muitas vezes comparando-as aos animais e aos instintos das fêmeas para sobrevivência dos filhotes.

Nesse contexto, esse era o ideal de mulher, onde ser dotada de razão e vontade não era bem visto pela sociedade, pois colocava em risco o cumprimento de seu papel primordial e inato, que era cuidar e proteger os filhos. “Boas reprodutoras,

sem curiosidade nem ambições, era o que lhes convinha. Uma vez que a razão corre o risco de se corrompida pelos preconceitos, mais vale que a mulher continue adormecida” (BADINTER, 1985, p. 188)

Um elemento a mais de precocidade é o ingresso no mundo do trabalho. Em alguns relatos apareceu essa situação, como o de Valentina, que com 13 anos teve seu primeiro emprego formal como safrista. Ela assim relata:

[...] com treze anos eu comecei a trabalha na fábrica então não tive muita adolescência, não tem da parte assim de pequena até a minha adolescência eu não tive muito porque com treze anos eu fui trabalha numa fábrica! Então quer dizer que o que eu fui aprendendo eu aprendi com o mundo assim eles não tiveram tempo nenhum pra me ensina, nem porque não em seguida, treze anos, claro eu fui trabalha e aí depois aí continuei trabalhando, trabalhando aí eu ia aprendendo sempre, estudando, aprendendo, estudando, aprendendo, foi assim!

Fonseca (2002), nos seus estudos em uma vila de Porto Alegre/RS, se surpreendeu com o grande número de crianças em circulação, principalmente no que se refere ao ingresso das crianças no universo adulto, chamando sua atenção sobre a questão da precocidade da infância nas classes populares. Sobre isso diz:

No contexto que estudamos, a ‘infância’ não parece se prolongar para além dos 12 ou 13 anos. A partir desta idade, os indivíduos, já com anos de experiência fazendo biscates, começam a decidir por si mesmos seu lugar de residência. Mesmo que os pais se queixem durante a fase de transição, a aparente satisfação com que falam da autonomia de seus filhos nesta faixa etária – o emprego dos homens, o ‘casamento’ de suas filhas – sugere um reconhecimento implícito desta entrada precoce no mundo adulto (FONSECA, 2002, p. 77).

Ainda com relação ao ingresso precoce dos jovens no mundo do trabalho, Losacco (2010) mostra que essa situação quase se torna uma exigência, frente às adversidades que as famílias de baixa renda enfrentam; salienta, no entanto, as consequências que o fato acarreta para o resto da vida desse adolescente, ao afirmar:

Sem a possibilidade da preparação necessária (escolaridade formal, cultural e técnica) para o desempenho de um papel profissional especializado, vemos cada vez mais dificultada a conquista de emprego e ampliada exploração de sua mão-de-obra, exploração esta concretizada pelos baixos salários e o acúmulo de jornadas de trabalhos para garantia de sua manutenção (LOSACCO, 2010, p.72).

Outro caso chamou a atenção sobre a precocidade no mundo do trabalho; foi o de Flávia, que iniciou a trabalhar com oito anos, cuidando de uma menina maior que ela, com dez anos. É interessante verificar o quanto essas vivências moldaram a sua identidade na medida em que outros trabalhos realizados, um ainda na infância e depois outros na vida adulta, mesmo que eventuais, foram cuidando de pessoas, crianças e idosos.

É, não é trabalha, na frente de casa assim! A mulher me pagava pra mim compra meus material, mas eu tinha meus material, mas eu gostava de ter mais coisa sabe? A mulher me pagava aí a mãe não queria, mas eu que queria! Desde cedo começa a trabalha é bom, não é tão bom porque a criança não...[...] Cuidava uma guriazinha maior do que eu só que ela era baixinha! [...] Ela tinha uns dez ou onze anos, só que ela não crescia, era uma criança que ficava sempre do mesmo tamanho! Mas a guriazinha era apaixonada por mim, gostava de mim, cuidava ela com todo carinho do mundo! [...] A hora do almoço, eu dava, aí a mãe me avisava que era aqui na frente de casa! [...] Ai que eu me lembro era da banho, depois eu trazia ela pra cá pra brinca com nós aqui em casa com a mãe, aí a mãe já dava mais uma reparada aqui pra ajuda! Quando eu tinha que ir pro colégio aí ela ficava com a mãe!

Sarti (2007), fazendo referência ao trabalho para as famílias pobres, identifica, na pesquisa realizada, corroborado por análises de vários autores, que a compreensão da importância e valor do trabalho de crianças e adolescentes para essas famílias deve levar em conta alguns aspectos. Entre eles aponta que o trabalho dos filhos pode servir de proteção contra riscos que a rua oferece. Ao mesmo tempo considera que a rua, como um espaço familiarizado e de circulação da criança, como extensão da sua casa, é o local que aponta possibilidades de trabalho, “principalmente para as crianças que aí vão aprendendo a trabalhar, pois é onde se sabe quem e onde precisa de serviços que elas fazem” (SARTI, 2007, p. 104). Afirma que o trabalho da criança geralmente ocorre nas redondezas da casa, realizando atividades domésticas, compatível com a frequência escolar. Mas ao mesmo tempo mostra também que a vivência do trabalho na rua, para trazer dinheiro para a família, pode afastar a criança das cercanias da casa e levar a uma

“situação de rua”. Diz ainda que quando os jovens ingressam no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que isso faz “parte de sua obrigação de filho/a, não deixa de significar a afirmação de sua individualidade” (SARTI, 2007, p. 105), tendo como causa a possibilidade de poder adquirir bens de consumo próprios aos padrões dos jovens urbanos. O trabalho infantil é um padrão cultural nas famílias de classes populares que socializa a criança e tem uma complexidade que deve ir além da concepção da “denúncia do trabalho infantil”. Essa questão deve ser contextualizada a partir da dificuldade da criança que concilia estudo e trabalho em se inserir na vida escolar. Concluindo as análises de Sarti (2007), ela mostra que o trabalho das crianças e adolescentes das famílias pobres urbanas, enquanto valor, está baseado em relações de dar, receber e retribuir.

3.2.2 Por quem e como as mães/ mulheres foram cuidadas e como aprenderam a cuidar

Quando as mulheres eram questionadas como foram e por quem eram cuidadas quando crianças e adolescentes, na maioria das vezes, as respostas mostraram condutas autoritárias, rígidas e conservadoras de seus pais – homens. Frente a isso, novamente no relato transparece uma atitude de aceitação e obediência por parte das mulheres. Esse aspecto é apresentado por Sarti (2007) quando fala que a moral das famílias pobres é baseada em valores tradicionais, alicerçada em relações de lealdade e obrigações mútuas e recíprocas. Contudo, diz que a “permanência de padrões tradicionais não significa fatalmente um obstáculo à mudança, desde que esta não seja pensada como um processo linear e numa única direção” (SARTI, 2007, p. 53). Mudanças e novos sentidos que as mulheres entrevistadas foram incorporando as suas vidas, conforme vem sendo apresentado ao longo deste trabalho.

As narrativas demonstram com clareza os aspectos apontados:

Ai nós era muito trancado assim, muito retraído, meu pai não gostava disso, meu pai não gostava daquilo, meu pai trancava muito a gente! A gente não

podia vê nada na televisão, se passasse uma mulher pelada ou alguma coisa o meu pai desligava a televisão, meu pai era muito brigão (TAMARA).

[...] o pai era mais rude! O pai sempre foi, até agora se ele tive que xinga nós... a mãe não, a mãe é tri boa, o pai é mais brabão, a gente ganhava um brinquedo e ele botava fogo nos nossos brinquedo [risos], pai não era de te brinquedo no terreno assim. Mas era um pai bom! (FLÁVIA)

Sarti (2007) ressalta ainda outro aspecto da moralidade, baseada na conduta autoritária dos pais - homens, a partir da relação que a família estabelece com o mundo externo. Paradoxalmente, o pai no domínio do lar tem sua suprema autoridade garantida pelo papel social atribuído ao homem, diferentemente da posição que ele ocupa no espaço público, que, na maioria das vezes, é de subalternidade.

Nessas regras implícitas na convivência cotidiana percebe-se a demarcação da hierarquia familiar, reafirmando as fronteiras entre o masculino e o feminino e conferindo ao homem um lugar de autoridade na família que ele, trabalhador e pobre, não encontra no mundo da rua (SARTI, 2007, p. 61).

Essa é uma amostra das muitas vulnerabilidades a que são acometidas as famílias das classes populares, como a inconstância e precariedade do trabalho, diante de questões estruturais do mercado de trabalho que fogem e independem da sua vontade. São situações que geram contínuas instabilidades na vida familiar, motivo de frequentes separações conjugais conforme argumenta Sarti (2010).

A vulnerabilidade da família pobre ajuda a explicar a frequência de rupturas conjugais, diante de tantas expectativas não cumpridas. Dada a configuração das relações de gênero, o homem se sente fracassado, e a mulher vê rolar por água abaixo suas chances de ter alguma coisa através do projeto de casamento [...] o lugar central do homem na família, como trabalhador/provedor, torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas, cujas determinações escapam a seu controle (SARTI, 2010, p. 29).

De fato como se observou nos depoimentos das mulheres, tanto as suas famílias de origem como as suas próprias constituídas, foram marcadas por separações. Das cinco mulheres entrevistadas, apenas uma não teve seus pais separados conjugalmente. Entre elas próprias, todas tiveram mais de uma relação estável, possivelmente ainda possam a vir a ter outras, considerando que são, na sua maioria, bem jovens. Entretanto, relatam, como se verá posteriormente, medo e insegurança para assumir novos relacionamentos mais estáveis, principalmente temendo pela conduta e relacionamentos agressivos que possíveis padrastos de seus filhos possam ter com eles.

Quanto relatavam a questão, por quem eram cuidadas todas elas inicialmente responderam que foram os seus pais, mais frequentemente as mães e eventualmente os pais e padrastos. Na medida em que elas iam relatando apareciam outras pessoas como irmãos mais velhos tios, tias e vizinhos. É interessante destacar que em nenhum relato apareceram os avós, nem como figura central nem como de apoio no cuidado dessas mulheres, denotando, possivelmente, a não proximidade desses na convivência familiar. Pode-se supor, por informações fornecidas nos depoimentos, como um dos motivos para essa situação, o fato de duas mulheres entrevistadas terem migrado para o Bairro Getúlio Vargas ainda quando crianças e com isso cedo se afastarem do convívio dos parentes consanguíneos. É provável que existam outros motivos históricos e culturais, próprios do contexto social e familiar, relativos ao período de infância dessas mulheres, que neste trabalho não se tem como dimensionar, para compreensão da figura dos avós não aparecerem como cuidadores. Contudo, sabe-se que o convívio intergeracional, embora sempre tenham existido como é o caso das famílias extensas, atualmente se faz mais presente na sociedade, como é apresentado por Vitale (2010, p. 98 e 99).

Na sociedade contemporânea, o aumento da expectativa de vida, bem como a maior permanência dos jovens em casa, modifica significativamente as relações intergeracionais: crianças e jovens tendem a conhecer e a conviver mais com seus avós e bisavós. Há, com frequência, quatro gerações coexistindo numa mesma família. Vale enfatizar que essa convivência não apaga, contudo os contornos e confrontos geracionais.

De sorte que, nos relatos, é possível identificar a diversidade de pessoas por quem as mulheres foram cuidadas ao longo de suas vidas, diversidade que revela a busca por alternativas na tentativa de atender e se adaptar às contínuas intercorrências familiares. Contudo, essa constatação só foi possível com o desencadeamento da metodologia da história oral, porque inicialmente, quando questionadas por quem foram cuidadas, imediatamente as mulheres responderam que havia sido por seus pais, no entanto, quando foram aprofundando o relato e mergulhando em suas histórias passaram a identificar outros “atores” presentes e importantes nas rotinas familiares de suas infâncias e adolescências, conforme se mostra a seguir:

[...] A mãe deixava eu com meu irmão mais velho, quando me deu sarampo recolhido. Fui para no hospital, não comia, ele era criança, ele tinha quatorze ou quinze, criança deixava a gente fazer o que queria, era criança! Aí eu fui para... eu tava com sarampo, eu tava tomando banho na valeta, o meu irmão se desligo um pouquinho de mim, eu fui pra valeta! Me deu sarampo recolhido, aí a mãe passa a outras pessoas cuidar dele e o meu tio começo a cuidar nós! [...] Não tinha responsabilidade de cuidar de criança! Foi aí que meu tio começo a cuidar! (FLÁVIA)

[...] mas quem teria que ter responsabilidade era a gente mesmo porque sabia que a mãe da gente e o pai tinham que trabalhar pra trazer alimentação né o que a gente tinha então a gente tinha que... eles nos cuidavam, mas a gente praticamente cuidava uns aos outros assim! Então a gente se cuidava junto, nós! Porque se eles parassem de trabalhar quem é que ia trazer alimentação? Então a gente... eles ajudavam nós trabalhando, trazendo alimentação e a gente se ajudava se cuidava uns aos outros, os mais velhos cuidavam os mais novos pra poder assim, o meu pai e a minha mãe trazer alimentação pra dentro de casa! (VALENTINA)

Os estudos realizados por Sarti (2007) auxiliam no entendimento dessas situações, quando faz uma análise, a partir das categorias trabalho, moralidade e hierarquia das famílias pobres. Ela chama a atenção para que na compreensão dessas famílias, é necessário considerar os diversos movimentos realizados pelos seus membros para dar conta das diversas adversidades que ameaçam cotidianamente a estabilidade e existência do grupo familiar, identificando as razões que movem as pessoas, não apenas através das experiências materiais, mas também pelos seus aspectos simbólicos. Sua pesquisa “tem por objetivo mostrar que é possível ver essas questões sob outro prisma, porque mesmo os níveis mais

elementares das necessidades materiais (a 'infra-estrutura') são estruturados dentro de uma situação simbólica" (SARTI, 2007- p. 53).

O exemplo de Samara elucida bem esses movimentos e trajetórias desempenhadas. Ela, como foi descrita na apresentação das mulheres, em vários momentos manifestou uma inconformidade quanto à discriminação da mulher na sociedade. Quando questionada como desenvolveu essa crítica e consciência com relação ao papel da mulher, responde que foi sentindo na pele. Relata que desde criança essas questões lhe chamavam a atenção como notícias em jornais que falavam sobre a condição da mulher, preconceito e movimento feminista e também de como ficava incomodada com sua mãe, irmão e amigos, quando expressavam um tratamento desigual em relação à mulher, colocando-a numa posição inferior ao homem e denotando desta forma uma situação de injustiça e desigualdade entre homens e mulheres.

Na pele, não foi movimento nenhum, não foi com a minha mãe, foi na pele! Foi eu vendo, escutando até mesmo desse meu último namorado "tu nunca vai se igual a um homem, tu nunca vai bate em um homem!" Entende? Ou eu escutando a minha chefe dizer "tu é muito bonitinha pra ta na minha lavanderia!" Ou vendo as pessoas dizendo "tu não é capaz!", "Tu pensa que tu pode fazer o que um homem pode fazer!" [...] Quando eu era criança eu olhava muito jornal e eu via muito movimento feministas na época [...] Até a minha mãe dizendo... eu dizia "mãe posso brincar na rua?" E a minha mãe dizia "não, não pode", já eu dizia "mas por que o Marcelo, o meu irmão, pode?" E ela dizia "ah o Marcelo é homem, nada pega, tu é mulher já pega!" E aquilo já me revoltava, "por que ele pode e eu não posso? Por que ele é um menino e eu sou uma menina? Por que um menino pode jogar futebol e a menina não pode jogar futebol? Por que que a menina não pode?" (SAMARA)

Todavia, no seu relato, atualmente, demonstra um sentimento ambivalente com relação à mãe e ao irmão. Quando explica os motivos que a tornaram uma pessoa violenta na adolescência e início da vida adulta, justifica como causa desse comportamento a violência que sofreu na infância, da mãe e do irmão. Ao mesmo tempo diz que hoje conseguiu perdô-los e manter uma convivência cordial.

[..] eu acabei me tornando violenta pra me defender! Conforme eu fui crescendo eu saí de casa e eu prometi uma coisa pra mim mesmo, que nunca mais ninguém ia me tocar um dedo, pelo fato de eu ser pequena, por eu ser mulher! Aí o que eu fiz? Eu acabava sendo agressiva quando alguém me agredia! Fisicamente! Eu até o meu ex marido eu esfaqueei, esfaqueei! O primeiro! Eu esfaqueei, o segundo também! E acabei me tornando uma pessoa violenta! Acabei me tornando uma pessoa violenta e ao mesmo tempo eu não tava na igreja na época, mas ao mesmo tempo eu sabia que o

que a gente planta a gente colhe e aquilo sempre vinha na minha cabeça, que eu ia sempre colhe por ter dado aquelas facada! E foi eu entra pra igreja que hoje eu do a outra face pra bate e com paciência eu olha pra aquela pessoa sem ódio, por incrível que pareça!

[...] Batia, mas sempre tinha um motivo, nunca foi bate de malvada! Sempre bate, mas naquele bate de defesa! Se alguém viesse me agredi. Às vezes eu não esperava nem a provocação, eu esperava vim me agredi aí eu agredia! Aí eu já agredia, aí eu já ficava cega, eu já pegava um pau, qualquer coisa que pudesse fere, pudesse machuca eu já pegava e já fazia né, era só o instinto de defesa, aquela coisa bem animal mesmo, não me botava em ninguém por me fala alguma coisa, batia boca também! Mas eu só agredia uma pessoa quando essa pessoa vinha me agredi em sinal de defesa, porque como eu te disse, sem pai, sem mãe, sem irmão, sem ninguém pra me defende eu me senti só e aí despertei essa coisa agressiva em mim de me defende! Depois eu entrei pra igreja e não so mais agressiva, graças à Deus!

Relativiza a situação hoje, mostrando reaproximação e o seu perdão à sua mãe e ao seu irmão, justificada pela acolhida e aprendizagem que a religião lhe proporcionou e também pelo fato de sua mãe estar mais calma e sossegada.

[...] minha mãe se acalmo muito, minha mãe já não tem mais a disposição de antes, então a gente se dá bem na medida do possível, ela vem às vezes me visita lá de Piratini e não adianta, porque não adianta guarda rancor, eu guarda mágoa que vai faze mal só pra mim né! Só tento esquecer e pensa, passei né, mas vamo vê o lado bom, passei mas aprendi, so o que eu so hoje graças ao que eu passei, então eu não culpo a minha mãe por nada, não culpo! Porque era uma coisa que eu tinha que passa, era uma coisa que eu tinha que aprende.

[...] Até agora ele tem vindo mais aqui, tem se preocupado mais comigo pelo fato de eu tá desempregada de novo e sim não é uma grande amizade, até mesmo porque a gente de repente tem até medo de briga, então a gente já... a gente tem aquela amizade, a gente tem um carinho um pelo outro, mas a gente tem medo às vez assim de demonstra certas coisas porque a gente tem medo de briga!

Por fim, faz uma fala demonstrando, admiravelmente, resignificar suas vivências, destacando o quanto essas experiências tem-na ajudado no enfrentamento das adversidades hoje, tornando-a uma pessoa mais forte e propositiva frente a sua vida.

[...] tenho pra dizer que [...] por a minha mãe não ter me mimado, não ter passado a mão na minha cabeça, ter me ensinado desde pequena a trabalha, a consegui alguma coisa por mim mesma, que hoje eu consigo cria os meus filhos e te alguma coisa, por eu te aprendido a luta por mim mesma desde criança! (SAMARA)

Diante do caso relatado acima, novamente faz-se necessário mencionar a importância do uso da história oral como metodologia de pesquisa, considerando a profundidade e seriedade com que foi possível investigar a temática e a riqueza de informações que se pode acessar, facilitando sobremaneira a análise dos dados.

Quanto ao fato da mãe trabalhar, nos relatos a seguir, aparece um conflito em forma de queixa, quando perpassa a ideia de que cabe ao pai a função de prover o sustento da casa, e a mulher, ao trabalhar, não cumprir com a sua função principal, que seria cuidar dos filhos.

[...] a mãe ela não tava presente, tava sempre trabalhando, quer dizer, ele trabalhava ali no serviço dele em casa assim pra...no caso pra comprá comida no caso, e a mãe trabalhava pra comprá roupa e colégio essas coisas pra nós, então é uma coisa que eu acho os pais hoje em dia todos fazem assim! (GRAÇA).

[...] hoje em dia não tem coragem de chega na mãe porque a gente não teve aquela amizade assim, então eu tento contorna o que aconteceu comigo com meus filhos, então de noite eu pergunto como foi o colégio, se eles foram no colégio, como é que eles tão, tento da uma carinho pra cada um deles, do meu jeito assim, fim de semana também eu tento agrada eles aí eu fico em casa assim, [...] a minha mãe assim nós não se acertamo porque ela viveu muito afastada de nós, trabalhando direto e reto assim, modo de dizer, então eu tento reverte esse caso pra eles não se senti a mesma coisa, a minha mãe saia de manhã, vinha de noite e ta acontecendo a mesma coisa comigo aqui, então eu tento da o que a minha mãe e o meu pai não me deram! (VALENTINA)

Nos depoimentos apresentados aqui fica evidente a importância da família no percurso da vida das mulheres, assumindo um papel de conformação das suas identidades, singulares e sociais, a partir do compartilhamento de valores e costumes inerentes e comuns a todos os membros do seu grupo familiar. Serviram de modelo ou até de antimodelo, mas de qualquer forma sempre sendo uma referência que ajudaram a situá-las no mundo. Sarti (2007) explica melhor:

A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Em poucas palavras, a família é uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação do mundo (SARTI, 2007, p. 53).

A partir de todas essas considerações e análises procurou-se trazer a importância da família na formação das mulheres entrevistadas e de como esse processo ocorreu.

3.2.3 Vivência de conflitos e violência familiar na infância pelos pais

Uma situação encontrada entre quase todas as famílias de origem, das mulheres entrevistadas, é o fato de seus pais terem se separado, ainda quando elas se encontravam na infância e/ou adolescência. Acrescido a isso, essas separações foram marcadas por conflitos familiares importantes, principalmente brigas entre eles, na maioria das vezes com uso de violência física. Em alguns casos, a violência se manifestou com tentativa de abuso sexual por parte do padrasto. Observou-se que essas situações trouxeram repercussões na vida adulta, conforme mostram os relatos a seguir, de quatro mulheres entrevistadas.

Nós fomos criados no meio de muita briga assim de bate boca, discussão! Acho que é por isso que eu não consigo ficar com alguém eu tenho medo que os meus filhos passem pelo que eu passei, porque eles brigavam demais! [...] a minha mãe e o meu pai brigavam muito, né? Então quer dizer, nós fomos criados no meio de briga, entendeste? E então o meu pai e a minha mãe ficaram casado até essa época e depois se deixaram porque não se suportavam mais, porque já estavam se espancando né, então a mãe saiu de casa e deixo a casa pra ele (TAMARA).

Ah era horrível! Era horrível, era a mãe se jogando por cima dele tentando matá ele e caindo porta caindo tudo! Era horrível! Era horrível, ele bebendo, bebendo, não tinha dia, não tinha hora aquilo era de manhã direto até a noite, era horrível!... eu não quero assim é que se repita ou que aconteça coisa com elas aqui em casa com as minhas filhas, o que aconteceu quando eu era pequena! Então eu acho que eu tenho que fazer diferente! (GRAÇA).

Mas ele é bom, hoje só que ele batia mais é na minha mãe por isso que eu não gostava muito! [...] perto de nós por isso que a mãe separou dele! Uma vez ele foi dá na cara da mãe pego na minha! [...] Machuco e aí eu comecei a chorar e ele começou a se abraçar em mim (FLÁVIA).

[...] porque uma vez a minha mãe me buscou dos cabelos no colégio quando eu era criança! [...] no colégio ela fazia só de vez em quando, mas as pessoas da rua que viam isso, mas cada um cuidava da sua vida! Eu não sabia que de repente uma professora pudesse me ajudar, eu não sabia disso, não sabia que eu poderia procurar ajuda, eu não sabia que eu tinha direitos que me defendesse porque eu era uma criança! eu também não comentava com... porque eu acho que todos meus amiguinhos apanhavam também! [...] Com doze anos de idade como ela vivia tendo maridos

complicados que batiam nela, que bebiam, eu tive um namorado que foi esse meu ex marido, e a minha mãe me correu de casa com doze anos de idade e eu fui mora com esse meu ex-marido. Com doze anos! [...] Era muita briga, muita violência! O meu padrasto tentava me agarra, minha mãe sempre me batia, me espancava, [...] ela sempre me batia muito, eu tinha medo de fica sozinha com meu padrasto e eu tinha medo de conta pra ela, mas ele nunca chego a faze nada, ele só tentava porque eu fugia! [...]Foi mais tudo isso que me deu coragem de saí de casa! Mas era muita briga, muita violência, tanto ela quanto meu irmão me batiam muito, muito! [...] sempre tinha muita briga, muita briga! Meu padrasto bebia demais, batia demais na minha mãe! (SAMARA)

Sawaia (2010), ao discorrer sobre família e afetividade, situa a violência a partir da experiência do sofrimento, “sofrimento ético-político” (dor físico-emocional) a que alguns segmentos sociais são submetidos pela exposição à injustiça, preconceito e falta de dignidade, devido à sua condição social. Afirma que:

Esse sofrimento empobrece e afunila o campo de experiência e percepções, bloqueando a imaginação e a reflexão; torna as pessoas impotentes para a liberdade e a felicidade, quer na forma de submissão, quer na de ódio e fanatismo. Seu exemplo mais emblemático é o **sofrimento da indignação moral**, que pode manifestar-se seja como desamparo, violência contra familiares e alcoolismo, na intimidade, seja como passividade ou rebelião e criminalidade na vida pública (SAWAIA, 2010 – p.45 e 46) (grifos do autor).

A autora, ainda fazendo uma abordagem psicossocial dos afetos na família, apresenta um estudo realizado pelo Núcleo de Estudo Psicossocial da Dialética Exclusão/Inclusão – Nexim, vinculado a PUC – SP, que mostra os sentimentos dos pais de famílias em situação de vulnerabilidade social. O sentimento de incompetência da mãe, frente à necessidade de cuidados e proteção aos filhos, aparece como principal motivo de sofrimento das mulheres/mães, ocasionando condutas violentas, como trancar os filhos em casa ou castigar fisicamente. O maior sofrimento para o homem, segundo a pesquisa, é a dificuldade para manter o sustento da família, sendo apontada essa situação como uma das causas da dependência ao álcool e/ou outras drogas.

3.3 Adolescência

3.3.1 Os primeiros relacionamentos

Falar da adolescência das mulheres, enquanto uma etapa dos ciclos da vida, torna-se complexo, considerando as questões e expressões próprias desse momento da vida, como também as manifestações do modo de ser adolescentes inerentes a cultura das classes populares. Acrescido a esses aspectos, as peculiaridades das histórias de vida das mulheres, onde se observou serem marcadas por diversas precocidades, como assumir cedo as responsabilidades de tarefas domésticas e cuidado dos irmãos menores ou até mesmo o ingresso no mundo do trabalho ainda na infância. Juntem-se a isso relacionamentos familiares agressivos, tumultuados e repressores, principalmente quando a manifestação e exercício da sexualidade e a convivência com seus pares. O conjunto dessas questões provavelmente tenha contribuído para a evasão escolar, e assim pouca qualificação para o trabalho, gravidez precoce e o afastamento antecipado da família de origem para constituir sua própria família. Período da vida em que orientações recebidas, necessárias para a formação da pessoa enquanto sujeito no mundo, na maioria das vezes, não vieram de seus pais, pela pouca disponibilidade de tempo ou mesmo pela pouca valorização ao diálogo, mas de outras pessoas como demais parentes, vizinhos e amigos, favorecendo a apreensão de informações parciais, distorcidas ou inconsistentes. Cabe ainda ressaltar que ao falar sobre os primeiros relacionamentos, acabou-se se falando já de uniões conjugais estáveis, uma vez que três das mulheres entrevistadas se casaram e engravidaram no período relativo ao início da adolescência. Os relatos a seguir dão conta de esclarecer essas impressões:

[...] os pais sai de manhã e chega a noite! Então muitas coisas que a gente aprendeu na adolescência, a gente aprendeu talvez com os vizinho, com amigo, com uma pessoa assim, porque eles mesmo pra da um conselho pra gente eles nunca deram, um carinho assim que a gente tinha as vez né precisava a gente não tinha porque saiam de manhã cedo e chegam de noite, muitas vezes saiam a gente tava dormindo, eles chegavam a gente tava dormindo, então o que a gente aprendeu, a gente aprendeu assim com os

vizinho, com uma vizinha que não trabalhava! [...] Ah o meu pai e a minha mãe eles eram rude porque eles não deixavam a gente sai, eu já tinham 18 anos... com 23 anos apanhei do meu pai, mãe de filho já eu apanhei dele, ele não deixava a gente sai, era sempre em casa ou trabalhando, fazendo alguma coisa, era difícil a gente pode sai! Pra sai tinha que vim 10 amiga tudo se junta pra pedi pra ir numa festa ou lugar! (VALENTINA)

[...] o meu pai já escondia, aparecia uma propaganda, uma minissérie de putaria o meu pai não deixava nós vê, então quer dizer, não adianta! Hoje em dia tá mais aberto, mas na nossa época mesmo essas coisas davam tarde da noite, às vezes queria vê uma minissérie, a minha mãe queria vê ele não deixava! [...] Que não adianta ele me menti, que nem ele disse pra minha irmã que é pra ela anda na linha reta, se ela dobra ela vai perde todas regalia que ela tem, e a linha com ele é reta! (TAMARA)

[...] nessa época não tinha essas coisas que tem agora entendeste? Hoje em dia tem, tudo ta mostrando, tem pessoas que falam abertamente, nessa época ninguém falava nada abertamente, era tudo escondido, na minha época não existiam essas coisas ou era o meu pai que tapava muito as coisas da rua, porque nós fomos conhece o mundo mesmo a hora que a gente saiu pra rua, [...] anticoncepcional até tomava, mas tomava errado! Com meus pais não sabendo! [...] entre amigas, eu comprava que na época no Posto não davam também anticoncepcional nessa época, agora eles dão! E então eu não me lembro assim de quem dava explicação sobre isso, não a minha família, a minha família não dava! [...] namorava escondido porque eu já estudava à noite nessa época! Então namorava escondido também! Tudo era escondido, estouro quando engravidei, a minha mãe sabia que eu tinha namorado porque até ela mesmo conhecia os parente desse pai dos meus guri, mas o meu pai não sabia, meu pai quer dizer, se fazia que não sabia porque eu fugia pros baile, de repente também ele... como eu digo hoje, eles fingem que não sabem das coisa, mas sabem! (TAMARA)

A desinformação e educação repressiva possivelmente cooperaram para a gravidez indesejada de Tamara, como foi visto no relato acima, e diante da reação de seu pai de não aceitação da sua gravidez, teve que se submeter ao convívio com ele, sofrendo indiferença, rispidez e grosseria até conseguir um lugar para morar com o pai do seu filho.

[...] ele reagiu mal, mas aí como a minha mãe e meu pai tinham se separado, entre guardas ele fico comigo, ele disse pra mim “tu vai sai daqui”, mas ele não podia me bota pra fora porque eu era menor naquela época, tinha toda aquela polêmica, nós tava em justiça eu acabei ficando lá! Ele reagiu estupidamente, me xingo, me boto-le a boca, me correu de casa, mas aí eu disse pra ele que ele não podia me corre de casa enquanto eu não me casasse porque eu não tinha pra onde ir e eu era menor, então eu ia procura os meus direito! Aí ele teve que me engoli, aí eu me casei, me casei... me juntei! Fiquei até seis meses de gravidez do Luciano eu fiquei na casa dele! [...] Ai era chato assim, mas ele não me agredia, não me falava nada, só dizia pra mim “quando é que tu vai embora? Quando é que tu vai embora? Quando é que tu vai embora? Arrumaste um homem, vai!” (TAMARA)

O relato de Samara é bastante contundente quando fala da reação das pessoas quando saiu de casa, com doze anos, para se casar como uma alternativa para fugir do ambiente familiar hostil. Demonstra uma solidão, abandono e desamparo, não só de seus familiares, mas também de outras pessoas, como amigos e vizinhos e também de agentes públicos como professores e profissionais da saúde.

Pessoas me criticaram, me disseram que eu tava errada, que eu era uma criança e que aquilo era muito feio, mas nunca me explicaram, me criticaram! Só isso mas nunca...pessoas próximas, pessoas distantes, qualquer pessoa, aquilo ainda mais na época era horrível, foi lá nos anos 90, 94 por aí e então era... o pessoal era mais conservador então era horrível aquilo [...] porque me julgava, me apontavam, me criticavam, mas nunca ninguém chegou em mim e disse porque era errado! Ficaram todos contra mim! (SAMARA)

Assim como o relacionamento de Samara em que a expôs a vivências e a envolvimento com consumo e tráfico de drogas, violências, furtos e prisões, as demais mulheres da pesquisa, começando na adolescência, também viveram situações semelhantes nos seus relacionamentos conjugais ao longo de suas vidas.

Losacco (2010) analisa fatores que levam ao processo de exclusão dos jovens de classes populares, como “crescimento significativo da população juvenil brasileira; difícil acesso à educação, à cultura e ao lazer; difícil acesso ao sistema de saúde; baixos valores de rendimento familiar; evasão escolar; etc.” (LOSACCO, 2010, p. 72), tornando-os suscetíveis à vulnerabilidade social, dizendo ainda:

A vulnerabilidade própria da idade, somada a esses fatores, expõe o jovem pobre a situações adversas, como abuso e o tráfico de drogas; a gravidez precoce e indesejada; as transgressões, as infrações e os crimes dos quais são vítimas e/ou autores; a morte precoce e outras [...] Percebemos a ausência dos adultos advinda, dentre outros fatores, do acúmulo ou de busca de trabalhos. Decorre daí uma disponibilidade escassa de tempo para as relações pessoais, principalmente no âmbito familiar. Essa ausência, mesmo que involuntária leva o adolescente/jovem a estabelecer outros laços em sua comunidade, muitas vezes bastante desviantes (LOSACCO, 2010, p. 72 e 73).

Outro aspecto da precariedade a que são submetidos os jovens de classes empobrecidas da sociedade são as condições e alternativas de moradia encontradas, principalmente logo que se unem para viver juntos com seus

companheiros. Samara apresenta essa situação, ao descrever onde e como foi morar quando se casou com doze anos.

A princípio a gente foi morá na casa do pai dele, mas a gente não foi muito bem aceito! Daí a gente conseguiu um terreno, aí a gente viu um xalezinho do tamanho de um banheiro de costaneira abandonado, procuramos os donos, era uma conhecida nossa que nos deu aquele xalezinho e a gente moro ali! (SAMARA)

Flávia, ao se casar, ficou morando na casa de sua família de origem, numa peça construída na extensão da casa, para acomodar o novo casal e seu filho. A acolhida acabou não sendo só para moradia, mas também para ensinar e ajudar a jovem mãe a ser mãe, como se vê no relato:

Fiquei morando aqui! Aí foi a mãe que ajudo! Aí ela fez o meu quarto ali nos fundo onde era, aí ela me ajuda até os sete, até os três anos foi ela que me ajudo, depois ela foi embora pro Capão do Leão e eu comecei a cuida sozinha! (FLÁVIA)

Fonseca (2007) fazendo alusão sobre a forma como se organiza a moradia, principalmente das pessoas que residem nas periferias das cidades, retrata bem as narrativas anteriores:

Muitos dos moradores de bairros pobres pensam não em termos de "casa", mas sim em termos de "pátio". Parece que num terreno, por pequeno que seja, sempre tem lugar para construir mais uma "puxada", isto é, uma peça ou uma meia-água para receber um amigo ou parente. A primeira moradia da maioria de jovens casais é uma peça construída no quintal dos pais ou sogros. [...] Mas, seja qual for a relação formal, é comum que haja uma troca intensiva entre essas "casinhas" para a realização de tarefas domésticas (FONSECA, 2007, p. 27)

Considerando a vivência antecipada da maioria das mulheres entrevistadas, como ter engravidado nas primeiras experiências amorosas e já terem se casado, precipitaram de alguma forma o ingresso no universo adulto, ainda que com pouca idade e de forma prematura e abrupta. O valor moral de ter que dar uma família para o filho falou mais alto de que seus interesses juvenis. Observa-se novamente aqui a aceitação e resignação das mulheres frente ao seus destinos, como uma sina feminina.

3.3.2 Gravidez na adolescência e início da vida adulta

A gravidez das mulheres entrevistadas, na maioria dos casos, aconteceu precocemente e de forma indesejada, revelando a situação de vulnerabilidade a que são remetidas com esse acontecimento. Contudo, a realidade da gravidez precoce, nas classes populares, não deve ser entendida apenas pela vulnerabilidade, mas também pelo que representa enquanto aspecto simbólico inerente a uma determinada cultura. Os relatos mostram como foi a descoberta da gravidez e o anúncio da mesma, para sua família e todos os tensionamentos, conflitos, insegurança e incerteza que acompanharam a situação.

Ah a mãe depois dos treze assim... a mãe não me soltava, depois começo a me solta, todo mundo dizia pra ela “T, tranca é pior”, foi aí que eu apareci grávida com quatorze ano, aí a mãe sempre diz: “Tranca é pior, tranquei tanto a minha!” Só não me deu, ela é tri! [risos]. Ela nunca me bateu por causa disso, na hora eu fiquei com medo de conta pra mãe que eu tava grávida, depois eu contei pra ela! [...] a mãe fico braba na hora, na hora todas mãe fica braba, uma criança de quatorze ano fica grávida, mas não aí o meu marido mesmo quis casa comigo! Por causa de filho [...] Por causa da gravidez, assim por causa que ah depois, depois que vem o filho já é diferente, ele tem que se criado com o pai, mas mesmo assim não deu certo! (FLÁVIA)

Ah ele pra arruma namorado ele diz assim “tem que arruma um namorado, noiva e casa!” É o que o pessoal antigo faziam antes e meu pai é assim! Então como eu pulei a cerca, não fiz tudo isso e engravidei, quando engravidei do meu terceiro filho que foi o Alessandro não era do pai dos meus dois, ele disse na minha cara que eu tinha virado uma cadela corrida e que ele não queria vê neto! Então aí eu fiquei de mal com ele e durante anos e anos sabe, agora que a gente ta... convivendo junto de novo porque ele não quis sabe, não quis vê e eu não também não fiz questão [...] (TAMARA).

Sarti (2007) ao se referir à gravidez na adolescência, mostra que ter um filho na família pobre, via de regra, pode significar assumir uma responsabilidade *versus* a vaidade, considerando que nos estudos realizados, assim como os achados nessa pesquisa, em nenhum momento se ouviu falar ou pensar em abortar a vinda desse filho indesejado. Como se viu nos relatos, assumir a gravidez e casar foi o destino. A autora diz que ter o filho e casar implica em responsabilidade e essa se sobrepõe à possibilidade de interromper a gravidez por interesse pessoal, como um ato egoísta de pensar apenas na sua vida. Mostra que a interdição com relação ao exercício da

sexualidade tendo como consequência uma gravidez precoce, moralmente não permite à jovem a alternativa de abortar, como a autora apresenta no relato, de uma mãe de filha adolescente grávida, onde não foi aceitado realizar o aborto “*para aprender o que é a vida*”. Para a autora, do ponto de vista moral, “o ‘direito’ ao prazer sexual implica o ‘dever’ de assumir as consequências, a possibilidade do filho, que é colocado como uma inevitabilidade da vida sexual, fazendo com que a reprodução legitime moralmente a sexualidade” (SARTI, 2007 p. 76).

A mesma autora expõe outro aspecto dessa situação, quando fala da representação do filho para um homem e uma mulher jovem. O filho lhes confere um estatuto de maioridade, pois implica em assumir a responsabilidade pelos seus cuidados e a se desvincular da família de origem, criando sua própria família. Refere ainda

Assim, o sentido de responsabilidade implícito em ter filhos leva as mulheres a utilizarem deliberadamente a gravidez como um instrumento para a independência de sua família de origem e/ou, diante de um noivo hesitante em casar, para forçá-lo assumir a responsabilidade (SARTI, 2007, p.75).

Como consequência da gravidez precoce encontra-se também o abandono dos estudos, remetendo a jovem a mais uma condição de vulnerabilidade. Flávia, na sua narrativa, fala de forma pueril, da vergonha que sentiu de seguir estudando grávida, principalmente por sentir-se julgada na escola por essa situação.

Foi porque eu não queria mais! Eu fiquei com vergonha, depois continuei de novo! [...] falavam que eu era muito nova e eu fiquei com vergonha aí depois sim, aí depois continuei! (FLÁVIA)

Outro aspecto verificado na pesquisa faz referência a uma situação comumente encontrada entre os jovens, que é o fato de não se protegerem para evitar uma gravidez indesejada, ou até mesmo doenças sexualmente transmissíveis (DST), principalmente pelo pensamento mágico e comportamento onipotente, próprio da adolescência, quando acham que com eles isso nunca vai acontecer, engravidar ou se contaminar com doenças transmissíveis. Essa questão frequentemente é abordada em campanhas de saúde realizadas por órgãos

governamentais, dirigida aos jovens, para tratar sobre temas como prevenção de DST, métodos anticoncepcionais e gravidez precoce, uso abusivo de álcool e outras drogas, bem como sexualidade, violência doméstica e planejamento familiar. A fala de Samara expressa com clareza a situação quando discorreu sobre sua primeira gravidez, aos dezessete anos:

Não! Aconteceu! [...] Por ser cabeça leviana! Por isso que aconteceu, por ter passado despercebida, do primeiro é porque eu era jovem e sei lá, acho que eu achava que eu não ia ter tanto azar! Realmente eu não queria, mas eu também não me prevenia. Eu tinha orientação que eu tinha que toma o remédio, anticoncepcional, que eu deveria usa camisinha e tal, mas eu achava que eu não ia da azar, sei lá o que eu pensava na minha cabeça, mas eu não planejava não, simplesmente ele aconteceu porque eu deixei acontece, mas eu não queria ter deixado na realidade! (SAMARA)

É provável que essa conduta expresse mais do que o comportamento onipotente e pensamento mágico, intrínseco da juventude, como outros aspectos simbólicos, inerentes da cultura popular, como os mostrado por Sarti.

3.4 Relacionamentos conflituosos

3.4.1 Conflitos de relacionamento e convívio com drogas e violência na relação entre os seus ex-companheiros.

Como se viu nas várias narrativas apresentadas até aqui, o relacionamento conjugal das mulheres com seus ex-maridos foram marcados por conflitos de toda a ordem, envolvendo violência física e psicológica. Mesmo as que tiveram mais de um relacionamento, esse padrão se repetiu nos demais. É interessante notar que nos relatos também apareceu, a partir da vivência na infância e adolescência dos conflitos de seus pais, que não gostariam de reproduzir e submeter seus filhos a experiências de brigas e agressões como elas viveram.

Entre as diversas questões relativas às vulnerabilidades a que esses jovens casais estão expostos e que provavelmente corroboram e incrementam os conflitos conjugais e por fim a separação, é a pouca idade com que assumiram situações

próprias do universo adulto, como casar e ter filhos. Parece que mesmo considerando alguns aspectos inerentes à cultura, denota em alguns casos uma imaturidade, assim como inabilidade física e emocional para enfrentamento dessas questões, aliadas a todas as demais limitações socioeconômicas e de infraestrutura do contexto em que vivem. Evitando idéias preconceituosas e vitimizadoras dessas famílias, essa percepção se deve principalmente à forma como se referem aos ex-companheiros após a separação, como alívio, pelas lembranças ruins que esse relacionamento lhe causava e o receio de novas experiências semelhantes. Observa-se, também, no relato das mulheres uma conformidade diante das situações, não de aceitação da violência em si, pois acabaram se separando por esse motivo, mas novamente como “*destino*” frente a esse “*comportamento masculino*”.

Pra ti vê que eu fui casada três vezes e ainda bem que foi e já era, mas não sei, não dei certo até hoje, eu so uma pessoa muito dependente de mim mesma, não gosto que fiquem me governando, me dando horário, me isso, me aquilo! [...] quando eu me casei com o pai dos meus dois filhos, quando eu me separei tava grávida do Sandro, então me separei dele grávida já do Sandro, então aí nunca mais, nunca mais! Mas a gente tava naquela já quase partindo pra pauleira! (TAMARA)

[...] quando eu casei com ele, ele vivia mais na rua do que dentro de casa, eu criança com 14 anos na mão de adolescente, foi aí que eu engravidei, aí depois quando eu tinha 17 ele foi preso com 18, aí até a mãe começo ir lá vê ele e o Brian já era mais puxa saco que ia lá vê ele! Aí eu já tinha a Célia com sete meses a minha guriuzinha, aí só que a Célia nunca gosto dele, desde que ela nasceu, nem sei, não quer ir nem vê ele até agora! Depois nós separamo dentro da cadeia! [...] eu fiquei grávida lá dentro da cadeia depois do gurizinho pequeno! [...] aí eu me separei dele dentro do presídio! No caso eu ia visita ele domingo, levava as criança e ele arrumo uma pra vê ele quarta, pra vê ele nas quarta aí foi que eu não quis mais! Aí eu ganhei meu gurizinho ele tava na cadeia! Aí depois entro em droga. (FLÁVIA)

[...] ele usava droga, ele usava maconha e me batia muito, por isso que eu me separei dele aí... A segunda vez, a segunda vez ele era muito sacana, vivia me traindo na rua com amigas, colegas, vizinhas, ele não me respeitava um minuto e aí eu peguei e dei um basta na vida, pô, tantos anos de sofrimento então eu dei um basta, resolvi segui a minha vida sozinha aqui com meus filho que eu ganhava mais! (VALENTINA)

Uma ressalva importante é feita por Fonseca (2000) na análise da violência, como um elemento da vida cotidiana, entre pessoas que sofrem ameaças

permanentes de morte e de violência física, em decorrência das atividades que exercem. Ao fazer isso, mostra a existência da violência como um elemento de poder, presente no dia a dia das classes populares, interferindo inclusive na organização da vida comunitária, como a acomodação do tempo e horário, com atenção aos perigos que a rua oferece, da mesma forma da atração que os “*fora da lei*” exercem sobre as crianças de uma comunidade, que em muitos casos representa uma “*proteção*” para os seus moradores. A autora mostra que na pesquisa realizada, as situações de violência são contadas “povoadas de figuras e pontuadas de cenas que soam conhecidas e que se repetem – na vida real – ao longo dos anos” (FONSECA, 2000, p. 172). Diz que “para compreender o *ethos* dos grupos populares, suas estratégias de sobrevivência e seus projetos de ascensão, é indispensável pôr em relevo a especificidade de sua experiência frente a essa forma de ‘poder’” (FONSECA, 2000 – p. 168). No entanto, afirma que ao reconhecer a força física como um poder, não se deve ignorar as outras dimensões estruturais da violência. No que se refere à relação drogas e violência, no estudo encontrou no alcoolismo um dos motivos mais comuns apresentados para as separações conjugais e para causa de mortes masculinas. Da mesma forma, nos relatos das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, o uso abusivo de drogas aparece como um dos fatores preponderantes dos conflitos conjugais e familiares, bem como de consequências trágicas na vida das pessoas envolvidas nessas circunstâncias.

O meu ex-marido eu conheci só o que não prestava, conheci droga, conheci roubo, conheci bebida, conheci festa! Só o que não prestava! [...] a última opção eu deixo com o pai deles, porque é a última opção porque eu não gosto que fique porque ele usa drogas, eu tenho medo que ele use na frente das crianças, eu tenho medo que ele leve as crianças a algum traficante, a essas pessoas então é sempre a minha última opção, mas se tiver que deixa pra mim ir trabalha eu deixo! [...] eu já tentei já que ele frequentasse a minha casa, mas ele sempre me rouba alguma coisa! [...] por isso que eu não quero mais ele aqui dentro da minha casa! Foi preso porque ele foi pego em flagrante assaltando no carnaval! (SAMARA)

E aí eu sempre tentava entender, por que tu faz isso? [...] a conclusão que eu cheguei que usam a droga porque eles pensam que esquecendo a droga eles vão esquecer aquele problema no momento! Aí eles esqueceram no momento, viram que esqueceram no momento, ficaram alegres, ficaram eufóricos e aí eles começam a usa de novo e a usa de novo pensando que a solução, que vão esquecer porque eles tão sofrendo porque não consegue resolve o problema, usam a droga pra esquecer o problema! [...] uma muleta, só que quando eles vão vê eles já tão dependente daquilo e aí eles acabam vendo que o maior problema deles é a droga, mas aí já é tarde pra eles se

livrarem! [...] convivi com muita gente drogada, não só companheiros como amigos e eu tenho certeza, as pessoas procuram a droga porque tem problemas, não sabem resolve-los, procuram um refúgio e acabam criando um problema maior ainda [...] Eu usei droga até meus quinze, dezesseis anos, dos doze aos quinze, dezesseis anos! Eu usava cocaína, eu usava maconha, eu usava tiner, porque era aquilo que o meu companheiro me passava que era o que ele sabia né? Só que teve um porém, eu nunca deixei de estuda, então na escola eu já tinha um conhecimento diferente sabe? Eu via muitas coisas diferentes e então eu via que realmente aquilo dali não era pra mim sabe. (SAMARA)

A Célia mesmo tinha sete meses ele foi preso! Dali ele saiu depois fico um ano em casa e aí prenderam ele de novo, ele não volto que tinha que volta, dali fico quase cinco anos preso! Aí a Célia cresceu na minha companhia! [...]Eles sabem tudo! Souberam até pela rua, minha guriuzinha já viu o pai dela tomando um pau aqui na vila mesmo! Dela pega e... meu irmão mando ela até para porque ela tava vendo! Pela rua, o povo, não por... os outros jogando na cara, teu pai fuma droga, isso, é assim!

Outra situação que evidencia a extensão dos danos e sofrimentos na vida de uma pessoa e de sua família, em decorrência do uso de droga e do comportamento delituoso, aparece na fala de Flávia quando narra as causas pelas quais seu irmão voltou a morar com ela e o destino de seus sobrinhos, filhos dele, quando o irmão e a cunhada estiveram presos. Quando foi realizada a primeira entrevista, ela havia falado que ele estava morando com ela provisoriamente até encontrar um emprego para poder se sustentar. Na segunda entrevista essa situação se mantinha conforme ela diz

[...] eu fico com pena, ele tava trabalhando, mas tiraram ele do serviço! [...] Ele entrô nas droga também quando ele era mais novo! [...] Aí ele pego e veio pra cá, aí como ele não tinha casa, tinha tudo aí ele veio pra cá no caso, depois que essa mulher dele foi presa! [...] e não tinha onde mora, ele não tinha onde mora e tinha um gurizinho grande pra cuida aí eu trouxe eles pra mim cuida o guri grande! Agora ta com a mãe, a mãe pego! Aí não por ele, pelo meu sobrinho, aí eu trouxe eles pra cá, pra cuida! Ele entro nisso, agora que ele paro! Paro, agora que ele paro com tudo, aí depois que ele veio aqui porque eu não deixo ele saí, depois que ele veio pra cá assim eu não deixo ele pra fuma muito assim, que ele fumava, logo em seguida que ele veio, ele saia pra rua pra fuma, aí eu fiz uma proposta pra ele “se tu sair pra fuma eu não cuida mais dos teus filho!” Sabe assim, eu cuidava as criança dele! É esse crack! Aí as duas pequena dele ele perdeu pro Conselho! [...] Aí os grande a mãe⁹ levo pra lá, a mãe queria pega os pequeno, mas não quiseram da pra mãe! A mãe chorava, até doaram já as criança já! Semana retrasada a mãe me ligo e disse que doaram! A mãe pelos neto ela faz tudo, Deus o livre!

⁹ Aqui mãe se refere à mãe de Flávia, avó paterna de seus sobrinhos.

Ao ser questionada sobre o motivo da prisão do seu irmão e da sua cunhada, Flávia responde assim:

Por causa de roubo, os dois junto! Agora que ela paro depois que ela foi presa! Aí ela paro com tudo, aí ele paro também! Mas ele paro depois que ele perdeu os filho dele, ele viu que não era futuro pra ele que ele gosta de filho! De roubo, logo em seguida veio as droga assim, esse crack! (FLÁVIA)

Trazendo à tona outro relato, o de Valentina, além de revelar mais uma vez a vida cotidiana marcada pelo convívio com drogas e atos criminosos de familiares, desvenda o medo da interferência dessas situações na criação dos filhos, tanto pela convivência com o irmão como com o próprio pai dos seus filhos.

[...] eu tenho na família um drogado, um irmão drogado, ele era um homem bonito, forte, trabalhador, andava só com roupas de marcas tá? Hoje ele tá que nem um mendigo, pra entra na casa da gente a gente tem que tá cuidando ele, um chinelo ele não para nos pé, tudo que ele puder ele troca por droga! [...] as droga tão batendo na porta da gente! Como eu tenho seis filhos homem, pra mim é uma angústia, todos os dias eu saio pra trabalha às sete e meia da manhã, sete e vinte eu saio às vezes não tenho hora pra chega e aí eu fico pensando “o que será que eles tão fazendo?” Porque como eu disse a droga está batendo na porta da gente, principalmente nós da parte mais pobre, sendo seis filhos homens é uma coisa assim... eu fico horrorizada só em pensa que uma hora eu chego em casa e um filho meu esteja usando droga! [...] Porque na minha família tem um caso, teve vários casos de droga, então eu uso muito esses casos como referências, eu digo pra eles “meus filhos, vocês vão saí pra noite, vocês querem saí podem saí, mas não entrem naquela mesma vida que o tio de vocês ta, vocês viram como é que ta o tio de vocês, ta igual a um mendigo, então eu peço pra vocês que vocês assim oh quando eu digo não é não, porque eu não quero vê vocês naquela mesma situação que ele ta!” Então se eu tô achando que eles vão corre algum perigo de se junta com isso, porque como diz o amigo diz “ah só uma experimentadinha não da nada!” Não, dá sim! Vocês caem nessa vida e nunca mais vocês saem e eu to dando a maior ajuda pra vocês enquanto vocês precisa de mim eu to aqui, então se vocês cai nessa vida é se vocês quer, porque vocês já tem a experiência! (VALENTINA)

Valentina chegou a desconfiar que um filho estivesse usando drogas e foi buscar ajuda junto ao pai de seus três primeiros filhos, que também é usuário de drogas. A forma como ele reagiu diante da sua dúvida foi de descaso, parecendo até mesmo estar orgulhoso pelo fato do filho “puxar” por ele.

[...] eu fui e falei pro pai dele, eu digo “olha tu fala com ele, porque eu acho que ele ta usando... eu tô meio desconfiada que ele ta usando maconha!” Aí ele pego e olho pra mim e deu uma risadinha “ah por quem será que ele puxo que ele tá usando maconha!” Pô aí eu disse pra ele “pô eu não acredito que tu tais falando isso pra mim!” Ele “ah, ele puxo a mim, não sei o

que...” Tu era pra chega nele e dá um conselho pra ele, não me fala isso, o que aconteceu? Nem falei isso pro meu filho! Porque se eu falo isso pro filho ele vai dizer “o meu pai não da bola, então eu to nem aí!” [...] Sobre a minha desconfiança eu falei pra ele e disse pra ele, “se eu descobri que tu andavas usando droga eu vô pega e vô da um jeito em ti, porque tu já tem a experiência na nossa família, por que tu vais entra nessa vida?” Ele me juro, eles os dois me juraram que não tão envolvido com droga! [...] Por que eu desconfiei? Porque os colega dele usam maconha, então eles tavam muito juntos e aí eu já fico com medo, já fico desconfiando, achando que por eles ta junto eles, mas eles choram pra mim e diz que não, que não usam! (VALENTINA)

Ao discorrer sobre a violência urbana e a exclusão dos jovens nas cidades, Mello (2001), mostra como a ocupação fragmentada e diferenciada do espaço urbano, atrelada a uma sociedade desigual, condiciona a vida social, classificando pessoas e locais, formando “identidades psicossociais complexas”. Na mesma medida convivem de forma paradoxal, em espaços públicos, pessoas de classes sociais distintas e em condições de vida opostas no que se refere ao acesso à riqueza que a sociedade produz, causando distorções sobre o modo como os sujeitos se vêem uns aos outros. Esse autor diz que “não é preciso possuir renda para frequentar todos os lugares da cidade, mas o modo de frequênciação é especializado segundo a renda e o *status*” (MELLO, 2001, p.133). Considera essa conjuntura terreno fértil para a violência urbana, onde as classes sociais subalternas acabam assumindo uma identidade problematizada pela discriminação, vivendo “diariamente sob a forma da humilhação que situa seus integrantes, em relação ao poder, como cidadãos de segunda categoria” (MELLO, 2001, p.134). Entende que especialmente os jovens de segmentos empobrecidos são

[...] vítimas predestinadas, porque estão em idade de maior inquietação e demandam por experiências novas e diferentes. Quando não encontram na escola, na família ou nos bairros respostas às suas insatisfações, vão procurá-las nas ruas, espaço desestruturado e aventureiro, com possibilidades de ganho ou diversão, porém cheio de perigos (MELLO, 2001, p. 135 e 136).

Outro aspecto relacionado à vivência da violência manifesto nos depoimentos das mulheres refere-se ao medo que sentem de assumir uma nova relação estável, justificando para isso as experiências conjugais pregressas. O fato de terem filhos pequenos para criar também dificulta novos relacionamentos, tanto pela aceitação

deles pelo novo companheiro, como principalmente pelo receio delas de que seus filhos sejam expostos a novas situações de conflitos, como aparecem nos relatos.

E tenho realmente medo de arruma uma pessoa que não seja pai dos meus filho ou de repente uma pessoa agressiva, uma pessoa que de repente venha pra briga ou a gente fica batendo boca, ou de repente a pessoa não quere sai né? E eu te que saí, sei lá, por isso que eu acho, não tem outro motivo! (TAMARA)

[...] vai olha pra uma mulher com dois filhos já vai pensa que é muito compromisso, que os filhos não são dele, que não tem obrigação de ta criando entende? E nenhuma mulher vai aceita também o filho ser maltratado por um estranho, às vezes de repente nem ta sendo maltratado, mas a gente sempre fica com aquela coisa na cabeça, porque não é pai, pode maltrata! Então é bem difícil acha uma pessoa certa que possa confia e possa entender, possa a te entender né? Que se tu quer um companheiro tu quer um companheiro pra esquece que os teus filhos tiveram outro pai, tu quer um companheiro pra se o pai dos teus filhos e pra se o teu amigo! (SAMARA)

As condições de vulnerabilidade a que foram submetidas as mulheres da pesquisa, como também as suas famílias, conjugado ao contexto social em que vivem, possivelmente tenham sido condicionantes para as situações de violência que vivenciaram ao longo da vida.

3.5. Relacionamento das mulheres com filhos

3.5.1 Contato dos pais com filhos/ participação dos pais na criação dos filhos

Um fato comumente encontrado nas famílias monoparentais femininas, diz respeito à ausência do pai no processo de educação dos filhos. Nas famílias estudadas, a gravidez das mulheres, algumas vezes sem intencionalidade, foi decorrente dos relacionamentos afetivos, alguns mais estáveis, outros, encontros casuais, que tiveram ao longo das suas vidas. Nos seus relatos, esses relacionamentos aparecem, em sua maioria, como sendo conflituosos, com agressões físicas e psicológicas, desavenças, traições, uso abusivo de álcool e drogas, envolvimento com atos ilícitos e abandono. Chama a atenção que mesmo

tentando agir diferentemente das suas famílias de origem, terminaram por estabelecer também relacionamentos conjugais/afetivos tumultuados e violentos. Situações essas que ocasionaram a separação e o conseqüente afastamento dos pais da convivência com os filhos, circunstância que parece surgir como uma medida de proteção, por parte das mulheres, para evitar a exposição dos filhos a um clima familiar de conflito e violência.

Muitas mulheres justificam e reproduzem, sem problematizar suas condições de vida, a ausência da figura paterna como algo que acontece “nos limites da natureza, não da socialização/educação diferenciada que recebem homens e mulheres e que elas também reproduzem” (FREITAS, 2002, p. 91).

Essa condição sugere que muitas vezes as mães acabam definindo a participação dos pais ou não, na educação dos filhos, tornando-se, esses, secundários nesse processo, acatando passivos ou oportunamente as decisões das mulheres. Os relatos a seguir caracterizam bem essa situação, considerando que as cinco entrevistadas referem que atualmente criam seus filhos praticamente sem a participação dos pais, poucos pagam pensão alimentícia e ou se manifestam e interferem na educação dos filhos. Os recortes apresentados evidenciam uma situação comum a todas as cinco mulheres,

É a gente namorava, aquela coisa de baile só, de festa e coisa, acho que foi só umas duas vezes que a gente se encontrô, nada mais do que isso aí, e aí quando ela nasceu... aí eu peguei e fui conversá com ele pra ver se ele queira registrá ela! Aí ele disse que não queria, que não se achava pai, eu disse “bom, tu que sabe então... ele nunca apareceu, mas também nunca me incomodô, graças a Deus... Porque com a maior foi assim, ele não criô, ele não cuidô, ele não participô de nada, ele não dava opinião em nada sempre foi bem ausente. [...] mesmo porque ele não ta criando, não ta participando! Porque com a Chaiane foi assim, ele não crio, ele não cuida, ele não participo de nada, ele não dava opinião em nada sempre foi bem ausente que é o pai da Chaiane e da Flávia que é a pequena das duas! (GRAÇA)

Tinha um namorado, aí depois nós casamos e ficamos um tempo junto não deu certo e bem dizê eu criei meus filhos sozinha! Que acho assim, não dá certo “tchau”, cada um pro seu lado e deu! Ele também nunca se importô, eu vivo sozinha há anos ele nunca me deu nada, também entrei contra ele na Justiça e aí ele arrumô outra família e não tem como me ajudá, aí as vez tu te cansa né essas coisas! Já tão, bem dizer, quase criado não vô tá pedindo agora também e ele tem mais filhos e tem outra família e nem sei o endereço dele! (TAMARA)

[...] teve preso, aí depois saiu e as criança nem bola deram! Não, aí as criança até falam com ele, só que quando eles vão lá na vó dele, mas a guriazinha e o guri não gostam, é só o mais puxa saco o Brian! Igual ao pai do meu filho, me batia, tanto eu achei um desaforo eu mandei ele embora! Tem que aprende a vive a vida, eu sei cria ele sozinha, ta com cinco anos e

ta bonito, mas capaz! [...] mas não, melhor nós lá, ele lá e eu aqui! [...] O Brian já é mais puxa saco, os outros não gostam dele! Nem ver! O Brian, mais grande é mais puxa saco porque ele já conviveu com ele porque quando eu me separei ele tava preso! Ele foi preso aí quando nasceu a minha guriazinha, com sete meses ele era gurizinho. [...] o Brian vai assim todos mês ele vai vê a vó dele um pouco, mas o pai dele ele não vê muito, uma vez por mês eu acho, é uma vez por mês! Os outros não vê! Os outros não gostam dele por causa desse negócio de droga, que ele não da as coisa! É porque ele nem vem vê! Eu não proíbo de vê. (FLÁVIA)

[...] Natal nem aniversário, ele nunca procura, nem na Páscoa! É só quando eu preciso e quando ele tá disponível! [...] Eles gostam do pai! O Gabriel sabe que não pode confia, mas o Vicente pensa que o pai dele é o pai dele! Pai dele é maravilhoso! [...] até coloquei uma ação judicial contra ele, ele até tava pagando, acho que pago uns dois ou três meses, aí depois ele paro, fico bem louco [...] se eu consegui até aqui sustenta os meus filhos sem que ele me incomodasse, sem eu te que tá me incomodando com justiça, com a família, porque eu já tenho tantos problemas eu não vô cria mais problemas pra minha vida, eu sei que se eu insisti na ação judicial pra que ele pague a pensão eu vô me incomoda, ele vai vive me roubando, ele vai dias paga, dias ele não vai paga, a mãe dele não vai quere paga, quanto menos o pai! E eu tenho mais o que me preocupa, o tempo que eu tive me preocupando com isso eu não vô tá me preocupando em cuida deles e trabalha pra da alguma coisa pra eles, então eu preferi desisti desde que ele me deixasse em paz e eu não tivesse contato nenhum com ele nem com a família dele! (SAMARA)

[...] quando eu me casei novamente com o segundo meu marido, ele praticamente isoalo nós sabe? Ele tinha tanto ciúmes de mim que ele isoalo eu e as criança do pai te a participação! Do meu primeiro marido, então o que ele fez? Ele levo a gente pra longe, então quer dizer que o pai das criança [...] cresceram ausente do pai porque o pai não podiam se aproxima dos filho! Ele dava tudo, ele dava alimentação, ele dava roupa, ele dava casa, mas exigia que o outro não dava pensão, isso aí ele dizia que não precisava, então foi por causa disso que os filho não tiveram aquela convivência com o primeiro pai! [...] não foi nem minha nem dele, foi praticamente ele te nos isolado assim, te levado nós pra longe do pai dos primeiros! [...] nem deu bola também, aí não procuro nós, longe que eu digo assim não tão longe porque um morava no Pestano e o outro morava aqui no fundão do Getúlio lá do outro lado, então quer dizer que não era tão longe, o seguinte é que ele também não teve vontade de vê os filhos e a gente meio isolado lá também não se via muito, é por causa disso! [...] Aí depois de uma certa idade aí eles já começaram a procura o pai deles, eles mesmo, mas o pai deles não fazia muito por eles não! Lá, lá e não dava se precisasse de um chinelo ele não dava, se precisasse de um tênis não dava! Só que aí é pai e os guri começaram os guri, os meus filho começaram a procura ele, aí sim hoje eles se dão, mas se dão assim não aquela amizade de pai, pai assim não! Então, mas eles procuram! (VALENTINA)

Losacco (2010) ao abordar a questão do jovem e o contexto familiar, faz uma análise dos comportamentos e das diversas vulnerabilidades a que os adolescentes de classes menos favorecidas estão submetidos. No que se refere à gravidez precoce e participação do pai no processo de criação dos filhos, afirma:

As dificuldades para expressar afeto e construir projetos intrafamiliares contribuem para que os garotos e as garotas estabeleçam relacionamentos íntimos e sexuais através dos quais, conseqüentemente, geram filhos. Se, por um lado, houve uma conquista feminina com o surgimento da pílula e a entrada da mulher no mundo do trabalho, por outro, ainda cabe a ela, sozinha, a responsabilidade nos cuidados com a gestação, o nascimento e a criação desta criança. Os homens, por sua vez, ainda se colocam à margem das responsabilidades, tanto pela co-participação na gravidez como pela relação direta na criação dos filhos. O projeto de vida desta jovem, mesmo que minimamente estruturado, é interrompido, ficando sua vida pautada nesta nova relação mãe-filho (LOSACCO, 2010 – p. 73)

Sarti (2007), ainda se referindo à questão moral, faz uma importante análise sobre os papéis sexuais nas famílias pobres, ao falar sobre o deslocamento dos papéis masculinos e femininos, principalmente quando essas famílias são desfeitas e refeitas e a mulher passa a assumir o papel de chefe de família. A autora acrescenta que mesmo o laço conjugal sendo desfeito, as atribuições da autoridade masculina e feminina são mantidas, de forma hierárquica, onde “a autoridade na família, fundada na complementaridade hierárquica entre o homem e a mulher, entretanto, não se realiza obrigatoriamente nas figuras do pai e da mãe” (SARTI, 2007, p 70). Diz que esses papéis são transferidos para outras pessoas da rede familiar, principalmente algum parente consanguíneo materno, não se encerrando no núcleo conjugal. Mostra ainda que são questões manifestas de forma ambivalente, pois, mesmo hoje, quando a mulher tem seus direitos e poderes reconhecidos como iguais aos do homens, esses deslocamentos refletem uma frustração para ambos, homens e mulheres de não conseguirem cumprir com as expectativas familiares.

As expectativas frustradas instauram um mecanismo, do qual os homens e as mulheres são cúmplices sem o saber necessariamente, que reitera as atribuições masculinas e femininas [...] homens e mulheres acabam enredados nesse emaranhado de expectativas a que não conseguem responder. Ele, fracassado tem no alcoolismo o desafogo a seu alcance e ela se frustra por não poder ter o homem e a situação familiar esperados. Nessa concepção moral da família, diante do homem que representa a autoridade e que não cumpre o papel esperado – infiel, que bebe, não traz dinheiro para casa –, a mulher acaba tendo um acentuado papel ativo nas decisões familiares, sem que, no sentido inverso, o homem tenha modificado seus papéis familiares. Diante dele, que socialmente tem sobre ela uma autoridade que não se justifica a seus olhos, ela exibe sua disposição de se virar, de *não precisar mais dele*, como uma vingança, reiterando o *fracasso* dele e a frustração de ambos (SARTI, 2007, p. 72).

Dessa forma, a autora acima citada, atribui os deslocamentos dos papéis familiares, como os encontrados nos relatos das mulheres entrevistadas, aos princípios morais e estruturais que conformam as famílias pobres.

Contribuindo com outro foco de análise sobre a não participação dos pais na criação dos filhos, Lyra et al (2010), ao discorrer sobre a relação homem e cuidado, mostra que o homem ao longo da história foi afastado da tarefa de cuidar dos filhos, a partir de uma construção social, cultural e histórica, que constituiu a hierarquização dos papéis entre homens e mulheres e que só é possível entender essa questão através de uma abordagem de gênero. Demonstra que a menina desde criança é estimulada a brincar de boneca, casinhas, cozinhas como se estivesse se preparando para o cuidado dos filhos na vida adulta, tratando essas brincadeiras como próprias do universo feminino. Já os homens são estimulados com brinquedos que só reproduzem situações relacionadas ao universo da rua, como carrinhos, lutas, jogos, sendo atividades que exigem esforço físico, competição e enfrentamento de riscos com essas condutas. Quando o menino se interessa por brincar de boneca ou casinha, esse comportamento passa a ser visto como ameaçador para a sua masculinidade e nunca compreendido como uma preparação para ser pai. Diante disso os autores fazem um questionamento com relação à educação dos homens: “Afim eles foram repreendidos severamente, até mesmo com punições físicas, por terem tentado expressar carinho e cuidado na sua infância, por que haveria de ser diferente agora que são pai? (LYRA et al, 2010 – p. 85).

As considerações trazidas procuraram mostrar diversas possíveis causas que levam a esse fato presente significativamente na história das famílias estudadas, que é a não participação dos pais na criação dos filhos, tanto nas famílias de origem das mulheres como nas que elas mesmas constituíram.

3.5.2 Práticas e rotinas de cuidado

Quanto às práticas de cuidado das famílias, encontrou-se variadas respostas sobre essas tarefas que as mulheres consideram importantes realizar no cotidiano, na maioria dos casos relacionadas aos afazeres domésticos como cozinhar, lavar, limpar, arrumar ou formas de manejar com a educação dos filhos, como aparecem nas narrativas de quatro mulheres.

[...] É eu que cozinho! Mas é só eu pra tudo [risos]! Cozinho, faço tudo, se não é eu, eles morrem de fome! Não meus filho, meus irmão também, aqui ninguém cozinha, só eu! [...] Limpa a casa, te higiene, te mais higiene, limpa a casa! É importante pra criança bem saudável! É o que eu acho não é? [riso] [...] É leva eles no postinho quando eles tão doente, porque tem mãe que não leva, tem mãe que deixa a criança uma semana em casa e não leva pro médico! [...] Faze o alimento deles mais cedo assim, não tarde, que eu sempre fui de faze a comida assim cedo, gosto de ta sempre pontual com eles! Pra filho a gente tem que te bastante cuidado! Quando eu tinha quatorze ano eu era meio desmiolada, mas depois eu fui crescendo! Não é desmiolada, mas sabe o jeito de guria? (FLÁVIA)

[...] rotina da mulher é arruma a casa, cuida filho, leva pro colégio, porque eu não deixo eles ir sozinho, eu não gosto de deixa criança sozinha porque hoje em dia tu sabe né? Ah é faze tudo! Eu mesmo me viro vinte e quatro horas, é te que ir no colégio por causa de reunião, é pro negócio dos dois guri que eu tenho que leva pro CASE agora! [...] Mais importante a gente... pobreza não, mas a gente tem que tá num ambiente limpo, eu não consigo assim me levanta ou pega uma pia cheia de louça ou não estender a cama, sei lá eu acho assim, sei lá! O pátio mesmo já tá sujo, já tô reclamando que eu quero que eles me ajudem a limpa que a gente vai busca a cortadora de grama pra passa ali nos fundos porque a gente tem que limpa o pátio, tem os bichos, ta muito seco aqui tem muito campo às vezes eles gostam muito de ir pro campo, tem os gurizinhos de Caxias que são filhos de uma amiga minha que estão passando as férias com ela! Eu digo não dá pra ir por causa da seca tem muito bicho entendeste? Então a gente tem que limpa porque aparece bicho, é no de casa então eu acho, o meu ponto de vista! (TAMARA)

[...] acorda geralmente no mesmo horário, quando eu não tô trabalhando, oito, nove horas a gente toma café e depois a gente deita no sofá pra olha desenho, nós três! Aí eu olho um pouco de desenho com eles, às vezes eu olho desenho, às vezes eu não olho, às vezes eu ligo o rádio, lavo a roupa vou fazer as coisas da casa enquanto eles tão olhando desenho, depois do o almoço e levo eles pro colégio! Aí nesse período que eles tão no colégio e saio pra procura um emprego ou alguma coisa, daí volto no horário de busca, busco eles e faço a rotina da casa da noite, a janta, sento mais um pouco com eles no sofá pra olha uma televisão, do banho e é isso! (SAMARA)

[...] organizei o que eu tinha que organiza e aí eu peguei, tomei meu banho e me deitei, aí eu olho a novela, depois da novela eu digo pra eles "oh podem desligarem tudo porque amanhã tem trabalho, eu tenho que trabalha e vocês tem que ir pro colégio!" É isso o limite e eles vão desligam a televisão, fecham a porta! [...] porque eu sempre digo pra eles que eu so mãe e pai aqui então quem decide as coisas so eu! Se eu acha que eles devem, por exemplo, na sexta pro sábado eles podem amanhece jogando eu não do bola porque aí ninguém tem aula o outro dia, mas chego lá

aquele certo horário que o mais tardado... agora eu to me deitando um pouquinho mais tarde que é horário de verão, dez e meia, onze horas, mas no inverno é nove horas, eles... eu to fechando a porta e ninguém na rua, todo mundo na cama já, eles aceitam bem, (VALENTINA)

Bruschini (2007), no artigo em que aborda o trabalho e gênero no Brasil, revela que as famílias seguem se organizando em modelos tradicionais, no que tange às divisões dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, onde se verifica que ainda há uma sobrecarga da mulher com essas atribuições, mesmo trabalhando fora. Baseada em dados apresentados pelo PNAD, mostra que na pergunta sobre o cuidado com os afazeres domésticos, 68% dos investigados no censo, a partir das unidades domésticas acessadas, responderam afirmativamente quanto a realizar tarefas domésticas. Contudo, ao separar por sexo essas informações, as mulheres responderam a mesma pergunta sim em quase 90%, e os homens pouco menos de 45% responderam sim como resposta sobre se fazem afazeres domésticos, retratando, desta forma, as desigualdades de gênero. No caso das famílias estudadas, essa situação não poderia ser de outra forma, por se tratar de famílias monoparentais femininas. Nesse artigo, apresenta uma definição do PNAD sobre o que seja afazeres domésticos.

[...] arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; limpar o quintal ou terreno que circunda a residência. A categoria “afazeres domésticos” abriga, portanto, uma ampla gama de atividades cuja diversidade, entretanto, não é devidamente detalhada nesses levantamentos oficiais (BRUSCHINI, 2007, p. 544).

Ao mesmo tempo, quando as mulheres foram questionadas sobre o que consideravam mais importante no cuidado dos filhos, manifestam direto ou indiretamente, principalmente expectativas quanto ao seu próprio papel de cuidadora como também ao futuro dos filhos e também preocupações que refletem tanto questões da sua própria criação, que gostariam de fazer diferente, e outras situações como violência urbana.

O respeito com as pessoa, respeita as pessoa! Ah limpa, dá banho em criança, tudo que a gente faz é que faziam em mim eu gosto de fazer neles! [...] mas mais mesmo é respeito e colégio que eu gosto que eles vão! [...] eu fico arrumando a casa, aí até eles chega eu fico arrumando a casa, depois eu vô lá, busco eles... a guriuzinha nem tem mas eu gosto de busca, agora mesmo com esse negócio que tão dando...a guriuzinha tem onze ano não gosto que ela venha sozinha! Negócio que tão pegando criança e matando as pessoa, eu fico com medo, daqui e dali e pode acontece alguma coisa, só que o Brian vem com a minha irmã, o filho dela estuda no pré da tarde! [...] A Célia as vez lava louça, o Brian que são maior, o pequeno não! O pequeno tem sete! Mas eles tem onze, tem doze anos! Eles lavam a louça, a Célia passa pano na casa, era tijoleta, mas tão quebrando tudo, mas eles passam aqui, limpam o banheiro, ela me ajuda só que lá de vez em quando! O Brian já é mais ativo, a Célia é mais preguiçosa! Não, não é sempre! Porque eu não gosto também sempre! Não porque eu nem gosto também, eu gosto assim depois que eles tive um [...] tá botando criança pra trabalhar pra gente eu não gosto! A gente tem que começa assim a ensina, mas não bota criança a trabalha e tu fica sentada, eu gosto mesmo eu de limpa! Ah eu comecei cedo, mas eu não quero passa eles [risos]! Não, muito criança, cedo não é de trabalha! Tem que te a liberdade de brinca na rua! (FLÁVIA)

Eu passo pra eles que eles têm que ajuda, que o irmão mais velho tem que cuida do irmão mais novo, que eles tem que me ajuda nas tarefas de casa quando eu não posso! Tudo que eu procuro ensina pro Gabriel é que ele não fique com fome se eu não tiver pra fazer um café e que ele saiba fazer o café dele, que ele saiba fazer o café pro irmão dele, que ele se anime a ir no guarda-roupa pega uma roupa pra ele e coloca, pra ele e pro irmão dele se tive frio, pra que eles não saiam pra rua se eu disse que vô logo ali e vô volta e ensino pra eles os riscos que eles podem correr se eles saírem pra rua. Eu tenho sempre o diálogo muito aberto, mais é com o mais velho porque o pequeno não entende muito bem ainda! Então eu sempre tenho o diálogo muito aberto e não escondo nada dele, não iludo ele com nada, dizendo que a vida é bela, que a vida é maravilhosa porque ela não é, porque quando ele cresce e se depara com isso ele vai descobrir que a vida não era um mar de rosas como ele pensava, mas eu não escravizo ele quando eu to em casa, eu faço as coisas eu sei que ele não faz bem, ele faz na medida do tamanho dele, mas já me ajuda bastante! (SAMARA)

[...] é como eu disse eu não gosto de deixar eles liberal, também não gosto de prender eles, eu largar eles conforme no limite que eu achar que eu posso largar eles e deixar eles ir é onde eu deixo, se não, se eu achar que não deve de sair eles não saem, agora se eu acha que eles devem sair com os amiguinho deles aí eu deixo! (VALENTINA)

Zoboli (2004), no artigo que tem como tema a ética do cuidado com ênfase nas relações, procura traduzir os sentidos, as questões históricas e as diversas noções que explicam a ética do cuidado. No trabalho, menciona o filósofo americano Milton Mayeroff, que trata desse assunto ressaltando sobretudo as experiências de cuidar e ser cuidado, a partir de uma visão personalista/subjetiva. A escrita de Zoboli sobre o cuidado, baseado nesse autor, ajuda a compreender os aspectos subjetivos

do cuidado presente nos relatos das mulheres, como foi visto acima. A autora demonstra a ideia da seguinte forma:

Cuidar do outro é ajudá-lo a crescer numa relação mútua, não importando se o outro é uma pessoa, uma idéia, um ideal, uma obra de arte ou uma comunidade. Cuidar é basicamente um processo e não uma série de serviços orientados à consecução de determinados objetivos. O cuidado favorece a devoção, a confiança, a paciência, a humildade, a honestidade, o conhecimento do outro, a esperança e a coragem. Assim, os valores morais são vistos como inerentes ao processo de cuidar e crescer. As responsabilidades e as obrigações relacionadas ao cuidado surgem graças aos recursos internos próprios do caráter e aos compromissos derivados das relações e não devido às regras externas. Quando alguém é alvo de cuidado, cresce de forma a tornar-se mais autodeterminado e a escolher seus valores e ideais com base em sua própria experiência, ao invés de simplesmente conformá-los aos predominantes (ZOBOLI, 2004 - p. 24).

O relato de Flávia confere essa compreensão do cuidado, pois ao falar sobre suas práticas com seus filhos, imediatamente se reporta aos cuidados recebidos como filha e também como mulher num serviço de saúde, devido à sua gravidez precoce.

Aí por isso que a mãe me ajudava, mas a mãe não me ajudava, me ensinava! Até nos posto mesmo eles me ensinavam a cuida, a pega, faz uma boneca assim, eles mesmo davam banho pra mim cuida! Lá no Clínica também, que eu fiz meu pré-natal lá, por isso que eu acho que eu aprendi a cuida de criança que eu ia pro Clínica, fazia curso! (FLÁVIA)

No que se refere aos tipos de brincadeiras preferidas dos filhos, como a maioria das mulheres entrevistadas têm filhos homens, nos relatos aparecem mais brincadeiras relacionadas ao universo masculino, como jogar bola, bolinha de gude, taco, de caçar e de esconde esconde, todas essas realizadas na rua. Dentro de casa aparece o videogame. Já as brincadeiras das meninas são realizadas dentro de casa como brincar de boneca, jogar carta ou desenhar. Relatam ainda que as crianças menores gostam de assistir desenhos infantis. Os dados encontrados conferem com as análises teóricas sobre a educação de homens e mulheres que confirmam a naturalização dos comportamentos quanto aos papéis sexuais femininos e masculinos.

Joga bola, joga vídeo game, é [...] só isso! E caçar! Mas agora não tão caçando por causa dessa seca né, tem um muita cobra eu digo “não, não vão pra lá”, porque lá pra aquele lado tem bastante campo e lá essa amiga minha mora lá, eu é como eu disse eu me mudei de lá, não to mais lá eu to aqui como é que eu vô ta cuidando vocês lá, acontece alguma coisa, uma cobra morde e aí? Então agora cortei um pouco dos “caçar”! (TAMARA)

[...] eles gostam de joga futebol, gostam de fica brincando com essas cartinhas que eles tem que eu nem sei do que que é, umas cartinhas aí que eles tem que eles ficam brincando! Eles jogam aqui no pátio, às vezes muito raramente eu deixo eles jogarem no campo ali, mas quando eu tenho tempo pra cuida! Eles brinca de joga taco também às vezes ali na rua quando eu to cuidando, mas geralmente nunca da certo! Vêem bastante! Eles vêem desenho infantil, vê desenho, vê o Cris, vê o Chaves, essas coisas de criança! (SAMARA)

Videogame e taco! Taco na rua! Ah isso aí os vizinho tão me infernizando por causa das bolinha na casa dos vizinho, já proibi, quando eu to em casa eu proíbo tudo, mas aí não adianta, quando eu não to não adianta e o videogame! Fora isso as brincadeira... não tem outras! Porque vem um tempo que é uma brincadeira, outro tempo é outra! Tempo é bolinha de gude, é um monte, como são seis guri aqui vem mais uns quinze aí imagina! O ajuntamento é aqui, então eu fico louca, corro, mas quando eu não to aí eles vem tudo, quando eu venho chegando que eles vêem que eu vo chegando sai um pra cada lado! Então, é taco, bolinha de gude, videogame, coisa assim! (VALENTINA)

[...] ela sempre gosto muito de brinca de casinha, fazia casinha na rua, brincava de boneca, ela sempre gosto muito! [...] a Liane ela brincava de boneca assim, mas não era muito ela sempre foi mais meio emburradinha assim era mais séria assim, ela brincava, mas não era muito assim! Ela gostava mais era de joguinho essas coisas assim de escreve ela gostava, dava caderno e coisa assim e ela escrevia, brincava, desenhava e olhavam desenho essas coisas que elas gostavam! E a Flora é assim oh gosta muito de brinca de joguinho, de coisinha de monta de joguinho, boneca também ela gosta, ela gosta de boneca! Ela brinca, ela gosta muito de escreve também ela gosta muito de dança, ela fala que vai se cantora que vai ser dançarina quando crescer aí ela brinca disso aí! (GRAÇA)

Considerando a proximidade física entre a casa e a rua, como também a sociabilidade do lugar, observou-se, nos relatos, a importância da rua, esta como palco principal dos divertimentos das crianças e jovens. Mesmo morando num bairro com estigma e fama de violento, esses circulam pelos espaços públicos com desenvoltura e segurança, demonstrando ser nativos daquele lugar, incorporados à cultura local. Com isso, não se esta negando possíveis ameaças que a rua pode oferecer, como se pode ver em vários relatos das mulheres, mas essa situação parece não ser um impedimento para por ela transitar. Difere de crianças e adolescentes de outros extratos sociais, onde a vivência da rua, muitas vezes,

representa um perigo, uma ameaça e com isso cada vez mais vivem em espaços fechados e isolados do convívio social.

Outro aspecto que chama a atenção no que se refere às brincadeiras preferidas pelas crianças, é a influência da convivência entre filhos de gêneros diferentes nas escolhas dos brinquedos e possivelmente na formação das identidades dos sujeitos. A família de Flávia é a única em que há filhos de ambos os sexos, onde se verificou que os irmãos costumam brincar eventualmente juntos, sem distinção de que as brincadeiras sejam de menino ou de menina, como esconde-esconde e dançar. Conclui-se, neste contexto, que o convívio de filhos de sexos distintos ajuda a relativizar a definição dos papéis sexuais atribuídos pela educação.

É de esconde e de pega as brincadeiras que eles gostam de esconde assim, é Tânia? Ah e de joga bola! Assim os guri são mais de joga bola! A Célia é se esconde e brinca com uma gurizinha, ela gosta de brinca com uma gurizinha que tem aqui que é bem pequenina a gurizinha! Boneca de coisa! [...] Ah de joga bola, o Brian gosta de dança! Rap! O que ele mais gosta é Rap! E de dança é Funk que ele gosta mais! (FLÁVIA)

Considerando as respostas sobre o que costumam fazer para que os filhos as obedeam, do mesmo modo surgiram formas bem diversificadas. Algumas assumiram usar o castigo físico, apenas uns “tapas”, eventualmente, entretanto pareceu usarem mais esse recurso como uma ameaça. Preferem procurar conversar, ou às vezes fazer “chantagem” emocional com choro, mas para conseguir obediência e respeito por parte dos filhos; a estratégia mais utilizada é privação de acesso a coisas que as crianças e jovens gostam de fazer. Os relatos são ricos quanto a esse debate...

[...] aí eu não quero bate, eu não quero briga, mas geralmente eu boto um na cozinha e o outro na outra peça pra ficarem cheirando a parede de castigo, aí quando não adianta muito, que eles ficam se pegando e ficam se provocando e ficam se engalfinhando aí eu do um tapa em cada um e faço os dois fica quieto! [...] de eu bate não é frequente não! [...] Castigo é! É bastante frequente! É bastante! (SAMARA)

[...] eu sempre tranco eles de ir a algum lugar, castigo pega, o cadeado é passado no portão e ninguém sai de dentro de casa! [...] O castigo é não sai pra rua, o castigo é fica de castigo mesmo uns dois dias dentro de casa sem

ir pra lugar nenhum, nem pra vó, nem pros amiguinho lá embaixo, nem na guriuzinha da preta que eles vão pra lá conversa e brinca no computador que ela tem também 13, 14 anos, é o castigo! Lan House que o meu guri gosta de ir lá mexe no Orkut também não vai, castigo, ou então ir lá no meu pai que o meu guri vai o mais velho ele vai lá no meu pai! (TAMARA)

[...] acho que só eu estando tão presente ali com ela sempre de olho nelas ali é que eu acho que talvez por causa disso que ela sempre foi assim! [...] A pequena já é mais levada assim e tudo ela tem seis anos! Ah eu tem horas que eu tenho que fala bem sério com ela eu digo “guria para aqui que eu to falando contigo!” Faço ela para ali e me escuta! Olha até resolve porque eu não eu nunca fui assim de bate nelas no caso! Ai eu já acho isso aí assim, mas eu não admito também que ela venha e Deus o livre de um tapa nela também. (GRAÇA)

Ah geralmente quando eles me aprontam no colégio eu... geralmente quando aprontam no colégio eu pego e converso com eles né aí se eu prometi da alguma coisa já não do, aí eu fico meia assim amarrada com eles aí... coisa assim se eles... não sei! [risos] Eu so meio rio, olha é triste, hoje mesmo deu até vontade de chora! É brabo, mas... são seis homens! Ah eu tento conversa com eles, entre em acordo com eles... Não adianta, eles não me obedecem castigo! Não tem como da castigo, nada! Hoje mesmo eu cheguei esse e o de dezesseis anos tavam grudado no laço! Aí que eu fiz? Eu falo, falo, começo a entra em desespero começo a chora porque é muita coisa só pra mim, trabalha vim pra casa organiza, é colégio é tudo é muita coisa, mas tem que aguenta! Aí quando começo... quando eles tão brigando que eu começo a chora aí eles tudo aí se acalmam, vai um pra cada canto aí se acalmam! [...] Chorando eles se acalmam, eles se acalmam aí eles ficam tudo bem mancinho na minha volta! Tem que da uma choradinha de vez em quando! (VALENTINA)

A exposição feita por Valentina expõe novamente a sobrecarga da mulher que cria seus filhos sozinha. Como são seis filhos homens, todos já adolescentes, fica difícil controlá-los mantendo obediência e respeito, acrescido ao fato que passa o dia fora, trabalhando. Para isso, conta com a ajuda de um vizinho, que monitora o vai e vêm de seus filhos, bem como o relacionamento entre eles, enquanto ela está fora. Quando há alguma situação de conflito entre eles, ao retornar para casa e um dos filhos fizer queixas é ele que esclarece o litígio.

Fazem bastante queixa! Aí eu já não sei mais em quem acredita porque é um “porque ele me deu” o outro “porque ele não fez isso”, “porque ele não fez aquilo” [...] Porque se eu peço um favor pra um aquele um pega e diz “porque o fulano que tem que faze” se eu peço pra um ir numa venda, no bar busca alguma coisa “não, eu não vo porque ele vai” ou se não eles ficam de picuinha um com o outro “ah porque tu é gardenal, porque tu é louco, porque tu é isso, porque tu é aquilo” então eles se param assim, assim eles ficam, óh! Não que o outro ia da nesse aqui, eles já tavam brigando a hora que eu cheguei! O meu vizinho, ai eu tenho um vizinho aqui que me ajuda a acalma eles, um vizinho bom até, muito bom, ele que ajuda a repara assim qualquer coisa ele tem meu telefone e sempre, ele mora aqui na frente aí qualquer coisa ele me liga pro meu telefone me avisando!

[..]ele mesmo vem aqui e resolve a situação! Aí ele me... aí ele vem... Aí ele passa o relato aí eu começo a briga com os guri ele vem e diz “não, o culpado foi esse e esse e pronto” aí eu já sei, eu já acredito nele! Respeitam! Respeitam! Respeitam!

Como se vê, essa condição, a matrifocalidade resulta que a mãe assume, quase que exclusivamente, a responsabilidade pelo cuidado e educação da prole. No entanto, na prática, como se tem observado nos vários relatos que estão sendo apresentados, muitas vezes para dar conta das atribuições de cuidado e manutenção da sobrevivência familiar, as mulheres acabam contando com vários recursos pessoais e sociais que extrapolam a unidade doméstica, resultando que a matrifocalidade não significa que a mulher se torne a única referência de cuidado dos filhos. Essa é uma das causas que origina o que Fonseca (2002) denomina de “circulação de crianças”. Essa concepção compreende que o cuidado das crianças ultrapassa os limites da casa, passando a acontecer a partir de uma rede mais ampla de pessoas, familiares e vizinhos.

3.5.3 Rede de cuidado e circulação de crianças

Uma situação preponderante que identifiquei nas entrevistas e observações realizadas junto às famílias e já apontada por Fabíola Pereira (2008) no “Estudo sobre as relações entre redes de assistência e famílias de grupos populares” refere-se à compreensão de que as questões prementes ao espaço doméstico do cuidado, tornam-se centrais na vida das mulheres chefes de família, utilizando-se das mais diversas estratégias para dar conta dessas demandas, que não passam, na maioria das vezes, pelo trabalho ou reivindicação política e sim pela busca das redes sociais, formais e informais, públicas ou privadas. Isso aparece em duas falas de Tamara: a primeira refere-se às pessoas com quem pode contar quando precisa sair de casa para trabalhar eventualmente; a segunda, aos programas sociais e serviços que acessa para atender a um dos seus filhos que apresenta “hiperatividade e déficit de atenção”.

Minha mãe às vezes quando eu tenho que fazê uma faxina alguma coisa ou quando ela tá parada, minha irmã caçula que não mora aqui, mora lá no fragata, mas as vezes ela vem pra cá, fica pra mim pode fazê uma faxina ou podê cuida uma pessoa! (TAMARA).

Agora no momento eu recebo bolsa família e aí devido a função do Luis eu consegui o auxílio LOAS eu encaminhei ele, consegui encostá ele, [...] eu entrei com a papelada e expliquei: “eu não tenho condições de trabalha porque ninguém queria ficá mais com ele”, eu tinha que levá ele pro psicólogo toda segunda-feira, terça-feira tinha curso, então quer dizer eu não posso! Então aí consegui o passe dele e eu mesma entrei sozinha, fiz a papelada e entrei, se dá, dá, e pedi pro doutor me dá o “Sindi”¹⁰ que ele já tinha me dado e aí eu entrei e aí eu consegui por dois anos ele vai fica encostado! (TAMARA).

Nessas ocasiões em que as avós, tias e vizinhas ou até um irmão(ã) mais velho(a), tornam-se os cuidadores, mesmo que provisoriamente, fica evidente a importância das redes de parentesco e social, demonstrando que não é possível ver as famílias pobres apenas como um núcleo, mas como uma rede que se propaga envolvendo parentes e vizinhos com quem se pode contar (SARTI, 2007). As possibilidades de trabalho e de sobrevivência, mesmo que instáveis e eventuais, estão associadas a atitudes solidárias de amigos e parentes, como conseguir um biscate, abrir informalmente um negócio com lanches, ganhar alimentos, cuidar da casa ou emprestar dinheiro. A própria vivência do lazer, limitada muitas vezes a visitas, passeios e eventos comunitários, está frequentemente ligada à rede familiar, de amizade e de vizinhança

As famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (NEVES, 1984; FONSECA, 1987; SCOTT, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, levam a desencadearem-se arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, para viabilizar a existência da família, tal como a concebem (IN: SARTI, 2007 p.65).

Um depoimento que exemplifica com clareza essa questão está presente na fala de Valentina, ao falar do cotidiano da família, principalmente no que se refere às estratégias de sobrevivência e cuidado das crianças.

Olha, quando eles eram menor eu pagava uma pessoa pra cuida eles, sempre tinha uma guria, uma pessoa, minhas irmã! Agora não! Agora tem um de dezoito anos que vai faze 18 anos, ele estuda de manhã e de tarde ele repara os pequeno. E de manhã fica dois só em casa, fica o de 12 anos e o de 16, aí o de 16 cuida o de 12 anos! Aí eles ficam até meio dia, depois do meio dia o outro que assume! [...] Porque o meu de 19 anos agora pego um biscate pra trabalha, que ele não que estuda e aí como ele não que

¹⁰ Aqui ela se refere ao CID – Código Internacional de Doenças.

estuda eu disse pra ele “tu tem que ajuda de algum jeito, ou tu estuda ou tu trabalha pra me ajuda!” [...] Eu digo pra eles... um tem que ajuda um ao outro pra eles me ajudarem pra mim pode trabalha e pode traze as coisa pra eles! [...] Ah minhas irmãs que cuidavam, a minha mãe quando antes de se aposenta ela cuida também meus filhos, umas amiga minha também cuidaram ele assim, coisa assim, mas cuidavam... a gente tinha que paga! (VALENTINA)

Quando aborda sobre a prática de circulação de crianças como forma de cuidado nas classes populares, Fonseca (2004) mostra que são costumes existentes na realidade brasileira, no mínimo há dois séculos e é decorrente principalmente da importância das famílias extensas, dos pobres, e da busca por estratégias coletivas de sobrevivência das crianças. Na pesquisa realizada o autor ainda ressalta que a privação econômica é o fator crucial dessa prática, mas que devemos evitar o determinismo e reducionismo econômico que a classifica como uma “anomia” explicada pela miséria e resultante da pobreza. A prática de circulação de crianças, enquanto um costume do presente e passado nas classes populares, acaba por expressar um modo de viver, que foi se constituindo anos após anos e que, atravessado por fatores sociais e culturais, “tenham adquirido um significado específico integrado a um modelo cultural” (FONSECA, 2002, p. 17). Nesse aspecto centra seu estudo chamando atenção para que:

Observando a prática de circulação de crianças como uma estrutura básica da organização de parentesco em grupos brasileiros de baixa renda, nossas atenções se deslocam de um ‘problema social’ para um processo social, e nosso enfoque analítico muda de ‘o colapso dos valores tradicionais’ para formas alternativas de organização vinculadas a uma cultura popular urbana (FONSECA, 2002, p.15).

Os relatos a seguir são muito claros em relação a essa questão, mostrando inclusive a diversificação e extensão de como se dá a dinâmica dessa rede entre os parentes consanguíneos e outras pessoas envolvidas na teia de cuidados.

A Célia fica com a Tânia, minha irmã! Ela tem onze ano, ela me dá uma ajuda, mas agora ela não ta me ajudando muito [risos], ela da uma ajuda assim de arruma, desde novinha assim, mas não é muito! [...] aí eu levo o meu pequeno aí fica a minha guriazinha de onze anos com a minha irmã que mora aqui nos fundo e o Brian vai pro colégio! (FLÁVIA)

Tamara tem uma irmã jovem que mora com seu pai e a madrasta. No entanto, ela costuma ficar em sua casa, principalmente nos finais de semana, por diversos motivos, como para saírem juntas, para cuidar dos seus filhos ou pela própria convivência familiar em si. Pelos relatos, observa-se que esta relação foi se configurando como uma relação de cuidado por parte de Tamara com a irmã menor. Utilizando-se da própria experiência ela procura prevenir a irmã sobre questões relativas ao exercício da sexualidade, buscando evitar que ela incorra no que considera erros cometidos.

[...] Ela vem pra cá porque a gente às vezes sai vamos em algum baile, as vezes ela vem pra cá e fica aqui quando eu tenho que sai ou alguma coisa é porque ela vem pra cá costume dela vem pra cá! [...] Porque ela se sente sozinha porque ela mora com a mulher do meu pai então aí é difícil madrasta e aí ela vem pra cá!

Cuidado que eu digo pra ela que eu previno, eu busco anticoncepcional pra ela, eu previno ela, eu converso com ela, eu explico pra ela, porque eu não quero que ela passe o que eu passei, que ela se envolva com o primeiro e de repente se apaixone, pra depois vê que aquilo ali não é! Então é o tipo de cuidado que eu tenho com ela que eu converso com ela, que eu explico pra ela que também as doenças! Porque tu ta há quatro mês de repente o cara vem com aquela conversa “ai porque eu to broxando, porque eu não to mais conseguindo usa a camisinha!” Isso é conversa pra boi dormi, então já não cai, hoje em dia não é só AIDS, hoje em dia tem infecção, tem isso, tem aquilo, tem aquele outro, então ela é muito criança! Eu já quando eu já comecei a curti eu era muito esperta, ela já é muito infantil, ela só cresceu em tamanho, mas ela é uma criança! Então é o primeiro amor, é a primeira paixão, é isso e aquilo tu faz de tudo, mas não é de tudo porque é sempre a mulher que sofre, porque o homem faz o filho, vai embora e tchau!

Frente à narrativa dessa situação, foi questionado se ela se sentia responsável pela irmã, e responde afirmativamente. Diante das diversas rupturas e instabilidades pela qual sua família de origem passou, parece que nesse processo Tamara se manteve como uma referência de cuidado para a irmã.

Eu acho que um pouco sim! Um pouco sim por devido ela ter ficado comigo na época que a minha mãe se separo do meu pai, depois a minha mãe deixo ela comigo uma época quando ela era pequena, depois ela volto a mora com a mãe, depois ela saiu agora da mãe, ta morando com o meu pai e vem pra cá, bem dizer assim, ta sempre na minha volta! (TAMARA)

Outro exemplo da extensão da teia de cuidados e de reciprocidade aparece no caso de Flávia. Esta tem um irmão com transtorno mental crônico, já apresentando comportamento dependente de cuidados de terceiros. Ele constituiu família e teve vida independente no passado. Já doente, ficou um período morando

com sua mãe, mas devido a problemas de relacionamento dele com o padrasto, sua mãe pediu que ele fosse morar com Flávia. Esta abrigou o irmão na sua casa e refere que quanto aos motivos que a levaram a tomar essa decisão, foram as diversas situações do passado, como ele tê-la cuidado quando criança e lhe acolhido quando engravidou com quatorze anos. No relato, transmite uma relação baseada em trocas entre dar, receber e retribuir, não apenas material, mas principalmente de afeto e atenção entre os irmãos.

Agora ele mora mesmo! É que a mãe deixou ele pra mim cuidar também, eu sou a mais nova, mas ele é tri legal! É que o meu padrasto é meio chato e ele tem assim, de vez em quando é meio resmungão sabe? Ele não é aquele louco assim! Foi depois que morreu a filha dele que ele ficou... ele amava aquela filha dele aí morreu com um ano e seis meses e ele ficou assim, acho que entro em depressão, essas coisas! Só que o meu padrasto é chato, ele não gosta que fale, não gosta de gritar, já tá velho coitado! O meu irmão ele passa a noite inteira acordado conversando, aí a mãe disse “não Flávia, fica com ele um pouquinho até acalma o Getúlio!” Aí eu fiquei com ele aqui! [...] Aí ele ficou comigo, eu gosto dele, que ele me ajuda também, não diz que ele não me ajuda, que é aposentado então ele dá pra mim o dinheiro e eu do pra ele também assim, o meu dinheiro que eu ganho eu reparto com ele as coisas! [...] ele lê a Bíblia, ele tá sempre procurando uma coisa pra ele ler, pra ele não se estressar! A mais que ele gosta mesmo é a Bíblia, às vezes ele conversa um pouco, fica meio braba aí eu me levanto e converso com ele às vezes aí ele fica bem quietinho! É que ele gosta mais de mim!

Me cuidava, ele não deixava ninguém bater em mim também quando eu era pequena, porque eu sou a menor, no caso eu sou a última! E ele também quando eu engravidei ele me deu todo o apoio também, ele não era assim doentão! Ele me deu todo o apoio, começou a chorar e me abraçar! Por isso que eu gosto dele!

Guedes e Lima (2006) fazem uma análise entre a casa, família nuclear e redes sociais de parentesco e vizinhança, a partir de pesquisas etnográficas realizadas em bairros de trabalhadores urbanos. Nesse contexto, consideram que o conceito de parentesco é amplo e difuso, baseado fundamentalmente no princípio da reciprocidade apresentado por Mauss (2003), sendo condicionado por relações de obrigações mútuas entre parentes e vizinhos envolvidos na rede social da família. Em virtude disso, o parentesco é também uma construção seletiva na medida em que o vínculo consanguíneo não é garantia de inclusão na rede social da família e vai depender “de um conjunto potencialmente muito mais amplo, o conjunto aberto de relações que são concebidas como relações biológicas entre os indivíduos (relações de sangue), as relações estabelecidas pelos casamentos e as relações de consideração” (GUEDES E LIMA, 2006, p. 141).

Essas autoras dizem que as obrigações mútuas giram em torno da categoria ajuda, esta como questão de consensos, uniões e discórdias familiares e, por isso, critério central da seleção do que é considerado parente pertencente à rede social de ajuda mútua. Afirma que são relações

[...] de trocas cotidianas, circulam coisas, serviços pessoas. Através das obrigações mútuas, que constituem as seletivas redes de parentesco e vizinhança, circulam como doação, cessão ou empréstimo, diversos tipos de bens, inclusive casas [...] mas circulam, principalmente pessoas. Nesse sentido, as redes sociais, lidas no idioma do parentesco, fazem com que, nas casas muradas, as famílias sejam abertas. Não é absolutamente incomum que novos membros sejam agregados às famílias nucleares, como parte das obrigações mútuas que percorrem as redes em todos os sentidos (GUEDES e LIMA, 2006, p. 142 e 143).

Nos casos apresentados, a atribuição do cuidado como uma tarefa feminina mais uma vez se confirma. Ainda que as mulheres da pesquisa, na sua maioria, se encontrem na juventude, ao longo de suas vidas já assumiram diversos papéis de cuidadoras junto a diferentes pessoas do grupo familiar consanguíneo, além dos seus próprios filhos. Essa situação ratifica também a noção de que a manutenção da família monoparental feminina só é assegurada pelo esforço diário na busca por soluções que, via de regra, são encontradas em uma rede social diversificada de recursos com que se pode contar.

3.5.3 A importância das avós no cuidado

Diferentemente da criação de origem das mulheres, onde não apareceu a figura da avó como suas cuidadoras, com seus filhos se fizeram mais presentes como mostram os relatos. Para Flávia, a sua mãe teve uma participação fundamental na criação dos seus filhos e auxiliando na sua própria subsistência, devido à precocidade da sua maternidade, quatorze anos e os revezes que enfrentou para garantir a manutenção da família. Hoje demonstra uma devoção pela mãe, pois foi ela que a ensinou a fazer as tarefas de cuidado com os filhos, como dar banho, alimentar, manejar com bebês, bem como cedeu a própria casa para ela e a irmã morarem.

Quanto aos motivos da convivência entre crianças e seus avós, Vitale 2010 traz argumentações importantes ao descrever sobre a participação dos avós,

principalmente nas famílias pobres e de como os idosos compõem “o sistema de apoio mútuo”, ressaltando ainda que essas trocas e convivência entre gerações não deixam de acontecer, sem os conflitos, intrínsecos das expectativas e dinâmicas da vida familiar.

O aumento do número de crianças que vivem com os avós é fato. A pobreza, o desemprego, o aumento da desigualdade social, a insuficiência das políticas públicas e sociais podem ter levado ao aumento da sua contribuição na rede familiar. A precária condição em que vivem os netos tende a mobilizá-los na direção de lhes prestar atendimento. Os avós cuidadores, com sua pouca aposentadoria, procuram ajudar nas dificuldades da família (VITALE, 2010 – p.96).

Fonseca 2002 apresenta argumentos para essa questão, quando fala que as diversas decisões tomadas sobre a criação das crianças não se limitam ao núcleo do casal; frequentemente costumam envolver também os avós e outras pessoas envolvidas na rede de cuidados. A narrativa a seguir expõe isso.

[...] ela me ajuda até os sete, até os três anos foi ela que me ajudou, depois ela foi embora pro Capão do Leão e eu comecei a cuida sozinha! [...] Até os três anos de idade! [...] É! Depois eu comecei a cuida sozinha, ela cuidava não era aqueles cuidado sabe assim, guria com quatorze anos não sabe muito! Aí é tudo, se ele tinha uma cólica, fazia um chá pra ele que ta com cólica! [...] me ajudava a muda, da banho em criança, minha mãe... eu tinha quatorze anos, tudo, tudo foi ela, a mãe que me ajudou mesmo! [...] eu tinha medo de deixa afoga a criança, com quatorze anos [...] até os três, quatro anos ela vinha vê e repara vê se eu tava cuidando bem, mas de da banho assim até uns três mês! Mas mais foi o Brian que eu era mais criança. Depois dali eu já vi que já dava pra cuida! O pequeno ela já não me ajudou porque aí eu já sabia, porque eu já tinha dois! [...] mas mais que a gente confia mesmo é na mãe da gente e na sogra! Nas vó! (FLÁVIA).

As diversas instabilidades a que são submetidas as famílias, ao longo de seus ciclos, colocam em risco a garantia de cuidado às crianças e faz com que elas tenham que buscar as mais diversas estratégias de sobrevivência, que muitas vezes vão além dos recursos da unidade doméstica. Assim, são estabelecidas relações com obrigações morais entre pais e filhos, que, no futuro, já na terceira idade vão garantir aos pais, de alguma forma, os seus cuidados por parte dos descendentes que eles criaram, mesmo que, eventualmente, tenham contado com outras pessoas para cumprir essas tarefas. Sarti 2010 fundamenta essa situação, da seguinte forma:

“A família pobre, constituindo-se em rede, com ramificações que envolvem o parentesco como um todo, configura uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos [...] Dos filhos espera-se o compromisso moral de retribuição dos cuidados” (SARTI, 2010 - p. 31).

O entendimento mostrado por Sarti pode-se perceber nas palavras de Flávia, ao descrever sobre os motivos e períodos em que seu filho foi morar com a avó, ainda que provisoriamente. Na primeira vez aconteceu a pedido do filho pela relação de proximidade e afeto com a avó. Fonseca 2002 diz que muitas mulheres que acolhem crianças em suas casas o fazem porque já não se encontram mais trabalhando. “Cuidar dos desejos e necessidades materiais de uma criança preenche o dia e fornece pretexto para uma interação social regular com os vizinhos” (FONSECA, 2002 – p.41). A segunda ida para a casa da avó foi a pedido desta, para auxiliá-la no cuidado do marido enfermo, evidenciando as relações de reciprocidade entre dar, receber e retribuir, considerando a relação de devoção que tem com a mãe pelo auxílio que dela recebeu. Parece que esses mesmos ensejos estão presentes no caso da outra filha de Flávia, que foi colocada provisoriamente para morar com uma amiga, já idosa, a pedido desta, depois que ela enviuvou, sendo que no passado ela e a irmã também moraram com ela. O conjunto dessas situações contadas por Flávia expressa a diversidade e complexidade da prática de circulação de crianças como um modo de viver inerente à cultura popular. Os relatos mostram muito bem isso.

[...] o Brian que começo a posa com a mãe, a mãe fico um pouco com ele, mas não de mora! Acho que uns sete mês ou oito! Só que ele dormia aqui em casa, dormia aqui e lá na mãe, depois de grande já! Aí depois a mãe foi embora e ele dormia aqui, aí começo a dormi aqui, mas já era grande! Sabe criança quando que posa na casa da vó? Até hoje ele gosta de posa na casa da mãe! (FLÁVIA)

É a mãe que quis fica com ele que meu padrasto era doente [...] A mãe pediu pra fica porque meu padrasto não podia sai sozinho e a mãe não podia ta toda hora atrás do meu padrasto, e o Brian já era um pouquinho mais grande, fico com ele! [...] Ele tinha pressão alta, isso, da enfarte nele seguido! Ele não pode sai sozinho! Até hoje, essa semana deu nele, ela ligo aí meu irmão foi pra lá! [...] Fico pra assim pra leva, pra ir nos lugar com ele, qualquer coisa que acontecesse o Brian ligava ou chamava alguém! [...] Foi bom, a mãe dava tudo pra ele, o meu padrasto também, acho que foi uns dois, três anos que ele fico assim, mas nem chego um ano aí ele veio pra cá depois, aí depois que a mãe separo do meu padrasto de novo né, que a mãe é muito brigona! Aí eu peguei e trouxe ele pra cá! (FLÁVIA)

Ah a Neli! Agora ela ta sozinha que ela perdeu o marido dela e ela não gosta de fica sozinha aí ela pego e convido a Célia pra dormi com ela! A minha guriuzinha! Come aqui e tudo, só que de noite a Célia vai pra ali! É assim, ela dorme, não sei se é mora, o resto do dia ela passa aqui! É, às vez ela janta comigo, às vez ela janta lá, chega lá e janta de novo, mas ela fica ali assim dormindo! É ela que pediu pra Célia fica que ela não gosta de fica sozinha que eu sempre fiquei com ela quando era pequena também, a Tânia também, parece que ela já é da família como eu digo! (FLÁVIA)

Quanto aos pretextos da criança passar um ou mais períodos morando com os avós, situação encontrada com três filhos de três mulheres, encontrou-se ressonância com os motivos apresentados por Fonseca 2002, que se assemelharam com os encontrados no presente estudo.

Os primeiros-nascidos de uma geração frequentemente passam seus primeiros anos com uma avó que, cuidando deles, cumpre as últimas obrigações familiares. Vinte anos depois, quando a obrigação se transforma em direito, a avó pode muito bem reivindicar, na sua velhice, a companhia de um dos netos mais novos (FONSECA 2002 - p. 32)

No caso de Valentina, essa situação dos pais terem criado um dos seus seis filhos vem acompanhada por outro elemento, que é o conflito entre a conjugabilidade e maternidade. Inicialmente, o filho mais velho foi morar com os avós porque quando ela casou novamente, ele não quis ir morar com essa nova família. Nessa ocasião ele tinha seis anos. Posteriormente, essa situação se manteve a pedido dos avós, como uma forma de fazê-los companhia. Ele retornou a morar com a mãe com 17 anos, após a morte do pai de Valentina, e impulsionada pela descoberta de que o filho estava mendigando na rua, sem controle dos avós/cuidadores.

Em novas uniões conjugais, quando há filhos de uniões anteriores, os direitos e os deveres no grupo doméstico ficam abalados, na medida em que estes não são do mesmo pai e da mesma mãe, levando a ampliar essa rede para fora desse núcleo. Nessa situação, os conflitos entre as crianças e o novo cônjuge podem levar a mulher a optar por dar seus filhos para criar, ou algum deles, ainda que temporariamente [...] Nos casos de separação, pode haver preferência da mãe pelo novo companheiro, prevalecendo o laço conjugal, circunstancialmente mais forte que o vínculo mãe-filho (SARTI, 2010 –p. 32)

O relato confere com clareza a análise de Sarti

[...] o mais velho até uma certa idade foi criado pelo meu pai e pela minha mãe! O meu pai e a minha mãe faziam tudo que ele queria, davam tudo a ousadia que ele queria! Aí um dia passo uma esquina, na outra advinha quem tava pedindo? O meu filho! Aí foi quando eu peguei e trouxe ele pra dentro da minha casa e disse “tu não vai estuda? [...] se tu não que estuda então tu vais mora comigo e eu vo arruma biscate pra ti, serviços leve, tu vai me ajuda com biscate, porque tu tem toda oportunidade, tu tinha tudo que tu queria com o meu pai e com a minha mãe aí meu pai faleceu, fico só a minha mãe, eu digo, “não, tu vais mora comigo e tu vais arruma um biscate pra ti me ajuda, te ajuda tu também, e não vais, aí tu não vai estuda mais”, aí porque ele ia pro colégio, mas em vez dele ta no colégio ele tava na Avenida pedindo! [...] Uns dois anos que eu trouxe ele pra mora comigo! [...] quando eu casei ele não quis ir mora comigo, aí foi só os dois mais velho, ele não quis ir porque o pai e a mãe não tinham ninguém pra fica com eles lá e pediram, como eu já tinha dois eu digo “não, pode fica aí”, mas eu via ele todos dia! (VALENTINA)

Por fim, o relato expõe uma situação que se refere ao modo de educar as crianças, demonstrando maneiras divergentes de conduzir a criação. Os avós mostram-se mais tolerantes e permissivos quanto ao controle de limites e transmissão de valores educacionais para o neto, diferentemente do modo que a mãe educou os filhos criados por ela, com condutas mais firmes, coerentes e homogêneas.

Eles educaram bem diferente porque nos meu já trago eles mais ou menos, todos são meu, mas esses mais novo, os outro que foram criado comigo eu já trouxe eles mais ou menos no mesmo ritmo e esse não consegue de jeito nenhum entra no meu ritmo, eu te que ta sempre em cima dele pra ele não, pra ele não faze loucuras, essas bobagem que eu lhe disse, que a droga ta batendo na porta da gente. Mas mesmo assim ele me obedece e tudo, ele faz, eu fico em cima dele, eu pergunto onde ele vai, o que ele ta fazendo, se eles não chegam até umas nove hora em casa eu já saio nos vizinho procura eles, mas graças à Deus na parte dessas que eu tenho medo que é a droga, graças à Deus eu to sendo salva por enquanto! (VALENTINA)

Graça é a única das mulheres entrevistadas que já é avó. Sua filha mais velha tinha quinze anos quando engravidou do namorado. Esta estudava e ficou morando com a mãe depois que sua filha nasceu para conseguir permanecer na escola. Graça assumiu o cuidado da neta, como se fosse sua filha, e depois dessa experiência voltou a engravidar da sua filha menor, como mostra a narrativa.

[...] aí ela começo a namora um rapaz que é o pai da filha dela da guriazinha e aí foi quando ela fico grávida [...] teve a guriazinha aqui! Ela nunca moro com ele, moro sempre aqui comigo ai ela sempre estudo, fez o segundo do segundo falto um ano eu acho pra ela termina o colégio e aí nesse meio tempo também eu cuidava a guriazinha dela, cuidava assim como se fosse eu que tivesse! Como se fosse minha! Porque era só a dela pequeninha então eu cuidava depois que veio a Flora!

Quando há a necessidade de a mãe se ausentar de casa, conforme Fonseca (2007), o cuidado da criança geralmente fica sob responsabilidade de outra mulher que mora no mesmo local, suprimindo suas necessidades de cuidado, como alimentar e acompanhar as brincadeiras. Considera que essa situação “não é tão incomum de um indivíduo ser criado por (o que ele próprio considera suas) duas ou três ‘mães’” (FONSECA, 2007 - p. 28). Na mesma direção Sarti (2007) aponta que frente aos constantes reveses da vida familiar das classes pobres é na casa da mãe que os filhos encontram amparo e, nesta conjuntura, a mãe configura-se como a referência, mantenedora da unidade familiar.

Novamente usando Fonseca (2002 e 2004) como referência, quando analisa as práticas de circulação de crianças, a partir de estudos etnográficos realizados com famílias de classes populares, aponta algumas questões interessantes que ajudam na compreensão dos achados deste estudo, principalmente no que se refere ao cuidado de parentes consanguíneos. Mostra que as mães, ao entregar os filhos para serem cuidados por outras pessoas, preferem os parentes consanguíneos, principalmente as avós e que os laços consanguíneos muitas vezes se sobrepõem ao laço conjugal – o “sangue puxa”. “A identidade familiar, longe de ser construída, é dada a partir do nascimento, onde as crianças são consideradas não como indivíduos singulares, mas sim como partes integrantes do grupo” (FONSECA 2002 – p.39). A maior parte das crianças que são colocadas para morar com algum familiar ou vizinho, mantém a ligação mãe-filho, não manifestando mágoas ou se esse sentimento existir, isso não impede a manutenção do vínculo de lealdade e obrigações com os pais biológicos. A autora diz ainda que colocar os filhos para serem cuidados por outros, representa para a mãe um sacrifício de suas prerrogativas maternas, pois, ao mesmo tempo em que proporciona a alegre presença da criança no convívio de outra família, pode garantir a esse filho uma vida melhor, e que nessas circunstâncias as mães não são estigmatizadas e nem consideradas cruéis ou desnaturadas por essas práticas. Por fim, fala que a circulação de crianças mantida dentro do grupo consanguíneo permite que o ônus financeiro do sustento da criança seja dividido entre os membros do grupo familiar com melhor rendimento, consolidando esses laços de consanguinidade.

Quanto às diversas questões apresentadas por Fonseca 2002, cabe ressaltar aqui o significado do convívio com uma criança para um grupo familiar das classes populares. A autora contribui nesse entendimento, como foi visto acima, abordando

a tema não como uma teoria e abstração, próprias dos debates pedagógicos e/ou psicológicos, ou de cautelas e descrições maternas, mas traz para a cena a representação da convivência com uma criança a partir das cenas concretas da vida cotidiana. Nesse sentido, ela proporciona algumas ponderações

Uma casa sem a presença barulhenta de jovens é quase inconcebível. Nada mais estranho do que a idéia do 'casal moderno' que resolve 'adiar' ou até evitar a vinda de filhos. Os recém casados procuram consolidar seu status adulto tão logo quanto possível. Como? Tendo um nenê. A jovem noiva pede 'emprestado' um sobrinho para cuidar até nascer seu próprio filho. As velhas andam à cata de um neto ou uma neta para lhes 'fazer companhia'. Os casais estéreis ficam 'de olho' em algum nenê 'sobrando' [...] É por causa das crianças que se briga [...] é por meio das crianças que se faz amizade, que as pessoas se ligam a vida do bairro [...] os adultos, as mulheres em particular, regram suas atividades em função das crianças.[...] Todo mundo se queixa das crianças, mas ninguém pensa em afastá-las das atividades do dia-a-dia (FONSECA, 2002 p.25 e 26).

Considerando a diversidade de aspectos apresentados até aqui, quanto à importância das avós no cuidado dos netos, torna-se claro que os achados nessa pesquisa encontraram fundamentação teórica, sendo corroborados por vários estudos, principalmente os relacionados à área da Antropologia.

3.5.4 Diferença entre educar homem e educar mulher e o cuidado com atribuição feminina

Outro aspecto que chamou a atenção foram algumas falas com relação à diferença entre educar homens e mulheres. É importante ressaltar que a composição das famílias é diversificada; dessas, três tinham somente filhos homens, uma somente filhas e outra dois filhos e uma filha, predominando filhos homens no universo estudado. Na fala das mulheres, ao explanarem sobre a diferença entre educar homem e mulher a maioria demonstrou achar mais difícil educar homens, considerando a identificação de gênero mãe-filha, o perfil de docilidade atribuído às meninas e de agitação atribuído aos meninos, a aceitação do papel social conferido à mulher de auxiliar no cuidado dos irmãos menores e da casa, o manejo e conduta para a educação e exercício da sexualidade, os aspectos relativos à violência e ao mundo da rua, enquanto um espaço culturalmente atribuído à figura masculina e,

portanto, parecendo ser um lugar desconhecido ou até mesmo inacessível, sendo elas mulheres. Os depoimentos revelam essas justificativas

Acho que é diferente assim, não sei eu acho, eu acho a menina mais [...] ai não sei te explicá assim sabe, não sei se a guria é tão parecida com a gente eu não sei eu acho que é melhor a menina, não sei te explicá bem assim o que que é né! (GRAÇA).

[...] porque eu crio quatro filhos homens, então quer dizer eu não posso ratiá porque...filho homem aonde eu moro, no bairro onde eu moro, pra mim eu acho que é bem difícil criá eles porque tem várias amigas minha que tem filhos de 12 anos, 11 anos que vão pra Barreira, que vão pra tudo que é lugar!... Barreira é um açude que tem aqui!... Eu acho assim tudo um horror porque os meus filhos “ah o teu filho não vai, teu filho não faz tal coisa, ta criando teu filho que nem uma mariquinha”, mas não é isso! Eu digo “eu não deixo ir pra barreira (TAMARA).

Porque guria já é mais assim de mais calma, mais quieta e o guri já é mais agitado! Eu sempre achei, como meus irmão mesmo eram mais agitado e nós era tudo mais queta! Mais calma, eles saiam pra rua, eles ficavam até sei que... tarde, certa hora na rua, nós não podia! A mãe não deixava! [...] quando é pequeno não, depois que eles crescem pra explica as coisa que vai se! A gente explica! A guria é mais calmo do que o guri! Sempre, até hoje diz que gurizinha é mais calma que guri, guri já é mais agitado pra brinca assim, mas só, depois o resto não tem diferença nenhuma! Depois deles cresce que eu vo vê, aí vo te que explica alguma coisa pra eles! Quando eles cresce a gurizinha vai começa a vim a menstruação né, vamo bota assim aí vo te que explica pra ela como e eles quando cresce eu vo usa... vo te que explica pra eles como não tem o pai a mãe tem que explica o jeito que é o jeito que não é! Esse coisa, namoro e coisa! Usa camisinha essas coisa! Aí eu vo te que ensina pra ele, pros dois no caso como não tem o pai! É isso que eu digo! tem que explica depois quando cresce, só que o pai explica mais o filho homem, a mãe explica já a filha mulher! [...] É essas coisa aí de sexo, como usa camisinha, essas coisa! Sabe que pra filha a gente explica, mas como eles não tem pai eu vo te que explica! Eu vo te que explica, vo deixa os outros explica pra ele na rua? (FLÁVIA)

Como eles são todos homens, eu não tenho nenhuma filha mulher eu digo “vocês tem que me ajuda, pra mim ajuda vocês, se não ninguém aguenta!” [...] por eles se todos menino eles brigam muito entre eles e é muito difícil... a menina é diferente, o menino é bá eles tão toda hora brigando e é muito difícil bá cria menino! É porque são homem porque se a filha mulher ajuda, já tem mais carinho pela mãe, mais ajuda a mãe em tudo, eles não! Eles não tão nem aí! Tem mais carinho! Como eles dizem pra mim, às vezes eu digo “gente vamo mante as coisa organziada “ah pra que mante, não sei o que, deixa assim, amanhã eu faço...” é assim que eles fazem! (VALENTINA)

Na fala de Valentina fica clara a sua frustração e expectativa diante de ter uma filha mulher. O tom da sua fala é de queixa pelo que espera a mais dos filhos para ajudá-la na lida doméstica e cuidado com os irmãos, bem como da forma como lidam com isso, através de condutas debochadas, displicentes e implicantés entre os

irmãos e com ela, próprio do universo adolescente, fase da vida em que se encontram todos eles. Junto com isso aparece a frustração de não ter uma filha, e uma expectativa idealizada, representada pelo que imagina que essa filha poderia lhe dar como o apoio nos cuidados da casa e dos irmãos, a cumplicidade e as trocas de confidências intrínsecas ao universo feminino, atenção e carinho. Este último aspecto denuncia um sentimento de solidão diante da sobrecarga e das exigências de criar seus seis filhos, sozinha, sobretudo por serem homens e encontrarem-se num momento da vida em que é inerente o afastamento do núcleo familiar. Ela conta, a seguir, de forma contundente e comovente:

Porque eu acho que uma filha mulher assim ajuda mais a mãe em casa, já tem mais responsabilidade que um filho homem, uma filha mulher tem mais atitude do que um homem! Responsabilidade assim porque eu vejo que a minha irmã tem uma filha, então responsabilidade assim de precisa de alguma coisa ela tá ali pra ajuda assim e filha mulher é bem melhor assim que o homem porque o homem não tem a mesma atitude que uma filha mulher. Se eu tivesse uma filha mulher, com certeza os menor iam obedece essa irmã que seria mais velha que eles, então pra isso, ela iria me ajuda bem mais do que os filhos homens porque... A mulher sempre bota mais responsabilidade nos irmão dentro de casa do que só homem dentro de casa porque é só homem mesmo, eles não dão bola, então se fosse uma irmã, uma irmã mais velha que eles, com certeza eles iriam obedece ela! [...] Porque eu vejo pela família, porque as minhas irmãs mesmo elas têm filhas e filhos então aonde ela trabalhava ela dizia "olha tu vais fazer isso e os outros vão fazer isso, isso e isso!" E quando chegava em casa aquela filha tava tudo organizadinho, tudo direitinho como uma mãe quer chega e vê a sua casa assim, então elas ajudam a gente e a gente ajuda elas, os filho também ajudam, mas é muito pouco!

[...] porque olha tem coisas de mulher mesmo que eu como é que eu vo fala com meus filhos homens assim? Tem coisas... Ah, por exemplo [risos], sobre um namorado, sobre uma festa, se eu vo conversa com eles, eles não conversam comigo essas histórias assim, "a porque eu vi uma sandália lindíssima lá no centro, vamos lá vamos vê!" eles não, eles eu compro um calçado ou compro uma blusa eles olham pra mim "ah é feia, é feia!" E a filha mulher não, a filha mulher diz "ai mãe usa assim, assim, pinta o rosto assim, arruma o cabelo desse jeito que tu ficas bem!" Então é isso que eu digo que a filha mulher sempre tem mais afinidade, mais carinho, porque uma filha mulher sempre que vê a sua mãe bem! E eles não, eles se bota um tênis, uma calça e uma blusa, pra eles é normal!

No contexto dessas falas, surge um fato novo no relato de Valentina, que é a existência de uma afillhada, mulher, que chama de filha do coração. Parece depositar nessa menina todas as suas expectativas para suprir o seu desejo de ter uma filha, estabelecendo com ela uma relação de entrega e dedicação plena. É como se a existência dessa menina tivesse preenchido uma lacuna na sua vida, "ter

uma filha mulher”. Ao mesmo tempo, essa menina ocupa um espaço que já não existe naquela família, que é a convivência com criança.

É minha filha de coração! Eu nunca tive filha, eles consideram como uma irmãzinha também, eu tenho um monte de sobrinho, mas ela foi escolhida como minha filha de criação assim, de coração! Então tudo que eu vejo de guriázinha que eu possa da pra ela, eu do pra ela, ajudo ela, ela me chama, ela é apaixonada por mim! O mesmo carinho que eu do pra ela, ela me retribui do mesmo jeito, então é meus mimo [...] Todos os dia tem que vê ela! Roupas dela e calçado é tudo é praticamente eu que opino em compra! Eu vejo uma roupa no centro assim eu digo pra mãe dela, aí tu dá a metade eu te dô a metade, vamos compra pra ela, tu tem que compra isso, tênis, calçado, tudo, tudo, tudo, é a minha filha de coração ela!

Fonseca (2002) fornece bastantes elementos que explicam a situação vivida por Valentina. A autora diz que uma mulher, ao gerar um filho, sabe o valor que ele possui, pois poderá suprir várias necessidades do grupo familiar, como: “o nenê diverte e traz admiração; a criança, a partir de 6 ou 7 anos, faz serviços domésticos e, quando adulto, ajuda a sustentar seus velhos” (FONSECA 2002 – p.82). Ao dar essa criança para alguém criar, é como se premiasse a outra mulher que recebe a criança, retribuindo gentilezas e favores recebidos ou cimentando laços com parentes afins. Na medida em que premia a outra mulher, a mãe “goza da aura de um ato generoso: ter sacrificado seus próprios desejos maternos em benefícios de outros” (FONSECA, 2002 p.82). Diz ainda que mesmo ao tornar público o ato de maternar as crianças – criar temporariamente uma criança, não se coloca em risco o direito e lealdade da mãe biológica e também que o caráter aberto da unidade doméstica permite que as crianças burlem os limites das fronteiras entre uma casa e outra.

Novamente a narrativa de Samara é dissonante do pensamento das outras mulheres, sobre a diferença entre educar homem e mulher

Esse mundo de hoje tem muito preconceito contra mulher ainda, muito preconceito, apesar da mulher ter conquistado muita coisa, o seu espaço, ainda tem muito preconceito com a mulher, se eu tivesse uma menina eu acho que eu me preocuparia mais, porque de um menino jamais vão fala, de uma menina vão fala! De uma menina vão rejeita, o homem se pega várias mulheres é garanhão, a mulher se tem vários namorados é vagabunda, ainda continua muito esse mito, então o menino ele é sempre mais... menos mal falado, porque é um menino! Um menino já não necessita tanto cuidadinho porque ele já não é tão sensível como uma menina, a menina já é mais sensível, a menina tem que sabe fala, a menina

já se magoa mais fácil, um menino não! O menino já é mais resistente, ele já não se magoa tão fácil! (SAMARA)

Fica claro nesse relato, dois aspectos que vistos em conjunto se contradizem. Primeiro refere achar mais fácil educar homem, considerando o preconceito existente em relação ao sexo feminino, principalmente quanto à sua reputação e conduta moral com relação ao exercício da sexualidade, mas, ao mesmo tempo, expressa e faz uso de estereótipos relacionados ao sexo masculino, como mais resistente e menos sensível que a mulher, justificando sua preferência e maior facilidade de educar filhos homens.

3.5.5 Práticas populares - Costumes, mitos e crenças

Um aspecto simbólico da cultura popular observado, manifesto através das crenças, costumes e mitos foram encontrados nessa pesquisa. Por meio dos depoimentos das mulheres foi possível identificar práticas populares, muitas delas transmitidas de gerações para gerações, tendo se perdido a origem delas ao longo dos anos, mas ainda presentes e incorporadas no cotidiano das famílias e na cultura local.

Uma das práticas foi expressa através das formas alternativas de cuidar da saúde dos filhos, como aparece nas falas das mulheres:

Aí eu costumo benzê meus filhos, tem uma senhora que é vó duma amiga minha, chamo ela de vó e ela benze então os guri, as vezes tão [...] esse ano mesmo o Manuel chego ruim do colégio, ruim ruim do colégio eu digo – “vamo na vó”! a vó benzeu e já botô pra fora entendeu? Eu acredito muito em benzedura!

É isso que eu fiz! Chá, so mais de da chá! o sapinho quando diz que a gente benze o sapinho passa! Única coisa que eu levava as criança! [...] simpatia do bronquite! Ah é a mãe que fazia pra mim a mãe fazia com um negócio do prego [...] Eu era também do bronquite, eu tinha bronquite a mãe fazia! [...] Ah eu fiz com a minha filha também negócio do prego [...] Fiz isso, aí melhora até depois que ela completo sete ano ela melhora! [...] Outra simpatia que ela fez também ela cuspiu dentro da boca da tartaruga! Diz que é bom! [...] ela cuspiu e a gente boto numa água corrente. (FLÁVIA)

[...] mas o Gabriel sofria muito com bronquite e aí a minha mãe fez uma simpatia pra ele do prego da semana santa! Eu não faço porque eu não acredito, mas a minha mãe fez e realmente nunca mais ele se ataco do bronquite, e chazinhos a gente toma um chazinho a gente sabe que chazinho de tansagem é bom pra alguma infecção pra alguma coisa! (SAMARA)

Chá, a mãe ensino muito a gente a da chá quando tem algum problema a mãe ensina chá e toma chá ou se é alguma ferida a mãe ensina também a bota algum chazinho ali em cima! [...] eu costumo usa porque às vezes da certo ai a gente vai pro Posto tem uma pessoa bem mais mal que a gente lá, podendo a gente resolve a situação sem ir pro Posto é melhor, porque o Posto é além de tudo uma tristeza pra pega uma ficha, então a gente tenta resolve em casa, se não da a gente vai pro médico! (VALENTINA)

Em relação a essas falas, encontramos respaldo na antropologia da saúde, através da explicação de Fleischer, Tornquist, e Medeiros (2009, p.14)

As terapêuticas e os personagens seriam acionados diariamente a partir de uma “saúde popular” justamente pelo fato de fazerem sentido para essas pessoas e não por uma suposta falta de escolha, falta de acesso, de infraestrutura, de informação ou de esperança. Esse “conjunto” de faltas, definidoras inexatas das pessoas, não raro é alegado pelos profissionais bem intencionados, adeptos dos ideais de universalização do serviço de saúde, mas pouco sensíveis às lógicas simbólicas que insistem em preponderar nos interstícios ou nas margens dos serviços.

A Antropologia da saúde considera a dimensão popular fundamental para compreender as práticas de cuidado e itinerários terapêuticos das classes populares, principalmente na relação estabelecida com os serviços de saúde, que não conseguem entender a busca por práticas não oficiais de cuidado, como benzeduras, chazinhos e receitas caseiras, como forma alternativa e significativa no ato de cuidar.

Outra prática popular identificada foi o “batismo em casa”. Segundo Fonseca 2002, essa forma de batismo era celebrado desde a época do Brasil Colonial, por moradores da zona rural, que viviam em áreas isoladas, prática que foi se expandindo com vigor e ganhando novos significados, até os dias atuais, principalmente entre as classes populares. Constitui-se numa cerimônia realizada na casa da criança, durante a sua primeira semana de vida, por parentes e amigos próximos a seus familiares. Para essas famílias, o ritual que tem significado e valor maior é o batismo em casa, em detrimento do celebrado na igreja, uma vez que muitas vezes esse acabou não sendo realizado. O ritual em casa adquire importância porque “protege a criança contra o perigo, a doença e a perdição, não dependendo de qualquer autoridade além dos adultos que mais intimamente

circundam o recém-nascido” (FONSECA, 2002 – p.29). A fala a seguir demonstra isso:

Padrinho da igreja e padrinho é quando batizam em casa! Quando a gente chega do hospital a gente batiza o nenê em casa! Com água benta! Eu batizei todos meus filho em casa e várias pessoas batizam em casa! Tu escolhe um casal, um homem e uma mulher ou duas mulher. Fizeram um casal entre duas mulheres e batizaram ele em casa, e do casal na igreja que tem! De igreja ta difícil, só o Luciano tem da igreja e o Sandro porque o Alessandro e o Kauã não foram batizados na igreja! Porque os padrinho só são padrinho de boca até agora não sobra dinheiro pra paga a igreja! Eu digo “ta difícil a coisa hein”, só o Alessandro vai faze dez anos! É porque os padrinho que tem que paga, os padrinho não dão jeito, a madrinha se separo mais de três vez e o padrinho já troco três vez, ai eu sei que ainda tava dizendo outro dia, tem que resolve esse problema, porque as vez o Alessandro é agitado porque não é batizado na igreja! É, os antigo dizem que às vez quando a criança não é batizada na igreja a criança é nervosa! Dizem também meus pais, que são os antigo, eu só to dizendo o que me disseram! Agora se é verdade eu não sei! Então ele já ta agitado há mais de dez anos, vai faze dez ano e não foi batizado ainda, o Kauã também não foi batizado na igreja ainda, sempre tem um motivo, uma história, então ta difícil, o Luciano e Sandro são! [...] é que o batizo em casa tem que traze água benta e uma vela daquela bem grandona e é aí eu batizei meus filho tudo em casa! Todo mundo tem esse costume de batiza em casa, se não batiza em casa a criança pega um mal não sei de que, ah é uma história de gente antiga também! Muita gente batiza os filho em casa! Que eu conheço, todo mundo batiza os filho em casa, primeiro em casa e depois na igreja, não sei, nunca conheci ninguém que nunca batizo o filho em casa! (TAMARA)

Fonseca (2002) segue descrevendo a importância do costume de batizar a criança várias vezes, fazendo relação com a prática da circulação de crianças, afirmando

O costume de batizar uma criança duas ou três vezes (em casa, na igreja e em cerimônia de batuque), dando a ela dois ou três pares de padrinhos, é um outro índice de ‘coletivização’ da responsabilidade por ela. A instabilidade conjugal, seja ela por morte, migração ou simplesmente divórcio, tem sido uma constante na história de grupos populares no Brasil. Se as crianças não passassem a ser responsabilidade de todo o grupo de parentesco, se não tivessem circulado facilmente entre vários adultos, é difícil imaginar como esta população teria se reproduzido (FONSECA, 2002 – p.32)

Dessa forma, verifica-se nos relatos apresentados que a opção pelo batismo em casa em detrimento do da igreja prevalece, porque garante igualmente a proteção da criança e ao mesmo tempo não tem que dispor de tempo para realização de cursos de batismo e de ônus financeiro para sua efetivação, bem como não exige procedimentos burocráticos e documentação de todas as pessoas envolvidas nesse processo. Essa opção corresponde de forma mais direta ao

dinamismo das mudanças dos arranjos familiares que frequentemente ocorreram na família da criança como na dos padrinhos.

Ainda sobre as crenças, uma família assinalou sobre a comemoração dos aniversários dos filhos, nos primeiros anos de vida. A mãe relatou que se o primeiro ano é comemorado, deve-se seguir festejando todos os anos, de forma consecutiva, até completar os sete anos. Caso em algum ano seja pulada a comemoração, isso pode trazer azar ou mau agouro para a criança. Caso não realize o festejo no primeiro ano, essa situação não trará problema.

[...] da Célia e do Brian eu dei aniversário completo até os sete, só que o Vinícius nunca ganhou, então eu faço um bolinho pra ele! Ah completo é que tem salgadinho, essas coisas, tem balão, tem tudo! Costumava fazer até os sete era ali onde era a sala, eu tirava todas as coisas e fazia dentro de casa mesmo, agora não faço mais! Já cresceram, diz que até os sete a gente tem que fazer! [...] todas as pessoas falam que até os sete anos... se tu fazes do um ano até os sete tem que fazer! Se o primeiro um ano até os sete tem que comemorar! Se não, não traz sorte pra criança! Não traz sorte pra criança, é o que dizem! As pessoas antigas, a minha avó, todo mundo fala! Aí depois eles crescem sem sorte [...] É diz que a criança não cresce, cresce e não consegue as coisas, não vai pra frente ou então tu não faz, não faz! (FLÁVIA)

De alguma forma percebe-se que, os relatos apresentados, envolvem questões onde acreditar e reproduzir são fundamentais para manutenção dessas diversas práticas, sendo que em alguns casos pareceu até mesmo ser ameaçador, se ela não fosse realizada, como é o caso do batismo de casa e da comemoração dos aniversários das crianças nos primeiros anos de vida. Demonstrem serem práticas que refletem um universo simbólico próprios da cultura popular e inerentes à sociabilidade local.

3.5.6 Educação - Relação com escolas dos filhos e ter filhos com problemas

Entre as famílias estudadas, três delas têm crianças e adolescentes que apresentam problemas importantes de aprendizagem, como apareceram nos relatos quando era indagado se as mulheres costumavam ir à escola dos filhos e por quais motivos. Chama a atenção que os motivos dos contatos apresentados, na maioria dos casos, eram devidos ao comportamento problemático dos filhos na escola,

sempre atrelado a uma negatividade. Observa-se, assim, que não há uma prática de aproximação entre família e escola e vice-versa, de forma rotineira, apenas de forma pontual frente às dificuldades e problemas apresentadas pelas crianças e jovens. Outro motivo de contato é o acompanhamento no deslocamento dos filhos para a escola, por se encontrarem em idade que requer esse cuidado ou por possíveis ameaças que os filhos possam encontrar na rua durante o trajeto. As narrativas conferem essa situação.

Costumo, toda hora! [...] O Sandro porque eu so chamada em seguida e o recado do colégio vem no caderno quase todos os dias! Esse ano Graças a Deus veio pouco, mas veio também! [...] Briga, mexe com os outros, debocha em aula, é essas coisas assim! [...] mas agora já no fim do ano ele tava na recuperação acho que é, eu sei que ele fez a prova, passo, e a professora mando embora, não precisa vim mais, não aguentava mais a “prof” dele e vo de tarde porque eu gosto sempre de sabe que ta se passando no colégio! As vezes de tarde assim eu não vo, quem vais mais é o guri mais velho, vai lá leva e eu vo e busco, a gente sempre vai, um leva e o outro vai e busca, todo esse ano foi assim então quer dizer que eu to sempre indo, sempre to indo no colégio porque no colégio sempre tem um que mexe, brigam, fazem e acontecem então ta que ta sempre meio na volta, não da pra deixa! [...] Pra sabe como é que tão em aula, pra sabe se se não tão faltando com educação, sempre assim por esses motivos assim! Pra sabe como é que ta, em que matéria que ta ruim pra pode já da um apertão em casa então. (TAMARA)

Ah pra fala com a professora, pra fala com a coordenadora sobre o Brian! Pra negócio quando eles marcam uma coisa aí eles me chamam, psicólogo mesmo. [...] Ah ele grita, ele canta, ele bate! Ele faz as coisa, faz ligeiro só que ele batuca assim na sala de aula, ele canta, ele grita dentro da sala de aula, por isso que mandaram ele faze, tem uma doença que acham que ele é hiperativo! [...] já reprovó, o Brian já podia ta na 5ª série, pela doença dela que não deixa que ele prestasse atenção, até as professora falam! (FLÁVIA)

Flávia, além de Brian, tem outro filho menor que também está apresentando problemas na escola.

[...] o Vitor meu pequenininho que não sabe escreve anda aí eles me chamam! Só que eles querem que eu ensine ele, mas eu ensino e ele não aprende! Mas mais é pro Vitor agora! [...] o meu pequeno é muito nervoso e ele não ta conseguindo faze as coisa sabe? Ele ta com pouca dificuldade pra aprende as coisa, os outros com a idade dele já tavam passando, ele não! ele recém ta aprendendo! Dificuldade bastante! Aí de repente elas disseram que pode ser alguma coisa do cérebro dele, da memória! [...] Pra Célia não! A Célia só assim pra negócio de reunião, que ela é quieta, a Célia é quieta demais! A Célia acho que até hoje eu nunca fui chamada! Nunca teve bilhete! [...] eu levo! O Brian vai com ela [a tia que mora no mesmo terreno] e eu levo os meus de manhã e trago assim! Eu que levo!

Na fala de Flávia, fica evidente os achados na pesquisa já referida (MARTINS et al, 2010) que traçou o perfil de crianças no Centro de Atendimento a Saúde escolar (CASE), onde se encontrou uma prevalência de 73,63% do sexo masculino das crianças que acorrem ao serviço, deduzindo-se, dessa questão, que as meninas, por apresentarem comportamento mais calmo, mesmo nos casos em que se caracterizam um transtorno ou deficiência, muitas vezes não recebem a devida atenção, por não causar impacto na dinâmica da sala de aula. Quanto aos motivos encontrados na literatura para essa incidência masculina, os achados apontam para a questão em que as meninas tendem a brincar mais com valores familiares (casa, professora, comidinha) e os meninos com atividades de rua como correr, andar de bicicleta, futebol, os expondo desta forma a riscos, como fraturas e dificuldades de se adaptar à disciplina escolar. Outro aspecto apresentado por essa pesquisa refere-se à idade da criança em que há maior procura pelo serviço, que é entre sete e oito anos, coincidente com o período de ingresso na escola, “momento em que é esperado que a criança cumpra solicitações e rotinas para exercer determinadas tarefas em sala de aula, num contexto diferente do grupo familiar, ocasionando uma mudança em suas relações interpessoais e intrapessoais” (MARTINS et al, 2010 - p. 185). Dessa situação pode se apreender que muitas vezes é a escola que identifica que a criança apresenta um problema.

Material elaborado pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2010), sobre linha de cuidado para crianças e adolescentes em situação de violência, aponta condições de vulnerabilidade social de famílias em que a violência pode aparecer como causa de possíveis alterações comportamentais na infância e juventude, entre elas o atraso no desenvolvimento, distúrbios de aprendizagem até o fracasso escolar, problemas ou déficit de atenção e sintomas de hiperatividade. O material mostra que a violência pode provocar problemas sociais, emocionais, psicológicos e cognitivos, impactando profundamente a saúde das pessoas ao longo de sua existência.

O fato de ter problemas de aprendizagem e/ou comportamento trazem repercussões em vários aspectos na vida familiar, social e pessoal da criança. Ainda quanto ao Brian, filho de Flávia, através de acertos entre sua mãe e a escola, as vezes ele não vai as aulas por estar muito agitado, outras vezes seu comportamento gera reações nas crianças na rua, que causam problemas de relacionamento para ele ou para sua mãe, devido ao mal estar originado.

[...] até eu vo lá às vez fala com a professora “hoje eu não vo manda porque ele é agitado!” Até tava falando pra Lala ontem que é a orientadora, até a professora já me disse, “quando ele ta bem agitado tu não manda!” Que eu gosto de ir lá avisa [...] mas acho que ele já sabe que ta bem agitado, ele tem pena da professora é bem novinha, até eu tenho pena dela! Parece uma criança! Esses dia ela tava lá chorando lá que os aluno todos tavam fazendo ela chora, a aula mais barulhenta é a deles e o Brian que já é meio assim ele já fica mais agitado ainda! Aí como eu disse pra ela, quando ele ta agitado eu não trago ele, aí eu vo lá e aviso pra ela não bota falta!

[...] o Brian tem um problema, ele agita mesmo, ele é aquela hiperatividade, então os vizinho não gostam muito dele! Como ele tem doze anos já querem da, então eu não deixo da! Agora mesmo eu até briguei com uma, fazem uns três mês que eu não me do com a guria aqui da frente!

Quanto a repercussões na vida pessoal e familiar da criança, situação semelhante acontece com o filho de Tamara,

[...] o Sandro que é uma criança muito problemática que ele ta sempre brigando, quando ele não ta brigando ele ta calmo demais, quando ele não ta calmo demais ou ele ta limpando ou ele tem sei lá, ele é bem problemático entendeste? Então muita coisa às vezes eu não faço por causa dele porque ele é bem problemático que ninguém que cuida, ninguém quer fica! A mãe mesmo não fica com ele de jeito nenhum que ele é uma criança que tem meses que ele ta bem e tem meses que ele ta!

Quando Tamara é questionada como lida com isso para poder sair para trabalhar ou por outro motivo, sua resposta mostra a dimensão do que é conviver em família com essa situação e a dependência de serviços públicos de saúde.

Ele fica com a mãe ou fica com a minha irmã, fica incomodando, mas sempre tem alguém que fica! [...] As vezes ele ta de bom humor ele fica o irmão dele na boa mas não é sempre! Hoje mesmo ele ta calmo e agora ele ta de férias e agora eu marquei neurologista pra ele de volta pra vê se segue o remédio ou para porque o doutor mando da no período escolar aí agora como paro o colégio eu parei de da e ele ta sem psicólogo lá do CASE porque eles entraram de férias então ta dando pra nota que realmente faz falta psicólogo pra ele e o remédio também por causa que ele fica bem desnordeado, ele mexe com os irmãos, ele briga com os irmãos então se eu vo trabalha porque as vezes eu pego um bico lá no Pestano padaria eu tenho que leva ele junto! (TAMARA)

A dependência de serviços públicos está presente também nas falas de Flávia e Valentina

[...] o Brian, ele tem que toma remédio, ele é meio... até agora tenho que leva ele lá no CAPTA, não sei se tu conhece, lá no centro! (FLÁVIA)

[...] esse eu era só chamada quando ela tinha alguma... Encaminhamento! Que nunca deu em nada! Nunca consegui nada pra ele, nunca consegui um neurologista, nunca consegui nada! Então, muito difícil, até com a assistente ali eu fui, tentei encaminha ele pro neurologista, mas não consegui nada!
(VALENTINA)

Analisando a relação entre saúde familiar e modo de vida, Fonseca (2007) ressalta que as diferenças de oportunidade, as desigualdades econômicas e sociais, entre uma pessoa e outra conformam o modo como elas acessam os serviços de saúde, bem como a percepção sobre os seus próprios problemas, situações que acabam definindo o itinerário terapêutico percorrido pelas famílias pobres para tratar de seus problemas de saúde. Isso varia muito conforme suas condições concretas de vida. Descreve da seguinte maneira essa questão:

As circunstâncias socioeconômicas, que são em grande medida alheias à vontade individual, são parte de qualquer modo de vida. E, é importante lembrar, as condições objetivas de vida levam as pessoas a olharem para o mundo de um ângulo ou de outro. É uma coisa ter um salário fixo e um convênio de saúde que permitem o familiar de um doente se organizar por telefone com médicos e hospitais, com hora marcada. É outra coisa levantar às cinco da madrugada (ou passar a noite na fila) para pegar ficha de exame médico, ou esperar meses por um leito hospitalar que não sai. Essas circunstâncias obrigam as pessoas a se organizarem de forma diferente, acentuando certas prioridades, atenuando outras (FONSECA, 2007 - p. 35)

No caso relatado por Samara, observa-se uma relação positiva entre escola e família. Na primeira entrevista ela referiu problemas com seu filho que estava omitindo bilhetes da professora falando do seu baixo rendimento escolar. Quando houve o retorno para segunda entrevista essa situação foi abordada novamente, mas sob outro enfoque. Fala que esse problema havia sido resolvido fundamentalmente a partir da intervenção da professora e da escola junto à família.

[...] muitas vezes ele até me esconde os bilhetes do caderno pra mim não briga com ele! Bilhetes que ele não ta indo bem na escola, que eu tenho que ajuda em casa! Não que ele tenha feito arte, mas sim que ele não ta bem na escola! [...] elas me chamam pra fala sobre isso, às vezes eu mando um, mando outro, às vezes eu mesma vo! Entende? Só que é aquilo, eu procuro sempre ajuda ele nas tarefas do colégio, mas nem sempre eu consigo! Por falta de tempo e disponibilidade! Muito cansaço físico e mais mental! (SAMARA)

[...] Escondia, já foi resolvido o problema dele! [...] Medo de eu briga com ele, que às vezes não é só um tapinha que machuca mais o Gabriel ou o castigo, às vezes eu so dura nas palavras com ele e eu faço ele entende, então ele sabe que ele fez errado, ele não quer se magoa, ele não quer às vezes me entristece, então ele não me contava! Mas agora graças à Deus

já foi resolvido o problema, ele já ta super bem na escola...Eu tive uma ajuda grande da professora dele, a professora dele disse que... me chamo na escola, eu fui, mando as monitoras aqui na minha casa porque ela acredito no Gabriel, ela acredito que era inteligente, que tinha capacidade e disse pra mim que não queria desisti do Gabriel, mas que ela precisava da minha ajuda! Foi aí que eu também enxerguei, eu chegava cansadinha, mas eu dava um jeitinho e eu ajudava nos deveres começo a melhora e hoje ele me mostra todos os dias os caderno porque tem uma estrelinha, tem um parabéns, então isso ele faz questão de... isso ele não me esconde, isso ele faz questão de me mostra! Mas foi resolvido, graças também à professora, a educadora que investiu nele! [...] Que acredito nele também que acredito nele e me fez enxerga, me fez acredita nele também, eu acreditava, mas passava despercebida pelo problema e ela fez eu acredita e acreditamos juntas e o Gabriel hoje ta super bem no colégio! (SAMARA)

Fica claro com o relato o quanto ações propositivas e inclusivas são imprescindíveis no processo de aprendizagem e que muitas vezes extrapolam o espaço de sala de aula. Barbosa e Ramo (2010) assinalam a necessidade de se utilizar diversas estratégias, para garantir o direito à educação a toda criança e adolescente, principalmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Mostra que estas, mesmo estando matriculadas na escola, nela não permanecem por mais de três anos, em média. Destaca ainda a importância da garantia desse direito, pois

[...] consagra a educação como imprescindível à convivência social, à humanização da vida e do mundo, e reconhece a escola como possibilitadora do processo de socialização: espaço privilegiado de encontro e confronto de culturas e identidades. Assim, reafirma um consenso social básico sobre o direito de toda criança ter acesso à escola, porque é lá que se dão, historicamente, os processos de aquisição dos conhecimentos produzidos pela humanidade, possibilitando a formação humana, o interesse pelo saber e a produção de outros conhecimentos (BARBOSA e RAMO, 2010 – p. 277 e 278)

Finalizando com a narrativa de Valentina, que fala por si, e encerra de alguma forma os diversos aspectos apresentados sobre o cuidado em famílias monoparentais femininas de classes populares, nesse trabalho. O relato inicia evidenciando a dificuldade para uma criança com problema no desenvolvimento intelectual, permanecer na escola, bem como os caminhos percorridos na busca de ajuda e forma como muitas vezes, essas demandas são acolhidas.

Ah é, porque esse meu filho tem retardo em aprendizagem, ele saiu do colégio porque judiavam dele, ele já tava com quinze anos com criança de seis anos, sete anos no colégio, então eles chamavam ele de Gardenal, de um monte de coisa, então... eu procurei ajuda de tudo quanto foi forma, fui na assistente social, fui em pedagoga, fui em psicólogo, levei ele em tudo quanto é lugar, ninguém me deu uma orientação, ninguém fazia nada, então

eu optei por ele para de estuda! [...] Ele paro esse ano, porque o seguinte, eu tinha todos os papel como ele tinha retardo em aprendizagem. Ele se esforçava coitado, aí ele não conseguia lê a palavra completa aí os coleguinhas começava a ri dele, ele dava nos coleguinha que aí ele ficava irritado, nervoso! [...] nada me ajudo, então tu vai fica em casa.

Nesse momento da narrativa, Valentina relata os motivos que a levaram a morar com seus pais, após seu casamento ter terminado e os que a fizeram esconder a gravidez, até o momento do parto, de toda a sua família.

[...] porque quando eu tava grávida dele eu me separei do meu marido! Fui morar com meu pai e a minha mãe, como lhe disse meu pai era rude, já tinha dois filhos, se ele visse que eu teria mais um filho, separada do marido morando com eles com certeza ele ia me manda pra rua com os dois filhos, então o que aconteceu? Eu apertei a minha barriga, fiz essa burrada, apertei minha barriga nove meses, até a hora dele nasce e eu acho que ele nasceu com algum problema por causa disso! [...] Ai foi horrível, só largava a barriga dentro do banheiro e em baixo das coberta, foi horrível, mas ou era isso ou eu ia com mais dois pra rua, porque ele era bem assim mesmo! [...] eu ganhei em casa. Nem desconfiavam, eu dizia que eu tava com dor de estômago, a minha mãe fez um chá de boldo pra mim e era o filho que tava nascendo! E aí ele nasceu! Nenhum acompanhamento, nem vacinas, nada disso eu fiz! Quem fez o parto foi minha vizinha, minha comadre! [...] tava tudo bem quando eu cheguei no hospital, disseram que eu fui porque eu tinha que ir mesmo, mas não era necessário!

Por fim, descreve os rumos tomados por sua vida e de sua família e ainda como foi o processo de reconhecimento de que o filho tinha “problema”. Percebe-se também na fala o jeito solitário como aprendeu a lidar com esse filho.

[...] Depois disso correu tudo bem, meu pai aceito e logo em seguida, já comecei a trabalha de novo, aí era o contrário, aí meu pai e a minha mãe não trabalhavam, não tinham emprego pra eles! Aí eu larguei ele pequenininho com a minha mãe pra ela cuida e fui, comecei a trabalha aí eu sustentava os meus pais, meus filhos [...] Por eu começa a trabalha muito cedo ele ficava muito num carrinho sabe? Então a minha mãe não dava a atenção que ele precisava, não agarrava no carro! Não levantava, mudava, dava leite e carrinho e aí acho que ele começo a se acostuma, ele ficava molengo, ele chupava um dedo, ele queria fica só naquele carrinho, então foi aí que eu vi que ele tinha algum problema, mas tudo isso nenhuma mãe quer aceita que o filho tenha problema! Aí depois foi caminha já era uma criança já bem grandezinha e tudo, mas depois ele começo a fica uma criança normal! [...] na hora de aprende, estuda alguma coisa, ele juntava as palavra e não conseguia fala a palavra inteira, aí o colégio também encaminho várias vezes pra um monte de lugar. [...] depois o médico pego, examino ele e disse que ele não tinha nada, mas o examinado dele foi bate com aquele negócio no joelho, um ferrinho no joelho, olha aqui, olha aqui, o que eu precisava mesmo pra ele era faze um exame melhor pra ele [...] olha assim pra ele aqui agora ele é normal, mas se fala alguma coisa assim pra ele “ah não liga a televisão que eu to fazendo a entrevista agora!” Ele já chora assim já fica nervoso, aí tem que deixa ele de mão pra ele se acalma sozinho se não é pá, horrível! (VALENTINA)

Melman (2006), num estudo sobre família e doença mental, mostra a necessidade de se acolher além da própria pessoa que tem o problema, o sofrimento da sua família também, pois geralmente é a família que se mobiliza para buscar ajuda e este é um momento delicado, exigindo muita atenção, paciência e sensibilidade dos profissionais de saúde, pois envolve uma complexa relação de expectativas mútuas, atravessada “pelos valores, saberes e crenças de ambos os lados. A relação terapêutica com familiares é um campo tenso, permeado pelo medo, pela culpa (MELMAN, 2006 – p. 92). A importância que tem o acolhimento das demandas dos familiares que buscam ajuda nos serviços de saúde, passa pela compreensão de que

[...] são frequentes os preconceitos em relação a eles. São tantas as dúvidas e os questionamentos sobre as doenças e seus tratamentos. Muitos médicos não dão informações detalhadas acerca da ação dos fármacos e de seus possíveis efeitos colaterais. Não explicitam o significado de um determinado diagnóstico, não explicam os motivos dos procedimentos terapêuticos. Além disso. Os familiares se sentem sozinhos e impotentes para compreender suas vivências (MELMAN, 2006 – p. 91)

O relato de Valentina evidencia a complexidade de “ter um filho com problema” e consegue trazer também as diversas questões abordadas no transcurso deste estudo, como situações de preconceito com relação à diferença, vivência da violência emocional e física, famílias conformadas por uma moral rígida e tradicional, rotinas familiares que expõem a sobrecarga da mulher chefe de família, condições de vulnerabilidade a que estão submetidas as famílias pobres e a importância da rede familiar e social para garantia da sobrevivência do grupo familiar.

3.5.7 Expectativas quanto ao futuro dos filhos

Dentre as narrativas em que as mulheres demonstraram um modo mais reflexivo de responder, foi quando, ao final da segunda entrevista, depois de todo o processo de imergir em suas trajetórias de vida, sendo abordadas e mobilizadas diversas questões sobre sua história individual e familiar, foi lhes perguntado o que era o cuidado, afinal? Tendo em vista que esta pesquisa tem por objetivo compreender melhor o cuidado em famílias monoparentais femininas de classes

populares, essa pergunta pareceu ser necessária para se fazer um fechamento, considerando principalmente o que diz Barros (2006) que a “linguagem do presente se constrói no passado e no futuro” ou ainda que as “lembranças são desencadeadas pelas interações sociais do presente” como uma forma de centrar o foco naquilo que se considera ter sido o seu disparador para o estudo, que é a idéia do cuidado.

As respostas demonstram principalmente que as mulheres fazem uma relação entre cuidado e formação do sujeito, não apenas no que se refere à sua integridade física, mas fundamentalmente na formação do caráter, manifestado claramente no desejo de que seus filhos sejam pessoas adultas de índole boa. Não há dúvida que expressam uma projeção para o futuro, balizadas efetivamente pelas suas próprias histórias de vida, com todos os medos, incompletudes e expectativas advindas dessas experiências. Segundo a definição de Melman (2006) “o cuidado se propõe a acompanhar os deslocamentos de buscar uma nova definição para a identidade da pessoa, contribuindo para que ela encontre sua vocação, seu lugar no mundo, um lugar que só ela poderá ocupar, pois tem valor e é um direito” (prefácio). Esse entendimento parece ir ao encontro das falas das mulheres.

[...] cuida explica pros filhos se criarem umas pessoas do bem! Porque a gente nunca sabe o que vai se quando cresce e eu cuida pra mim é cuida, da alimentação, cuida, leva no posto se ta sentindo alguma coisa leva no postinho, leva pra benze, esses são meus cuidados, da um chá, eu cuida eles até de madrugada então que dizer que é cuida! E eu tenho que vê comigo não com os outro, às vezes a gente vê cada caso, aquela mãe não cuida o filho como tu vê várias aqui no Getúlio, as criança andarem tarde da noite na rua, de pé descalço, pedindo um prato de comida, algum pão na tua porta, que é aquela coisa quem tem pena sustenta, se tu tem pena de todo mundo tu vai sustenta bem dize a metade da vila, então tu vê muita coisa e tu costuma...eu praticamente aqui em casa eu costume dize pros guri “olha ali aquela pessoa assada, aquela criança assada” pra eles te uma noção, deles pensa! (TAMARA)

Cuida é uma responsabilidade enorme! Filho é como uma arvorezinha que a gente tem que alimenta, a gente tem que cuida, a gente tem que conversa, a gente tem que podar. Qualquer deslize que a gente tiver a gente pode se culpa por uma vida inteira! Sabe? Eu me culpo por muita coisa, por não ser melhor, porque é muita responsabilidade se papai, se mamãe é muita responsabilidade se duas pessoas pra cuida de duas crianças. A única coisa que eu tenho medo é de eu não consegui passa o que eu quero pros meus filhos, é a única coisa que eu tenho medo! Cuidar pra mim... cuida pra mim é uma responsabilidade muito grande porque cuidar é educar, é ensina, é... a criança que ta sendo hoje, dependendo da maneira que eu vo trata ela vai se o adulto de amanhã! Se todo mundo se preocupasse no cuidado com os filhos, talvez a humanidade não tivesse não ruim como

tivesse hoje, se não tivesse tanta gente ruim, se as pessoas se preocupassem com esse termo “cuidar”, cuidar do próximo, cuidar da família, cuidar dos filhos, da educação, pra mim isso é cuidar! (SAMARA)

O relato de Flávia expressa claramente o desejo de fazer diferente com relação à forma como foi criada, já que precocemente assumiu algumas tarefas domésticas, trabalhou informalmente e ainda engravidou com quatorze anos. De modo indireto refere-se a essas situações como causa da sua baixa escolaridade, por evasão escolar, uma vez que não conseguiu conciliar estudo e responsabilidades que lhe foram atribuídas a partir dos seus oito anos.

Bota criança a trabalha não, claro... ajuda ali eles vão ter que aprende, mas não agora assim, trabalha não! [...] Não, não bota todos os dia, no caso se tu tivé uma filha tu não vai bota ela, ensina ela... a Célia tem onze ano! [...] Eu só faço diferente! Porque... ai porque a liberdade deles é bom, sabe? Coisa de criança! Eu gosto é de cria, negócio de criança é brinca aí depois lá com uns doze, treze ano aí vai ensinando [...] no colégio a gente presta atenção, tem mais... no caso a gente faz as coisa em casa já não tem a cabeça de ta lá no colégio pra estuda! [...] Aí claro! Tu da uma ensinada, mas nem pra tanto assim! [...] Eu quero que ela seja mesmo cabeça pro estudo! Que hoje eu me arrependo muito porque eu não estudei!(FLÁVIA)

Observa-se, nas falas, que a noção do cuidado foi moldada, também, por uma questão que tem atravessado diariamente suas vidas, povoando o imaginário e circundando concretamente famílias de todos os segmentos sociais, que é o medo de que os filhos “entrem na droga”. Possivelmente a vivência dessa “ameaça”, em parte seja decorrente da condição de vulnerabilidade social a que essas famílias são submetidas, mas mesmo não estando imune a essa possibilidade, os relatos das mulheres demonstram, também, uma atitude atenta, cautelosa e precavida frente à questão das drogas. Dentre todos os relatos apresentados, em nenhum deles apareceu os filhos estarem usando alguma substância - álcool, crack ou outras drogas.

Mas eu graças a Deus, tenho muita fé em Deus que eu vo consegui ainda cria eles até uma... até quando Deus quiser e eu agradeço a Deus por eles não usarem essas droga que tão aí porque como eu disse várias vezes, a droga ta batendo na porta da gente, não é eles que vão bate pra compra droga, a droga bate na porta da gente, e eu agradeço a Deus por nenhum deles usa essas coisa! Nenhum bebe, nenhum fuma! Isso aí é muito importante porque eu não fumo nem nada e aí eu agradeço à Deus já não usando, não fumando, não bebendo e não usando droga eu já tenho assim oh quase 100% de felicidade! (VALENTINA)

O medo que toda mãe tem que o filho não seja bem sucedido! Que o filho [...] a isso daí eu fico até constrangida de fala porque eu tenho medo de vê um filho na droga, vê um filho roubando, ter tentado me desempenha o máximo pra depois vê um fim desse pra um filho! É esse o meu medo, de não consegui passa então eu pensaria que se um dia eu visse um filho passando por uma situação dessa eu me culparia e pensaria que eu não teria conseguido passa o que eu quis passa na infância, é isso! (SAMARA)

Para Sarti (2004) o caráter social da família está baseado no fato de ela ser o lugar onde se constrói a auto-imagem e a imagem do mundo exterior, como uma referência que começa com o nascimento e continua por toda a vida, conformando a percepção e o significado de seus membros, sobre o mundo circundante. Entende-se que nessa definição se encontra o fundamento para a noção do que seja cuidar para as mulheres entrevistadas. Ainda para a autora citada:

“Crescer”, assim, desvincula-se do mero processo biológico e constitui-se, também, em um processo simbólico. As condições favoráveis para que uma criança “cresça” ou um jovem se desenvolva na família se ampliam quando seu pai, sua mãe ou quem deles cuide possam se pensar, eles mesmos, como alguém em permanente crescimento, em cada novo lugar que ocupe na família (SARTI, 2004, p.17).

Conclui-se, assim, o processo de análise das categorias, tendo se observado que as lembranças e memórias evocadas e apresentadas, ao longo do transcurso, trazem conteúdos simbólicos e códigos de linguagem, partilhadas pelas narradoras e inerentes à cultura própria do campo de pesquisa. Percebe-se que a partir dessas questões foram se estruturando as identidades pessoais e coletivas das mulheres estudadas, e moldando suas noções sobre as práticas de cuidado que aplicam no seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho teve origem nos vários questionamentos e estranhamentos surgidos durante a trajetória profissional como assistente social, inserida na política pública de saúde, e rotineiramente trabalhando com famílias de classes populares. Dei-me conta que nessa relação, muitas vezes, a compreensão sobre os valores e costumes manifestos pelas famílias precisava de um olhar mais abrangente e aprofundado, no sentido de possibilitar uma maior aproximação e diálogo com esse universo para qualificar a prática profissional em serviço social; prática essa que respeitasse e acolhesse, acima de tudo, a diversidade cultural e permitisse ao mesmo tempo projetar intervenções que potencializassem transformações nos modos de vida das pessoas envolvidas no processo de trabalho. Como diz Cláudia Fonseca (2005) “descolonizar o olhar do técnico”. Projeto ambicioso, mas que se tornou o mote para a busca do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPEL.

Nesse momento de fechamento do ciclo realizado, é necessário fazer considerações sobre o quanto foi possível aproximar-se e conhecer melhor o universo das famílias e dos grupos populares, a partir da noção das práticas de cuidado.

O percurso do mestrado começou pela pergunta de partida - De que família se está falando e querendo estudar com relação ao cuidado? Tendo clara esta pergunta, formulou-se o problema de pesquisa, já com os devidos recortes necessários para viabilidade de sua realização. Assim, o problema de pesquisa foi definido como - Qual a compreensão e como acontece o cuidado junto a crianças e adolescentes em famílias monoparentais femininas de classes populares?

Para se conseguir desenvolver o trabalho, escolheu-se a história oral como método de pesquisa. Inicialmente a história oral temática e no segundo momento a metodologia da trajetória de vida. O método utilizado revelou-se uma ferramenta importante na condução da pesquisa, principalmente pela forma como propiciou a aproximação com o campo empírico e, especialmente, pelo contato estabelecido com as pessoas.

Foram gratos encontros, que oportunizaram conhecer histórias de vidas encantadoras, com biografias singulares e ao mesmo tempo trajetórias corriqueiras a muitas mulheres. Como já foi descrito na apresentação das mulheres da pesquisa, todas têm vários aspectos em comum nos seus cursos de vida, tendo apresentado diversas facetas e situações que despertaram admiração e respeito da pesquisadora, principalmente pela força e coragem com que elas vêm conduzindo seus caminhos e de suas famílias, frente às diversas adversidades que enfrentaram e continuam enfrentando nas suas trajetórias de vida, como, inclusive, pelos seus projetos de vida. Durante os relatos foram mobilizadas lembranças que revelaram a riqueza e intensidade de recordações, que iam traduzindo modos de vida e uma linguagem comum ao seu grupo social. Pessoas, situações e lugares se configuraram como uma referência, como um guia para processar a memória.

Percebeu-se que ao mobilizar as lembranças e traduzi-las em narrativas, afloraram emoções e sentimentos de tristeza, raiva, desilusão e desesperança, como também alegria, gratidão, esperança e felicidade. É inegável que se procurou observar a positividade das famílias, como novamente propõe Cláudia Fonseca (2007), na abordagem junto às famílias de classes populares.

Para compreensão e análise crítica das informações obtidas, se encontrou na Antropologia o melhor recurso e caminho para trabalhar. Admite-se que muito pouco se conhecia sobre essa ciência e a participação nas disciplinas vinculadas a essa área serviram como disparadores e tornaram-se fundamentais para o êxito da pesquisa. Muitas vezes, ao término dessas aulas, saía-se com a sensação de que a cabeça iria “fundir-se”, tamanho impacto que suas discussões conceituais causavam. Conhecer os conceitos de alteridade, identidade, reciprocidade e representação foi vital no entendimento dos diversos modos de vida presentes na sociedade. A Antropologia ajudou a relativizar verdades absolutas e até mesmo desfazer-se de ideias preconceituosas e etnocêntricas, alicerçadas basicamente em juízos de valores limitados e estereotipados sobre a noção do outro e daquilo que causa estranhamento.

Inicialmente, o processo de aproximação com os conceitos antropológicos mostraram-se muito difíceis, mas ao mesmo tempo assinalavam caminhos que naturalmente foram servindo para desvelar os costumes, valores e práticas de vida das famílias estudadas. Facilitou a apreensão do universo simbólico presente nas relações sociais e inerentes ao contexto cultural pesquisado.

Compreender os conceitos antropológicos constituiu-se, assim, num processo desafiador e prazeroso, resultando ser essencial, uma vez que deu sentido e respostas aos vários questionamentos e dúvidas que motivaram a busca pelo mestrado, se tornando o principal referencial teórico para este trabalho.

Quanto às hipóteses apresentadas, como possíveis respostas ao problema de pesquisa, acredita-se que conseguiram corresponder ao propósito, ainda que tenham apontado conclusões que provavelmente não se encerram com esse trabalho. Em relação a isso, “sabe-se que a noção de cuidado é moldada primordialmente pela cultura, só podendo ser entendida na compreensão e respeito dentro do contexto onde as famílias vivem”; revelou-se ser pertinente, uma vez que as análises das narrativas assinalam para essa compreensão, como já demonstrado ao longo do trabalho.

A partir dos diversos relatos, se pode inferir que as práticas de cuidado foram conformadas essencialmente pelas experiências de vida, individual e coletiva, tendo como referência a família e o contexto sociocultural em que estão inseridas. São experiências e modos de vida moldados por um código simbólico que é partilhado por todo grupo familiar. Para se chegar a esse entendimento foi necessário penetrar no cotidiano das famílias, decifrando os valores, costumes e hábitos, intrínsecos a sociabilidade local. Como diz Sarti (2007) “a família, pensada como uma ordem moral, constitui o espelho que reflete a imagem com a qual os pobres ordenam e dão sentido ao mundo social” (SARTI, 2007- p. 22).

Ainda sobre essa questão do cuidado exercido pelas mulheres, foi possível identificar como isso adquire uma importância central nas suas vidas, onde cuidar dos filhos constitui a função principal da sua existência no mundo – ser mãe, configurando-se o cuidado dos filhos para a mulher uma questão de honra feminina.

Quanto à afirmativa de que “as atribuições do cuidado têm contornos flexíveis quanto aos papéis que competem à família, em relação aos que competem ao estado/instituições públicas, é pertinente a existência de políticas públicas de apoio às famílias no respaldo ao cuidado como um direito social e exercício de cidadania, sem o qual seria mais difícil resguardar ou mesmo vislumbrar a possibilidade de uma sociedade mais justa”. Essa premissa expõe a questão de que as formas de cuidado utilizadas, muitas vezes, extrapola a unidade doméstica da família, abrangendo uma rede social que começa pela rede de parentesco, até as mais amplas, vinculadas a uma diversidade de recursos, informal ou formal como as políticas públicas. Neste

contexto, as famílias monoparentais femininas mostraram-se mais vulneráveis, podendo se observar que só conseguem sobreviver porque contam com uma extensa rede de ajuda mútua, onde a garantia da manutenção do grupo familiar depende de variedade de estratégias que podem acessar, como o recurso financeiro do Programa Bolsa Família. Essa conclusão parte do fato que a renda das famílias estudadas varia entre R\$ 200,00 e R\$ 650,00 e que todas elas recebem recursos financeiros do Programa Bolsa Família, sendo que uma se encontrava com o benefício suspenso. Ainda duas delas recebem o benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social. Além desses fatos concretos e numéricos, viu-se principalmente nas narrativas a relevância que essa rede de ajuda assume no cotidiano, através de todos os movimentos empreendidos pelas mulheres, junto aos seus parentes consanguíneos e relações de amizade, bem como junto a instituições de saúde, educação, assistência social e habitação, entre outros, para acessar ações e serviços visando a proteção e cuidado aos seus filhos.

Nesse processo percebe-se a importância do Estado, frente ao empobrecimento dessas famílias, aliado à constatação de que o problema da pobreza é considerado como um fato relativo à ordem privada e não como um problema de toda a sociedade. Nesse contexto, ações públicas e estatais tornam-se essenciais, para dar suporte na constituição das famílias estudadas nessa pesquisa.

As ações governamentais ainda que sejam insuficientes para resolver questões tão difíceis e complexas, como é o ciclo de reprodução da pobreza em famílias monoparentais femininas, têm apontado algumas ações que denotam uma forma de vontade política, por parte do Estado brasileiro.

Entende-se que o debate sobre esse tema deva continuar e ser melhor aprofundado em novos trabalhos na área das Ciências Humanas e Sociais.

REFERÊNCIAS - FONTES ORAIS

- Entrevista com Tamara, realizada nos dias 24 de janeiro e 05 de outubro de 2011 em sua casa, pela pesquisadora.
- Entrevista com Graça, realizada nos dias 25 de janeiro e 23 de setembro de 2011 em sua casa, pela pesquisadora.
- Entrevista com Valentina, realizada nos dias 10 de maio e 26 de outubro de 2011 em sua casa, pela pesquisadora.
- Entrevista com Flávia, realizada nos dias 20 de maio e 26 de setembro de 2011 em sua casa, pela pesquisadora.
- Entrevista com Samara, realizada nos dias 20 de maio e 30 de setembro de 2011 em sua casa, pela pesquisadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. **O Sentido dos Outros: Atualidade da antropologia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

BÁLSAMO, Pilar Uriarte. **Substituindo famílias:** continuidades e rupturas na prática de acolhimento familiar intermediada pelo estado em Porto Alegre, 1946/2003. 140f. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

BARBOSA, Afonso C. R.; RAMO, Laura A. de C. Programa Bolsa-Escola Municipal de Belo Horizonte/MG: educação, família e dignidade. IN: **Família: redes, Laços e políticas públicas.** 5 ed. São Paulo: Cortez. Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

BARROS, Myrian Lins de. Gênero, cidade e gerações: perspectivas femininas. IN **Família e Gerações.** Org. BARROS, Myrian, Lins de. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRASIL. **Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência - Orientações para gestores e profissionais de saúde - VERSÃO PRELIMINAR.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/consulta-publica/.../1393133501.pdf. Acesso em 25/05/2010, às 13:53

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007. Disponível em www.oei.es/genero/trabalho_genero_brasil.pdf. Acesso em 04/04/2012, às 17:10.

CARLOTO, C.M.; PROCOPIO, M. R. Mulheres e manutenção das famílias pobres: uma questão de sobrevivência. In: **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social**, ano1, nº1, outubro de 2004- ISSN- 1807- 698X. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>. Acesso em 28/11/2008, 20:45h.

CARVALHO, Ana Maria Almeida; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. ALMEIDA, Maria Alice de. et al. **Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural?** 2008, 18(41), 431-444. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n41/v18n41a02.pdf>. Acesso em 05/11/2009, 18:25 h.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias e políticas públicas. IN: **Família: redes, laços e políticas públicas**. ORG. ACOSTA, Ana e VITALE, M^a Amélia. 5 ed. São Paulo: Cortez. Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

CASTEL, Robert. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”**. CADERNO CRH, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997. Disponível em www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1012&article. Acesso em 02/11/2011, 17:52.

CONH, Clarice. **Antropologia da Criança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL - Senado Federal
www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/...05.../CON1988.pdf
 Acesso em 28/03/2012 às 16:50

DAMATTA, Roberto. **A Casa & A Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1997.

DECRETO nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Disponível em http://bolsafamilia.datasus.gov.br/documentos_bfa/DecretoPBF.pdf. Acesso em 14/11/2009, 07:16h.

DUARTE, Luis Fernando Dias. A construção social da pessoa moderna. IN: **Da Vida Nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

DUMONT, Louis. O Valor nos Modernos e nos Outros. IN: **O Individualismo**. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro, Ed. Rocco.

FLEISCHER, Soraya, TORNQUIST; Carmen Suzana; MEDEIROS, Bartolomeu Figueroa. Popularizando o Cuidado com a Saúde: Uma Apresentação. Artigo. IN: **Saber Cuidar, Saber Contar: Ensaios de Antropologia e Saúde Popular**. Org. FLEISCHER, Soraya, TORNQUIST; Carmen Suzana; MEDEIROS, Bartolomeu Figueroa. Florianópolis: Ed. Da UDESC, 2009.

FONSECA, Cláudia. Caminhos da Adoção. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FONSECA, Cláudia Lee Williams. Conceito de entidade familiar e seguridade social. Porto Alegre: TRF – 4^a Região, 2007 (Currículo Permanente. Caderno de Direito Previdenciário: módulo 3). Disponível em www.trf4.jus.br/trf4/upload/editor/hba_CLAUDIA_FONSECA.pdf. Acesso em 04/04/2012, 17:52

FONSECA, Claudia. De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos pagu** (29), julho-dezembro de 2007:9-35. Dossiê: Famílias em movimento. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200002. Acesso em 20/10/2009, 19:53.

FONSECA, Cláudia. **Família, Fofoca e Honra**: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. IN: **História das Mulheres no Brasil**. Org. DEL PRIORE, Mary. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FONSECA, Claudia. **Mãe é uma só?** Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. Psicologia. USP. Print version ISSN 0103-6564. vol.13, nº 2. São Paulo. 2002 10.1590/S0103-65642002000200005. Acesso em 20/10/2009, 23:33h.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso. **Revista Brasileira de Educação** Jan/Fev/Mar/Abr 1999. nº 10. Pesquisa etnográfica e educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1998. Disponível em http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_06_CLAUDIA_FONSECA.pdf. Acesso em 20/10/2009, 18:13h.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso de Acari. **Serviço Social & Sociedade** 2002. 71(XXIII); 80 – 101.

GUARESCHI, N.M.F. *et all*. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ: RJ, Ano 7, nº 1, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/epp/v7n1/v7n1a03.pdf>> Acesso em: 09/03/2012 às 17:23.

GUEDES, Simoni L.; LIMA, Michele. Casa, família nuclear e redes sociais em bairros trabalhadores. IN: **Família e Gerações**. Org. BARROS, Myriam, Lins de. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas Informação demográfica e socioeconômica. N. 23 Rio de Janeiro. 2008. biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/.../sintese.../indic_sociais2008.pdf - Similares. Acesso em 20/04/2011 às 10:04.

KAZTMAN, R. et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago do Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107)

KOBARG, A.P.R. & VIEIRA, M.L. Crenças e Práticas de Mães sobre o Desenvolvimento Infantil nos Contextos Rural e Urbano. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 21, nº 3; 401-408. (2008).

KRATZ, Guilherme Ribeiro. **Cárcere e vulnerabilidade**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais vinculado ao Instituto de

Sociologia e Política (PPGCS-ISP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) Pelotas, 2010.

LACERDA, Alda; et al. Cuidado Integral e emoções: bens simbólicos que circulam nas redes de apoio social. **Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor.** Org. PINHEIRO, Roseni e MATTOS, Ruben Araújo de. 2 ed – Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO, 2009. 249 – 262.

LEI 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm Acesso em 14/11/2009, 07:11 h.

LOSACCO, Silvia. O jovem e o contexto familiar. IN: **Família: redes, laços e políticas públicas.** ORG. ACOSTA, Ana e VITALE, M^a Amélia. 5 ed. São Paulo: Cortez. Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

LYRA, Jorge; et al. Homens e cuidado: Uma outra família? IN: **Família: redes, laços e políticas públicas.** ORG. ACOSTA, Ana e VITALE, M^a Amélia. 5 ed. São Paulo: Cortez. Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo: Novos Estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARTINS, Maria de Fátima Duarte; et al. Perfil da Demanda de um Serviço de Atenção à Saúde da Criança e Adolescente: construindo visibilidade. Artigo: **Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde.** Org. COIMBRA, Valéria; KANTORSKI, Luciane. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária PREC - UFPEL, 2010. 179 – 192.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naif, 2003, PP 185- 210.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: Como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, Sílvia Leser de. A Violência Urbana e a exclusão dos jovens. IN: **As Artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis – RJ. Ed. Vozes, 2001.

MELMAN, Jonas. **Família e doença Mental: Repensando a relação entre profissional de saúde e familiares.** São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

MESQUITA, Adriana de Andrade. **Proteção social na alta vulnerabilidade: o caso das famílias monoparentais femininas em análise.** Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010. www.fazendogenero.ufsc.br/9/.../1278356117_ARQUIVO_ProtecaoSocialnaAltaVulnerabilidade-FazendoGenero.pdf. Acesso em 18/04/2011, 21:11 h.

MONTEIRO, Simone R. da R. Pires. **O Marco Conceitual da Vulnerabilidade Social. III SEPOME – Seminário de Política Social no MERCOSUL** Temas Emergentes e perspectivas para o Futuro. Universidade Católica de Pelotas – Mestrado em Política Social. 27 a 29 de abril de 2011. Acesso 27/04/2011.

NOVAES, S. C. Jogo de espelhos. São Paulo: EDUSP, 1993. PP 21-74.

OLIVEIRA, Valeska Fortes. Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral. **História Oral**: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v. 8, jan.- jun. 2005. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral.

PEREIRA, Fabíola Mattos. **Acessos, reciprocidades e inclusões**: estudo sobre as relações entre redes de assistência e famílias de grupos populares em Pelotas/RS / 179f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais vinculado ao Instituto de Sociologia e Política (PPGCS-ISP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) Pelotas, 2008.

PEREIRA, Isabel Brasil. A educação dos trabalhadores: valores éticos e políticos do cuidado na saúde. **Razões públicas para a integralidade em saúde**: o cuidado como valor. Org. PINHEIRO, Roseni e MATTOS, Ruben Araújo de. 2. ed. – Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO, 2009. 144 – 164.

PINHEIRO, Roseni. Cuidado como um valor: um ensaio sobre o (re)pensar a ação na construção de práticas eficazes de integralidade em saúde. **Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor**. Org. PINHEIRO, Roseni e MATTOS, Ruben Araújo de. 2. ed. – Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO, 2009. 15 – 28.

PINHEIRO, Roseni. Cuidado em Saúde. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. PEREIRA, Isabel Brasil e LIMA, Júlio César França. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.111 – 114.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. reviravoltadesign.com/080929.../wp.../memoria_e_identidade_social.pdf. Acesso em 25/04/2011, 15:20 h.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: Projeto História nº 15. São Paulo, PUC, 1997, p. 13-50.

PRZYBYSZ, Juliana. Articulado os Espaços Privado e Público: gênero e famílias monoparentais femininas. **Revista Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.3, n.1, p.29-39, jan./jul. 2009.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth (org.) **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SALEM, Tânia. **O Velho e o Novo**: um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes, 1980.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral das mulheres. História Oral: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v. 8, jan.- jun. 2005. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. Famílias Enredadas. IN: **Família: redes, laços e políticas públicas**. ORG. ACOSTA, Ana e VITALE, M^a Amélia. 5 ed. São Paulo: Cortez. Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como ordem simbólica**. Escola Paulista de Medicina – UNIFESP. Psicologia USP, 2004, 15(3), 11-28. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psp/v15n3/24603.pdf>. Acesso em 20/10/2009, 18:35 h.

SAWAIA, Bader B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigod e oportunidades. IN: **Família: redes, laços e políticas públicas**. ORG. ACOSTA, Ana e VITALE, M^a Amélia. 5 ed. São Paulo: Cortez. Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007. Disponível em www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf - Similares. Acesso em 25/04/2011, 16:10 h.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. MACHADO; Danielle Carusi. Políticas e Práticas de Conciliação entre Família e Trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, 573 – 594. Acesso em www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0437132.pdf - Acesso em 27/03/2012, às 14:50 h.

SZYMANSKI, H. Ser Criança: um momento do ser humano. **Família: redes, laços e políticas públicas**. ORG. ACOSTA, Ana e VITALE, M^a Amélia. 5 ed. São Paulo: Cortez. Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social & Sociedade**. 2002. 71(XXIII); 9-25.

TESTONI, Raquel Jaqueline Freiberger & TONELLI, Maria Juracy Filgueiras Permanências e rupturas: sentidos de gêneros em mulheres chefes de família. **Psicologia & Sociedade**; 18 (1): 40-48; jan/abr, 2006.

URANI, André. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, vinculado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM. Notícia: A extrema pobreza é feminina **publicada em** de 09/12/2009. Disponível em <http://www.observatoriodegenero.gov.br>, acesso em 20/04/2011, 16:02 h.

VITALE, M A F. Famílias monoparentais: indagações. **Serviço Social & Sociedade** 2002. 71(XXIII); 45-62.

VITALE, M A F. Avós: Velhas e novas figuras da família contemporânea. **Família: redes, laços e políticas públicas**. ORG. ACOSTA, Ana e VITALE, M^a Amélia. 5 ed. São Paulo: Cortez. Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

YAZBEC, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ZOBOLI, Elma. A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. Revista da Escola de Enfermagem da USP. 2004; 38(1):21-7. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v38n1/03.pdf> Acesso em 04/04/2012. Acesso em 04/04/2012, às 18:40

ZOBOLI, Elma. Cuidado: práxis responsável de uma cidadania moral. **Razões públicas para a integralidade em saúde**: o cuidado como valor. Org. PINHEIRO, Roseni e MATTOS, Ruben Araújo de. 2. ed. – Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO, 2009. 63 – 78.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANEXO 1- Termo de consentimento livre esclarecido

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos, respeitosamente, convidá-lo para participar da pesquisa “**O ato de ‘cuidar’ em famílias monoparentais femininas de classes populares**”, cujo objetivo é conhecer e compreender o que mulheres pertencentes a famílias monoparentais femininas, de classes populares, entendem por cuidado e como o realiza junto a seus filhos. Os dados coletados serão utilizados para realização da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, vinculado ao Instituto de Sociologia e Política (PPGCS-ISP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Durante a realização da pesquisa, o (a) Senhor (a) terá a garantia de:

- solicitar qualquer esclarecimento sobre a pesquisa;
- optar pela desistência de participação na pesquisa em qualquer momento, sem que isso lhe cause prejuízo;
- ter segurança de anonimato e o sigilo dos dados referente a sua identificação;
- não serão oferecidos riscos no estudo;
- benefício de participar na pesquisa relaciona-se ao fato que os resultados serão incorporados ao conhecimento científico e poderão proporcionar melhorias no atendimento a famílias;
- serem mantidos todos os preceitos éticos e legais durante todas as etapas da pesquisa;

Reiteramos e salientamos que sua participação neste trabalho é de fundamental importância para a obtenção de dados que auxiliarão no alcance da proposta desta pesquisa.

Desde já, agradecemos a sua generosa disponibilidade.

Pelotas _____, _____ de 2011

Nome do participante: _____

Assinatura do participante

Mestranda Maria Cristina O. Barbieri
Pesquisadora

E-mail: fergustina@ig.com.br
Fone: 53 32288819

Profa. Pós Dra Lorena Almeida Gill
Orientadora

E-mail: lorenaalmeidagill@gmail.com
Fone: 53 32786765

ANEXO 2- Roteiro para entrevista com mulheres sobre cuidado

Nome:

1. Idade:
2. Nº de Filhos e idade:
3. Estado civil:
4. Escolaridade:
5. Esta trabalhando ou já trabalhou? Em que?
6. Quantas vezes casou ou viveu com alguém?
7. Endereço: - Há quanto tempo mora nesse endereço:
8. Quem mora na casa:
9. Nome dos pais:
10. Profissão dos Pais:
11. Foi criada pelos pais? Se não, por quem?
12. Alguém ajudou na tua criação?
13. Quando era criança como te cuidavam? Quem?
14. Quando estudava e era chamado o teu responsável, ele ia? Quem ia?
15. O que foi mais importante que teus pais ou cuidadores te ensinaram?
16. Desses ensinamentos o que tu passas para teus filhos?
17. Alguém ajuda a criar teus filhos? Se sim, quem?
18. Teu filho(s) mantém contato com o pai(s)? Com que frequência e como? Se não, porque e desde quando?
19. Como é teu dia a dia cuidando de teus filhos? Como é a rotina da família?
20. Quais as tarefas mais importantes?
21. Há distribuição de tarefas em casa? As crianças são envolvidas nessas tarefas?
22. Alguma criança da casa ajuda a cuidar das crianças menores? Como?
23. Qual o adulto que as crianças mais respeitam?
24. O que costuma fazer para que teus filhos te obedeam? Resolve?

25. Como é criar menino e menina? Semelhanças e diferenças?
26. Quais as brincadeiras prediletas dos teus filhos? Costumas brincar com teus filhos?
27. Como são os aniversários de teus filhos?
28. Como é garantido o sustento da família? Por quem? Qual a renda familiar?
29. Em que é gasto esse dinheiro? Quais são as prioridades de gastos?
30. Recebe ajuda do governo? Se sim, como?
31. Teus filhos estão estudando? Em que série/ano? (ver a idade)
32. Algum parou de estudar? Por quê? O que está fazendo atualmente?
33. Costuma ir à escola dos filhos? Por quais motivos e/ou situações?
34. Como vão à escola? Sozinhos ou acompanhados?
35. Costuma ir ao Posto de Saúde? Por quais motivos e/ou situações?
36. Encontra dificuldade para seguir as orientações do médico, da enfermeira, da assistente social e do dentista? Se sim, quais?
37. Em situações de doença, busca formas alternativas (ex...) de ajuda? Quais e por quê?